

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
CAMPUS DE MARÍLIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**IRISNEIDE DE OLIVEIRA SOUZA SILVA**

**A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO  
CONHECIMENTO NO DOMÍNIO DA ARQUIVÍSTICA**

**Marília  
2012**

IRISNEIDE DE OLIVEIRA SOUZA SILVA

A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO  
CONHECIMENTO NO DOMÍNIO DA ARQUIVÍSTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa:

Produção e Organização da Informação

Orientadora:

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Marília  
2012

## Ficha catalográfica

Silva, Irisneide de Oliveira Souza.

S586o A organização e a representação do conhecimento no domínio da arquivística / Irisneide de Oliveira Souza Silva. – Marília, 2012.  
193 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -  
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

Bibliografia: f.165-178.

Orientador: Mariângela Spotti Lopes Fujita.

1. Arquivologia. 2. Conhecimento. 3. Organização. 4. Representação do conhecimento. 5. Ciência da informação.  
I. Título.

CDD: 025.171

IRISNEIDE DE OLIVEIRA SOUZA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO DOMÍNIO  
DA ARQUIVÍSTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Produção e organização da Informação

Orientadora: Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita  
Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Campus de Marília.

Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes  
Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Campus de Marília.

Profa. Dra. Maria Leandra Bizello  
Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP  
Campus de Marília.

Profa. Dra. Silvia Maria do Espírito Santo  
Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto

Profa. Dra. Wilmara Rodrigues Calderon  
Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes,  
Departamento de Ciência da informação - Londrina

Marília, 02 de julho de 2012.

*Ao meu esposo **Sérgio**,  
Pelo seu apoio incondicional sempre prestativo e compreensivo.  
Obrigada por me fazer acreditar que este sonho era possível.*

*Aos filhos,  
**Francisco e Tales**,  
Por tanto estímulo, compreensão e amor.*

*Aos pais,  
**Raimundo e Tereza**,  
Pelo exemplo de vida e coragem*

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, em especial.

À orientadora, **Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita**, por incondicional confiança e por não ter medido esforços para a conclusão deste trabalho.

Aos **docentes e funcionários** do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília pelo apoio e respeito.

Aos **colegas** do Curso de Pós – Graduação em Ciência da Informação da FFC – UNESP de Marília, turma do ano de 2008, pela troca de experiências enriquecedora.

Ao **Programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, pela Bolsa de Estudos a mim concedida para a realização desta pesquisa.

Aos **examinadores**, Dr. José Augusto Chaves Guimarães, Dr. João Batista, Dra. Maria Leandra Bizello, pelas preciosas sugestões feitas na ocasião do exame de qualificação.

À Profa. **Maria Derci da S. Nóbrega** pela amizade e por suas correções exímias.

À **Maria Luzinete Euclides**, pela amizade, eficiência e competência no trabalho de normalização.

À **família Silva**, Francisco, Maria Auxiliadora e Andréia, modelo de vida e inspiração para minha caminhada.

À **Família Fernandes**, Eurico, Sônia, Beatriz e Luíza, pelo incentivo, pelas orações e apoio durante esta jornada.

À **família Correa Carlos**, José, Luís Eduardo, Sandra e Lorena, pelo incentivo e pelas orações.

Aos amigos, **Rosani, Paula e Israel**, pela amizade e incentivo.

Aos irmãos, **Irisnete, Ivaneide, Ivanete e João**, pelo amor que nos une.

A **todos** aqueles que não foram nominados, mas que contribuíram para que a pesquisa fosse possível. Certamente, haverá sempre aqueles que acreditam no nosso trabalho e torcem pelo nosso sucesso.

*“Todos os esforços de formação dentro de um contexto de pesquisa provocam, necessariamente, reflexão sobre a disciplina, avaliação e confrontação dos princípios e dos conceitos. ‘Subentende-se, assim, também a teorização e uma normalização de suas práticas e avanços da disciplina’.”* (ROUSSEAU; DUCHARME; COUTURE, 1988, p. 53, tradução nossa).

## RESUMO

Este estudo focaliza a temática da organização e da representação do conhecimento no domínio da Arquivística, apresentando como desafio central a discussão dos fundamentos teóricos e metodológicos que envolvem o processo de classificação e de descrição no universo dos arquivos. Embora a classificação e a descrição sejam tratadas de forma recorrente na literatura sistematizada na área, a grande maioria dos estudos tende a valorizar a face técnica, enquanto a teórica é postergada para o segundo plano. Esse problema traz no seu bojo a necessidade do aprofundamento teórico acerca da temática da organização e da representação do conhecimento nesse domínio. Nesta investigação defende-se a **hipótese** de que os estudos teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento são essenciais para o aprofundamento da Arquivística. Defende-se a **tese** de que a necessidade de se compreender a organização e a representação do conhecimento no domínio da Arquivística converge para a reflexão teórica e metodológica da classificação e descrição no próprio *corpus* da Arquivística. Assim, a pesquisa **propõe-se** a investigar os fundamentos nos quais se circunscrevem a organização e a representação do conhecimento no domínio da Arquivística atual, com enfoque em seus processos de classificação e descrição. Desta forma, espera-se, contribuir com o debate acerca da problemática da organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística enquanto área da Ciência da Informação. São **objetivos específicos** da pesquisa: 1. Discutir os fundamentos teóricos da Arquivística e seu processo de tratamento documental; 2. Investigar os contributos da Organização do Conhecimento dentro do escopo da ISKO com base na Classification Scheme for knowledge Organization Literature (CSKOL), de Dahlberg para a organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística; 3. Analisar termos e conceitos utilizados nos artigos publicados nos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*, entre 2005 e 2010, visando fornecer subsídios para a organização do conhecimento no domínio da Arquivística com base no esquema Classification Scheme for knowledge Organization Literature (CSKOL). A análise ocorre dentro do espectro analítico-comparativo, no qual a compreensão do objeto de investigação contextualiza-se no entrecruzamento da Arquivística clássica e contemporânea, sendo que o recorte da problemática impõe-nos o desafio da reflexão interdisciplinar entre a Arquivística e a área de Organização do Conhecimento.

Concluiu-se que, apesar das limitações, a Arquivística vem revisitando seus conceitos e reafirmando-se enquanto ciência em prol da organização e representação dos conhecimentos para cumprir seu papel social.

**Palavras-chave:** Arquivística. Organização. Representação. Conhecimento. Classificação. Descrição.



## ABSTRACT

This study focuses on the theme of the organization and representation of knowledge in the field of Archival Science, presenting a challenge that is central to the discussion of theoretical and methodological foundations that involve the process of arrangement and archival description in the universe of archives. Although arrangement and archival description are recurrently treated in the systematized literature in this area, the vast majority of studies tend to emphasize the technical side, while theory is pushed to the background. This issue shows the need of a theoretical deep study on the organization and representation of knowledge in this domain. This research supports the **hypothesis** that the theoretical and methodological studies in the area of Organization and Representation of Knowledge are essential for deepening Archival Science. It supports the **thesis** that the need to understand organization and representation of knowledge in Archival Science converges to the theoretical and methodological reflection on arrangement and archival description in the very *corpus* of Archival Science. Therefore, the research **proposes** to investigate the grounds on which the organization and representation of knowledge are in the field of the present Archival Science, focusing its processes of arrangement and archival description. Thus, it hopes to contribute to the debate on the issue of organization and representation of knowledge in the area of Archivists as an Information Science area. **Specific** research **objectives** are: 1. To discuss the theoretical foundations of Archival Science and the process of documental treatment; 2. To investigate the contributions of Organization of Knowledge within the scope of ISKO based on the Classification Scheme for Knowledge Organization Literature (CSKOL) of Dahlberg for the organization and representation of knowledge in Archival Science. 3. To analyze concepts and terms used in articles published in the journals *The American Archivist*, *Archivaria*, and *Archival Science*, between 2005 and 2010, aiming to provide aid for the knowledge organization in Archival Science based on the Classification Scheme for Knowledge Organization Literature (CSKOL). Analysis occurs within the analytical-comparative spectrum, where the understanding of the research object is contextualized in the intersection of classical and contemporary Archival Science and the problem imposes the challenge of interdisciplinary reflection between Archival Science and the area of Knowledge Organization. It was concluded that, despite the limitations, Archival Science has been revisiting its concepts and reasserting itself as a science for the sake of organization and representation of knowledge to fulfill its social role.

Keywords: Archival Science. Organization. Representation. Knowledge. Arrangement. Archival Description.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Relação entre os objetivos e os capítulos da pesquisa.....	18
QUADRO 2: Análise tipológica de Gagnon-Arguin (1998).....	53
QUADRO 3: Conceitualização da Classificação Arquivística.....	58
QUADRO 4: Conceitualização Descrição Arquivística.....	75
QUADRO 5: Análise dos caracteres externos e internos dos documentos.....	82
QUADRO 6: Níveis de descrição.....	84
QUADRO 7: Classification Scheme for Knowledge Organization Literature - idealizado por Dahlberg.....	108
QUADRO 8: Sistematização da área de Organização e Representação do Conhecimento.....	113
QUADRO 9: Sistematização da área de Organização e representação do conhecimento com a inclusão do domínio de Arquivística.....	141
FIGURA 1: As três funções vitais inter-relacionadas no processo de tratamento documental arquivístico.....	46
FIGURA 2: Níveis de descrição - ISAD(G) .....	89

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 ARQUIVÍSTICA: CONCEITO, HISTÓRICO, CORRENTES TEÓRICAS E O PROCESSO ARQUIVÍSTICO .....	23
2.1 Arquivística: trajetória histórica e conceitual.....	24
2.2 As correntes teórico-críticas da Arquivística: a integrada, a funcional e a pós- custodial.....	35
2.2.1 A Arquivística integrada.....	36
2.2.2 A Arquivística funcional.....	37
2.2.3. A Arquivística pós-custodial.....	41
2.3 O Processo de tratamento documental arquivístico: identificação, classificação e Descrição.....	44
2.3.1 A Identificação: uma operação metodológica da organização e da representação.....	46
2.3.2 Conceito de classificação arquivística.....	56
2.3.3 Descrição arquivística: a evolução do conceito.....	73
3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CLASSIFICATION SCHEME FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION LITERATURE (CSKOL), NA CONCEPÇÃO DE DAHLBERG.....	93
3.1 A concepção e institucionalização científica da Organização do Conhecimento..	94
3.2 Classification Scheme for knowledge Organization Literature (CSKOL).....	103
4 METODOLOGIA.....	120
4.1 Procedimentos metodológicos utilizados na coleta e análise de dados.....	127
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	137
5.1 Resultados obtidos com o cotejamento entre a discussão teórica e a pesquisa empírica.....	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	155
REFERÊNCIAS.....	165
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	177
APÊNDICES .....	179

APÊNDICE - A	
Tabela - Número total de artigos publicados pelo periódico The American Archivist, Archivaria, (2005-2010) .....	180
APÊNDICE - B1	
Amostra: ficha de resumos dos artigos científicos analisados - The American Archivist (2005-2010).....	181
APÊNDICE - B2	
Amostra: ficha de resumos de artigos Archivaria (2005-2010).....	182
APÊNDICE - B3	
Amostra: ficha de resumos Archival Science (2005-2010).....	183
APÊNDICE - C	
Relação de termos extraídos dos artigos publicados pelo periódico The American Archivist (2005-2010).....	185
APÊNDICE - D	
QUADRO - Amostra de artigos científicos publicados pelo periódico The American Archivist (2005-2010), cujos autores preocupam-se com a representação conceitual dos termos e conceitos utilizados na sistematização do conhecimento da Arquivística .....	189
APÊNDICE - E	
Referências dos artigos científicos da Amostra (The American Archivist - 2005-2010).....	193

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda a temática da organização e da representação do conhecimento no domínio da Arquivística, apresentando, como desafio central, a discussão dos fundamentos teóricos e metodológicos que envolvem o processo de classificação e de descrição no universo dos arquivos. Neste percurso investigativo, buscou-se aporte no corpo teórico e metodológico da Arquivística na área de Organização do Conhecimento.

Ao longo de sua história, a Arquivística tem apresentado conotações ligadas às questões de natureza prática em relação aos documentos e à sua constituição enquanto ciência. Ao analisar essa trajetória, tendo em conta os saberes e as práticas utilizadas nos arquivos desde o século XVIII, Núñez Fernandez (1999) considera que, por mais de dois séculos, o conhecimento disciplinar da Arquivística limitou-se a reproduzir sistematicamente princípios, conceitos, métodos e posturas cristalizadas.

A discussão em torno da questão teórica e conceitual na Arquivística, apesar de ter sido colocada como uma questão relevante durante anos 50 e 60 nos debates fomentados pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA, dos quais derivam estudos que vislumbram a construção de uma identidade científica para a área, é retomada na década de 1970. Nos anos 80, esses debates tornam-se vigorosos com o delineamento de abordagens preocupadas com a revisitação crítica da Arquivística. Em vários países do mundo ocidental e, em especial, no Canadá, na região do Québec, destacam-se os estudos de Rousseau e Couture (1998), Couture, Duharme e Rousseau (1989). No espaço canadense de influência inglesa, florescem as abordagens da arquivística funcional com destaque para os estudos de Taylor (1987), Cook (1997, 2001) e Nesmith (2001). Essa posição crítico-reflexiva adquire expressão também nos Estados Unidos da América (MACNEIL, 1994), na Austrália e no espectro da Arquivística portuguesa, em que se contextualizam os estudos de Silva et al. (2002), Ribeiro (2002, 2005); Silva e Ribeiro (2008). Além disso, não se pode deixar de mencionar os esforços empreendidos pela professora Luciana Duranti (1995) e seguidores (BELLOTTO, 2002a, 2004; TOGNOLI, 2010), voltados à análise documental arquivística no campo da Diplomática Contemporânea. Nesse período de efervescência teórica ainda em curso, torna-se importante citar os

estudos publicados pelo brasileiro Luís Carlos Lopes (1998, 2000), compilados dentro da visão dominante da Arquivística quebequense.

No campo histórico, há evidências de que a necessidade de recuperar e acessar os registros produzidos para os mais distintos fins levou as civilizações antigas a desenvolverem saberes e práticas utilizadas em sua rotina de organização e representação dos documentos. Tradicionalmente, a organização e a representação dos documentos de natureza Arquivística apresentam um forte elo com a localização física, mas nem sempre com a informação contida neles (RIBEIRO, 2005, p. 2).

Na literatura arquivística, os manuais clássicos<sup>1</sup>, em sua grande maioria, procuram focar a história dos arquivos e suas funções (recolher, tratar, custodiar, conservar e promover o acesso aos documentos). Na função relativa ao tratamento documental, a literatura publicada dentro da visão clássica redundava em descrever os princípios fundamentais da Arquivística que balizam os processos de organização e descrição dos documentos arquivísticos. Esta literatura, mais preocupada em resolver problemas práticos relacionados à custódia, organização e descrição dos documentos, produziu um conhecimento aprisionado à natureza material dos arquivos e dos documentos. No pensamento tradicional arquivístico, o estudo do arranjo (classificação) e a descrição eram de natureza empírica. O sujeito investigador observava e descrevia as práticas vivenciadas no cotidiano dos arquivos (RIBEIRO, 1998).

Depois da segunda metade do século XX, a construção do conceito de informação constitui-se em objeto de estudo de disciplinas, como a Ciência da Informação e a Biblioteconomia, que, focadas no estudo da informação registrada, visam à organização, representação, recuperação e ao acesso a ela. E, apesar de o

---

<sup>1</sup> Manuais Clássicos no sentido de representar o conhecimento acumulado e sistematizado defendido pela tradição da Arquivística, dentre estes estão: MULLER, J. A.; FEITH, R.; FRUIN. *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*. Groningen: Erven B. na der Kamp, 1898. Tradução Brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, com o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973; ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: S.E.P.E.N., 1970; CORTÉS ALONSO, Vicenta. *Archivo de España y América: materiales para um manual*. Madrid: Universidad Complutense, 1979, p. 51; JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. London: Perry Lund, Humphires and Co. Ltds, 1944; e SCHLLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Tradução Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

termo informação ter sido utilizado pelo arquivista Theodore R. Schellenberg, em sua obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, editada em 1956, em que o autor, ao distinguir o valor primário e secundário dos documentos, procura demonstrar que os documentos de arquivos devem ser considerados não só pelo seu valor de prova administrativa ou de testemunho para a História, mas também pelo seu valor de **informação** (SCHELLENBERG, 2004, grifo nosso), a literatura desta área, focada no estudo do documento, só passa a se interessar pela construção do conceito de informação recentemente, tendo como precursores os canadenses Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, na obra *Les fondements de la discipline archivistique*, publicada no ano de 1994. Nela os autores defendem a proposta para a integração da Arquivística e pontuam que seu objeto de estudo é a “informação orgânica” - produzida, recebida, acumulada por uma pessoa física ou jurídica no quadro de uma missão (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). No final dos anos 90, na obra *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*, publicada por Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real (SILVA et al., 2002, p. 210); e nos estudos posteriores de Silva (2006); Silva e Ribeiro (2008), defende-se que o objeto de estudo e de trabalho da Arquivística é a informação social, como fenômeno social e humano, registrada em qualquer suporte.

Na concepção da arquivística integrada, o objeto da Arquivística é a informação orgânica (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), enquanto para a arquivística pós-custodial é a informação social como fenômeno inerente aos arquivos (SILVA et al., 2002). Desse modo, abre-se espaço para o reconhecimento de que a Arquivística e a Ciência da Informação compartilham o mesmo objeto, a informação registrada (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002; SMIT, 2003). O reconhecimento de que o objeto da arquivística é a informação registrada apresenta, como singularidade, a necessidade de a Arquivística construir relações interdisciplinares com o campo de estudo da Ciência da Informação e com outras áreas do conhecimento.

Tal postura em favor da aproximação entre a Arquivística e a Ciência da Informação suscita, contudo, opiniões diversas, não havendo consenso entre os estudiosos. Por ser uma temática nova, ainda em debate, pouco investigada pela comunidade arquivística, pode-se dizer que a literatura dominante nesta área tem-se mantido afastada do campo da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Museologia.

Desde o momento em que a produção e a gestão dos documentos migram do meio analógico para o meio digital, colocam-se em cheque teorias e conceitos produzidos para lidar com a materialidade do objeto, o documento de arquivo, passando, então, a ser revestido com a aura da informação. Com isso se reconhece, mesmo que timidamente, que é preciso atribuir um novo significado ao documento enquanto registro, visto ser o objeto que revela a informação tangível e a informação intangível (BUCKLAND, 1991). Isso implica refletir sobre a relação existente entre o conceito de documento e o conceito de informação; sobre a relação entre o conceito de informação e o de conhecimento.

Não se pode resolver esse impasse descrevendo o conceito de documento, ou descrevendo superficialmente os processos relativos à organização e à descrição da informação como meras atividades práticas. A realidade exige esforços reflexivos contundentes. As abordagens teórico-críticas ao reconhecerem os limites da Arquivística, procuram dar o primeiro passo em direção à resolução dos problemas. O segundo passo é dado quando se objetiva o terreno sobre o qual se procura refletir. Neste estudo nos preocupamos em investigar a temática da organização e da representação do conhecimento, que envolve os processos de classificação e descrição no âmbito dos arquivos. O terceiro passo, visto como o mais difícil para os pesquisadores formados dentro de uma área voltada para si mesma é admitir a abordagem reflexiva da temática com um olhar para dentro e para fora das fronteiras disciplinares da Arquivística. Assim, julga-se necessária a agregação de saberes compilados em outros campos do conhecimento, tais como Ciência da Informação e Organização do Conhecimento.

Durante os anos de 1990, estudiosos dos distintos campos do saber passam a se preocupar com o fenômeno denominado de “ressignificação do valor da informação do conhecimento” em cada domínio (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000), tendo em vista que, na sociedade contemporânea, a informação e o conhecimento tornam-se dois valores centrais reconhecidos como a força motriz da sociedade denominada “sociedade da informação”.

Em estudo anterior, Silva e Fujita (2007, 2009), ao examinarem os aspectos teóricos e metodológicos da organização e da representação das informações imagéticas na perspectiva da Arquivística, constataram que os grandes manuais da área (dentre outros, HEREDIA HERRERA, 1991; BELLOTTO, 2002a; SCHELLENBERG, 2006), a despeito de pontuarem o processo de organização e



representação do conhecimento nesse domínio, não se preocupam em analisá-lo de forma aprofundada, permanecendo na superfície dos princípios arquivísticos e em sua relação com os processos de classificação e descrição. Na literatura arquivística contemporânea, à classificação e à descrição são concebidas como operações intelectuais e técnica (HEREDIA HERRERA, 1991). Entretanto, o que se enfatiza é o aporte técnico, sendo a dimensão teórica geralmente relegada ao segundo plano. Em decorrência desse fato, a Arquivística, constituída para equacionar problemas práticos relativos à custódia do patrimônio documental, ao priorizar as técnicas e práticas relativas à classificação, à ordenação e à descrição documentária, sem a reflexão teórico-epistemológica de seu próprio saber, é vista como anacrônica diante dos novos problemas informacionais da sociedade.

Ao analisar detidamente a questão da organização e da representação da informação no âmbito do saber e do fazer arquivístico, Fernanda Ribeiro (2005, p. 2) assinala que, apesar de as práticas empíricas voltadas à organização e à representação da informação terem se desenvolvido associadas aos processos de produção e armazenamento, visando à recuperação e ao uso da informação, a reflexão teórico-metodológica sobre essas práticas, no domínio da Arquivística, é um dado recente, quando comparada ao processo histórico milenar de uso e apropriação da informação.

Nos estudos sobre a temática da classificação nos arquivos permanentes, entendida como processo intelectual e físico, o estudioso brasileiro Renato T. B. de Sousa (2008) pontua que as abordagens sobre a dimensão teórica da classificação apresentam limitações de cunho teórico e prático e, portanto, carecem de um aprofundamento teórico. Segundo o seu ponto de vista, a discussão acerca da classificação arquivística deveria considerar as abordagens que vêm sendo realizadas em outras áreas do conhecimento, tais como Filosofia, História, Administração, Teoria da Classificação, Sociologia, Diplomática Contemporânea, Representação Organização do Conhecimento, Ciência da Informação e nos conhecimentos da própria Arquivística (SOUSA, 2008, p. 160), já que nessas se encontram os fundamentos da classificação. Assim, os estudos sobre os fundamentos relativos à operação da classificação de documentos de arquivos requerem não só o conhecimento formulado pela Arquivística, mas também precisa agregar conhecimentos gerados e desenvolvidos em outros domínios (SOUSA, 2008, p. 160). O autor acrescenta ainda, que isso não pode ser visto como uma

mera “soma de saberes”, mas como uma “articulação” entre proposição e objetivos a serem atingidos. Em outras palavras, a Arquivística precisa fazer uma reflexão sobre a possibilidade de constituir projetos interdisciplinares, nos quais vislumbre uma cooperação com outros domínios, para sua afirmação como ciência.

Considera-se que a área de Organização do Conhecimento, fundada em 1989, pela estudiosa alemã Ingetraut Dahlberg, dentro do escopo da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), constitui campo aberto às diferentes disciplinas dos distintos ramos do saber. Para Ingetraut Dahlberg (2006), na área de Organização do Conhecimento (OC), como as atividades de “organizar” e “representar” são duas atividades inerentes ao próprio conhecimento, elas também são consideradas objeto de estudo da área. Na concepção da autora, cabe à área de OC compreender como o conhecimento é sistematizado socialmente em cada domínio disciplinar.

Dentro do campo da Ciência da Informação, Fujita (2008) verifica que os estudos realizados por Ingetraut Dahlberg (2006), Barité (2001) e Hjørland (1994) são referenciais para que se compreendam os aspectos teórico-epistemológicos, conceituais e de sistematização da organização e representação do conhecimento. Os estudos de Ingetraut Dahlberg (2008), Barité (2001), e Hjørland (2003, 2008), Guimarães (2008) e Fujita (2008) corroboram a ideia de que as abordagens em Organização do Conhecimento fornecem os fundamentos essenciais para o desenvolvimento de estudos da classificação, representação, recuperação da informação e da construção de tesouros, bem como os de natureza terminológica, no campo da Ciência da Informação e no domínio da Biblioteconomia.

Em artigo publicado por Fujita (2008) na revista *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, no qual a autora se dedica à análise minuciosa dos aspectos teóricos e conceituais dos 94 trabalhos apresentados no ENANCIB, no período entre 2005 a 2007, contextualizados dentro do escopo de sistematização da área Organização e Representação do Conhecimento (ORC), verifica-se a seguinte distribuição dos estudos: na Organização do Conhecimento (54,25%); seguida pela Representação do Conhecimento (24,46%). Os restantes (21,29%) são dedicados a Fundamentos Teóricos e Dimensões Interdisciplinares de ORC. A estudiosa verifica que a qualidade e a quantidade das pesquisas comprovam os progressos da ORC no universo da Ciência da Informação que se desenvolve no Brasil. Neste mesmo ensaio, a autora diz:

É preciso pensar na pertinência dos temas relacionados a Museus e Arquivos que tratam da memória e do patrimônio, para que pesquisadores possam participar do ENANCIB, a exemplo dos trabalhos apresentados em 2007, muito embora as práticas e as teorias de organização e representação do conhecimento tenham sido formuladas nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. (FUJITA, 2008).

Assinala-se, então, que é preciso refletir sobre a inclusão, no ENANCIB, de temáticas tratadas no universo dos arquivos e dos museus. Tradicionalmente, o referencial teórico-prático dos estudos de organização e representação do conhecimento esteve restrito à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. No entanto, a organização do conhecimento, como citado, congrega diferentes domínios. Além disso, não se pode esquecer de que Arquivística e Museologia são áreas do campo da Ciência da informação.

A despeito de alguns estudos compilados no interior da Arquivística e no campo da Ciência da Informação pontuarem que o domínio da Arquivística faz parte do núcleo da Ciência da Informação (JARDIM; FONSECA, 1998; ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA et al., 2002; SMIT, 2003; FONSECA, 2005)<sup>2</sup>, cujo domínio específico tem sido dedicado historicamente às atividades de organizar e representar o patrimônio documental arquivístico, questiona-se por que os estudiosos do campo da CI “excluem” de suas abordagens a problemática da organização e da representação do conhecimento no domínio da Arquivística. Como desdobramento dessa colocação, emerge a pergunta principal desta investigação: “A discussão acerca da organização e representação do conhecimento, tal como vem sendo desenvolvida pelos estudiosos do campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, possui relevância teórica e metodológica para a organização e a representação do conhecimento no domínio da Arquivística”?

A partir do problema levantado, a pesquisa parte da **hipótese** de que os estudos teóricos e metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento são essenciais para o aprofundamento teórico e metodológico da Arquivística.

Neste estudo, defende-se a **tese** de que a necessidade de se compreender a temática da organização e da representação do conhecimento converge para a

---

<sup>2</sup> Importante frisar ainda que não existe um consenso acerca dessa questão, na comunidade (científica e profissional) dos respectivos domínios.

reflexão teórica e metodológica da classificação e descrição no próprio *corpus* da Arquivística.

Diante do exposto, a pesquisa **propõe-se** a investigar os fundamentos teóricos e metodológicos nos quais se circunscrevem a **organização e a representação do conhecimento** no domínio da **Arquivística atual** com enfoque para seus processos de identificação, classificação e descrição.

Esta investigação pretende, como **objetivo geral**, contribuir com o debate acerca da problemática da organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística enquanto área da Ciência da Informação.

No planejamento, visando atingir o objetivo geral, foram determinados objetivos específicos, indicando as ações necessárias com o intento de orientar o percurso das diversas etapas da investigação, vislumbrando o seu desenvolvimento e a coerência dos resultados. Assim, contemplam-se como **objetivos específicos** desta pesquisa:

1. Discutir os fundamentos teóricos da Arquivística e o seu processo de tratamento documental.
2. Investigar os contributos da Organização do Conhecimento dentro do escopo da ISKO com base na *Classification Scheme for knowledge Organization Literature* (CSKOL), na concepção de Dahlberg para a organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística.
3. Investigar os termos e conceitos utilizados nos artigos publicados nos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*, entre 2005 e 2010, visando fornecer subsídios para a organização do conhecimento no domínio da arquivística, com base no *Classification Scheme for knowledge Organization Literature* (CSKOL).

#### Quadro 1 - Relação entre os objetivos e os capítulos da pesquisa

SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	
<b>Estrutura</b>	<b>Delimitação</b>
<b>Problema</b>	Embora a classificação e a descrição sejam tratadas de forma recorrente na literatura sistematizada na área da Arquivística, a grande maioria dos estudos tende a valorizar a face técnica, enquanto a teórica é postergada para o segundo plano. Esse problema traz no seu bojo a necessidade do aprofundamento teórico acerca da temática da organização e da representação do conhecimento no

	domínio da Arquivística. Esta investigação procura se debruçar sobre a temática da organização e da representação do conhecimento no domínio da Arquivística apresentando como desafio central a discussão dos fundamentos teóricos e metodológicos que envolvem o processo da classificação e da descrição no universo dos arquivos.
<b>Proposta</b>	Investigar os fundamentos teóricos e metodológicos nos quais se circunscrevem a <b>organização e a representação do conhecimento</b> no domínio da <b>Arquivística atual</b> com enfoque para seus processos de identificação, classificação e descrição.
<b>Objetivo Geral</b>	1) Contribuir com o debate acerca da problemática da organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística enquanto área da Ciência da Informação.
<b>Capítulo 2</b>	<b>Objetivo específico 1:</b> Discutir os fundamentos teóricos da Arquivística e o processo de tratamento documental arquivístico.  <b>Título:</b> 2. ARQUIVÍSTICA: CONCEITO, HISTÓRICO, CORRENTES TEÓRICAS E O PROCESSO ARQUIVÍSTICO 2.1 Arquivística: trajetória histórica e conceitual 2.2 As correntes teórico-críticas da Arquivística: Arquivística integrada, a Arquivística funcional e Arquivística pós-custodial. 2.3 O processo de tratamento documental arquivístico: identificação, classificação e descrição.
<b>Capítulo 3</b>	<b>Objetivo específico 2:</b> Investigar os contributos da Organização do Conhecimento dentro do escopo da ISKO com base na Classification Scheme for knowledge Organization Literature (CSKOL), na concepção de Dahlberg para a organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística.  <b>Título:</b> 3. ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CLASSIFICATION SCHEME FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION LITERATURE (CSKOL), NA CONCEPÇÃO DE DAHLBERG 3.1 Contributos da Organização e Representação do Conhecimento para os processos de classificação e a descrição arquivística
<b>Capítulo 4</b>	<b>Título:</b> 4. METODOLOGIA
<b>Capítulo 5</b>	<b>Objetivo específico 3:</b> Investigar os termos e conceitos utilizados nos artigos publicados nos periódicos American Archivist, Archivaria e Archival Science, entre 2005 e 2010, visando fornecer subsídios para a organização do conhecimento no domínio da arquivística, com base no Classification Scheme for knowledge Organization Literature (CSKOL).  <b>Título:</b> 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS
<b>6</b>	CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Fonte:** Elaboração da autora

O fator motivador do estudo foi aos poucos sendo constituído, ainda no curso de graduação em Arquivologia, ao analisar os manuais de Heredia Herrera (1991) e Schellenberg (2004). Visando tecer uma análise comparativa sobre a classificação, percebeu-se que se tratava de um tema instigante para o desenvolvimento de pesquisas posteriores. Mais tarde, a leitura de obras que procuram fazer uma reflexão sobre a Arquivística, publicadas por Rousseau e Couture (1998); Lopes (1998); Silva et al. (2002) e Manuel Vázquez (2008) muito nos interessaram. Ao investigar a relação entre a Arquivística e Ciência da Informação, visando discutir a questão da recuperação da Informação (SILVA; FUJITA; DAL`EVEDOVE, 2009), constata-se que a Ciência da Informação assim como a Arquivística podem constituir relações disciplinares com o compartilhamento dos conhecimentos. Ao investigar aspectos teóricos e metodológicos do tratamento documental arquivístico a fim de compreender o processo de organização e a representação das informações imagéticas pela perspectiva da Arquivística (SILVA; FUJITA; BIZELLO, 2009), torna-se clara a carência de análises sobre a temática da organização e da representação na dimensão da Arquivística, particularmente no Brasil. Portanto, o fato motivador desta pesquisa advém das leituras que antecedem o seu desenvolvimento e dos estudos utilizados como referencial teórico nacional, com destaque para a literatura internacional publicada dentro da vertente tradicional e da vertente contemporânea, que advoga a favor da revisão teórica e conceitual sob os mais diferentes matizes ao longo de quase 40 anos. Vale assinalar que a leitura do artigo publicado pela estudiosa Mariângela S. L. Fujita (2008), no qual ela aborda os aspectos teóricos e conceituais da organização e representação do conhecimento nos serviu de inspiração para a reflexão sobre o tema deste estudo. Enfim, o fator motivador para esta investigação é de natureza teórico-metodológica e endossa a discussão da organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística.

Entende-se que a investigação da temática "organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística" possui relevância no plano teórico e no plano prático. No plano teórico, o estudo se preocupa em demonstrar que a investigação desse tema é importante para serem discutidos e compreendidos os fundamentos da classificação e da descrição arquivística. Tende, ainda, a deixar clara a importância do referencial teórico e metodológico gestado na área de Organização do Conhecimento como domínio auxiliar na construção dos fundamentos teóricos dos respectivos processos. No plano prático, o estudo procura

ratificar que, no processo de tratamento documental arquivístico, as tarefas operacionais não podem mais ser concebidas como atividades isoladas em si mesmas. A classificação enquanto atividade prática possui um forte vínculo com a identificação, mas também com a atividade de descrição sendo importantes não só para o processo de organização e representação do conhecimento, já que delas resultam também outros produtos, tais como guias, inventários e catálogos. Por isso, a classificação e a descrição são fundamentais para o processo de recuperação e acesso a informações no universo dos arquivos. Vale lembrar que a relação entre conhecimento teórico e prático é dialética, uma vez que um não existe sem o outro, pois o conhecimento prático sem o teórico é cego, confuso e estéril.

A Arquivística, enquanto ciência em construção, ao dirigir esforços ao equacionamento de problemas e dilemas teóricos, produzirá reflexos no trabalho realizado pelos profissionais e nos serviços prestados pelas instituições. Ao se apropriarem de um conhecimento teórico e metodológico, os sujeitos tendem a exercer suas atividades de modo mais eficiente. No caso, a classificação e a descrição, realizadas dentro de um padrão de qualidade, possibilitarão aos usuários dos arquivos recuperar e acessar conteúdos informacionais de forma rápida e segura. Neste sentido, a justificativa social deste estudo está pautada no papel social da Arquivística e na responsabilidade social dos arquivos e dos sujeitos que neles atuam.

A Arquivística, enquanto área do conhecimento, exerce efetivamente seu papel social quando comprometida com a reflexão sobre problemáticas que dizem respeito ao seu desenvolvimento científico, sem perder de vista os problemas enfrentados pela sociedade. Por outro lado, os profissionais que atuam nesse ramo devem ter consciência de que as atividades de classificar e descrever estão conectadas a suas respectivas responsabilidades sociais em relação ao atendimento às demandas, em relação ao acesso social e democrático à informação e ao conhecimento disponível no patrimônio documental arquivístico.

O segundo capítulo, “Arquivística: conceito, histórico, correntes teóricas e o processo arquivístico”, inicia-se com a discussão acerca do conceito de Arquivística. Em seguida, faz-se um breve resgate da história da Arquivística de modo a contextualizar seu nascimento e a formulação de seus princípios teóricos. Na seção seguinte, resgatam-se aspectos teóricos e conceituais discutidos pelos estudos revisionistas da Arquivística. Por fim, discute-se o tratamento documental

arquivístico, enfocando os processos de identificação, classificação e descrição arquivística, de modo a evidenciar a relação entre a teoria e a prática.

No terceiro capítulo, “Organização do Conhecimento: *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL)”, discutem-se aspectos teóricos e conceituais da Organização e Representação do Conhecimento, dentro da teoria da Organização do Conhecimento. No segundo momento, faz-se uma análise do *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL), proposto por Dahlberg, com o intuito de verificar os contributos da Organização e Representação do Conhecimento para a construção de um conhecimento que endosse a reflexão teórica e metodológica de sua organização e representação no domínio da Arquivística, bem como os processos de classificação e descrição nessa dimensão.

O quarto capítulo pontua e descreve a metodologia adotada para a realização da pesquisa, empírico-analítica. A pesquisa se insere no quadro teórico sistematizado pela Arquivística clássica e contemporânea. A análise ocorre dentro do espectro analítico-comparativo, no qual a compreensão do objeto de investigação contextualiza-se no entrecruzamento da Arquivística clássica e contemporânea, sendo que o recorte da problemática impõe-nos o desafio da reflexão interdisciplinar entre a Arquivística e a área de Organização do Conhecimento (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p.114; TENNIS, 2008, p.104).

No quinto capítulo, “Análise e discussão dos resultados”, computam-se os dados coletados da pesquisa aplicada acerca dos termos e conceitos extraídos dos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science* (2005-2010). Em seguida, com base na coleta de dados e na discussão teórica e conceitual da Arquivística, faz-se uma análise dos resultados, observando as implicações do modelo de estudo defendido nesta pesquisa, de modo a entrever os possíveis desdobramentos e tendências para a organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística. Por último, embasada nos resultados obtidos ao longo do percurso investigativo, foram tecidas as considerações finais.



## 2 ARQUIVÍSTICA: CONCEITO, HISTÓRICO, CORRENTES TEÓRICAS E O PROCESSO ARQUIVÍSTICO

O termo arquivística, como adjetivo, significa “relativo aos arquivos” e, como substantivo, a disciplina ou “ciência da gestão dos arquivos”, a qual nasce no final do século XIX, mas só se torna conhecida depois da primeira metade do século XX<sup>3</sup>, com a divulgação do *Manual* de Muller, Feith e Fruin, publicado em 1898 (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 27; DUCHEIN, 1993, p. 21).

Na década de 70, o *Dictionnaire de Terminologie Archivistique Française* conceituava Arquivística como uma disciplina voltada ao tratamento dos aspectos teóricos e práticos da função, da administração e gestão dos arquivos (DUCHEIN, 1993, p. 24). No entender do autor, esta é uma definição vaga porque não precisa os limites desta administração ou da gestão dos arquivos. Influenciados pela corrente de pensamento francesa e pela linha de pensamento norte-americana, os teóricos da arquivística canadense, Rousseau e Couture (1998), conceituam-na como:

Disciplina que rege a gestão da informação orgânica (arquivos) e pode assumir três formas: 1) uma unicamente administrativa (*records management*), cuja principal preocupação é ter em conta o valor primário do documento; 2) uma forma tradicional, que põe a tônica unicamente no valor secundário do documento; 3) uma forma integrada englobante, que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente com o valor primário e secundário do documento. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 284).

Nesse conceito, a gestão da informação orgânica passa a ser vista dentro de três perspectivas: tradicional (histórica); a dos *records management* (gestão dos documentos de uso administrativo) e a integrada, que se ocupa de ambos os valores. Nessa definição, o conceito de Arquivística ganha novos elementos e sua singularidade é a própria informação orgânica arquivística, de que se infere que o domínio da Arquivística não pode se esquivar da discussão sobre o que ela entende por informação e, por outro lado, infere uma aproximação entre a área da Arquivística e o campo da Ciência da Informação.

Observa-se que, na literatura brasileira, não há preocupação em distinguir os termos “Arquivologia” e “Arquivística”. Geralmente esses conceitos são utilizados

---

<sup>3</sup> O termo Arquivística foi utilizado na Itália em 1928, por Eugenio Casanova; na França, depois da Segunda Guerra Mundial, em 1950; na Espanha em 1960, por Atônio Matilla Tascón, na *Cartilla de Organización de Archivos* (1960).

como sinônimos. No *Dicionário de Terminologia Arquivística*, elaborado pelo Núcleo Regional de São Paulo, o termo Arquivística é definido assim:

Arquivística - também conhecida como arquivologia – que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 5).

O Arquivo Nacional, em 2005, publica o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, no qual se define:

Arquivologia é a “disciplina que estuda as funções do arquivo, princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 29).

Os conceitos acima, extraídos de obras de referência terminológica utilizadas no país, evidenciam que não há um consenso quanto ao uso desses termos. Essa confusão terminológica é recorrente na literatura brasileira assim como na de outros países hispano-americanos<sup>4</sup>.

Na literatura publicada pela Arquivística, seu conceito não é representado, nem concebido de forma hegemônica. De modo geral, possui um forte vínculo com posturas epistemológicas construídas pela comunidade que o gerou. Assim, pode-se dizer que o conceito de Arquivística, inscrito no passado ou no presente, não é fixo, ele vem sendo ampliado junto com a área. Contudo, faz-se necessário esclarecer que, para efeito deste estudo, assume-se o termo Arquivística por entender que ele seja o mais apropriado, por ser o mais utilizado e reconhecido pela comunidade arquivística internacional.

Defende-se, também, que, sem um resgate histórico conceitual, não é possível situarmos e compreendermos o paradoxo da organização e da representação do conhecimento na Arquivística atual.

## **2.1 Arquivística: trajetória histórica e conceitual**

---

<sup>4</sup> Ver o artigo “El concepto de archivologia”, do professor argentino Aurelio Tanodi, publicado em 1960, no qual ele defende o uso de termos específicos Archivologia/Archivonomia.

A literatura tradicional sobre a Arquivística europeia resultou na formatação de duas tendências diferentes e complementares, notadamente a escola italiana e a escola francesa. A primeira está fundamentada nos estudos de Eugênio Casanova (1928), seguida pelos estudos de Elio Lodolini (1984). A concepção italiana caracteriza-se por fazer uma imersão no conceito de arquivo, cuja evolução tende a coincidir com as grandes mudanças sociais e políticas da sociedade (MARTÍN-POZUELO CAMPILOS, 1996, p. 111). Já a escola francesa defende a concepção segundo a qual os arquivos são incluídos na totalidade da história, ou seja, a história dos arquivos está condicionada pela própria história da sociedade.

Essas duas concepções formuladas na primeira metade do século XX, embora reformuladas, permanecem latentes e visíveis no tecer dos estudos teóricos representado nos grandes manuais de Arquivística e são elas que orientam as pesquisas nesse campo, particularmente quando se trata de investigar sua construção histórica. Nesse processo, o Estado, enquanto instituição, assume um papel singular na constituição dos arquivos, com ressonâncias na construção do seu conhecimento.

Deve-se ressaltar que a Arquivística, enquanto prática é tão antiga quanto a escrita e quanto a construção dos arquivos, como local de guarda para preservação da memória da atividade humana, configurada nos registros sobre os mais diversos suportes, tais como argila, madeira, papiro, pergaminho ou papel.

O teórico Robert-Henry Bautier (1968), ao analisar a história dos arquivos e sua relação com o nascimento da Arquivística, considera o período compreendido entre o século XVI e o início do século XIX “a fase crucial dos arquivos” porque reflete o amadurecimento do sistema tradicional. Nessa fase, a preocupação com a resolução dos problemas, no âmbito da realidade arquivística europeia, induziu a reflexão sobre a própria disciplina, convergindo para a formulação dos seus princípios essenciais. As circunstâncias que possibilitaram o surgimento da Arquivística não se deram por forças de rupturas em relação às práticas e aos princípios enraizados em seu trabalho, mas se vinculam diretamente ao desenvolvimento da Administração estatal e privada, desencadeadas, sobretudo, depois do século XVI.

Torna-se importante lembrar que, com a queda do feudalismo (século XV) e ascensão do capitalismo (após o século XVI), deu-se continuidade ao processo de fortalecimento do poder absolutista. A partir de então, houve incremento na

organização administrativa estatal, visando aumentar o controle e a organização do poder do Estado constituído, por parte dos governantes, inclusive de suas colônias. Por outro lado, diferentemente da sociedade anterior, na sociedade capitalista as relações econômicas e sociais tornam-se mais complexas, baseadas na racionalidade do processo produtivo e no trabalho assalariado. É nesse período que ocorre a criação de sistemas de classificação de documentos – *registratur*<sup>5</sup>- que, utilizado inicialmente na Alemanha, logo passa a ser adotado pela Europa ocidental e oriental. O complexo contexto econômico, social e político explicam em parte por que, depois do século XVI, o desenvolvimento da administração estatal e a nova classe burguesa, juntamente com a Igreja, vão influir na criação de novos arquivos centralizados do Estado.

A partir do século XVI, então, a rotina do labor arquivístico passa a ser disciplinada por normas regulamentares, geralmente formuladas nos meandros da administração oficial<sup>6</sup>. Conforme Ribeiro (1998) e Silva et al. (2002, p. 93), essas normas, que serviam de orientação para o trabalho no interior dos arquivos, já portavam o gene dos princípios gerais da natureza arquivística e, ao longo de dois séculos, vão tomando forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina, a Arquivística, enquanto construção conceitual e sistemática de um saber milenar da gestão de arquivos.

A política de transferência dos acervos de origens diferentes para um único espaço teve impacto brusco na organização arquivística, promovendo, em curto prazo, um ajuste metodológico e, em longo prazo, servindo para despertar a reflexão acerca dos fundamentos da nova disciplina. Deduz-se que esse fato tem peso considerável no desenvolvimento das práticas de organização e na formulação dos fundamentos da nova disciplina, instituídos no século XIX.

Conforme Ribeiro (1998, p. 26), na Idade Moderna surgem as primeiras normas escritas com a finalidade de orientar o trabalho arquivístico. No decorrer do

---

<sup>5</sup> Conforme Silva et al., 2002, p. 91 - O *registratur* surgiu em decorrência da reforma do trabalho administrativo em Berlim, Munique. O sistema *registratur* consiste na manutenção por processos de negócios ou ato administrativo, sendo cada um deles formado pelo conjunto de documentos recebidos e pelas minutas de cartas expedidas por ocasião de um mesmo negócio, ordenados cronologicamente e, em regra, costurados em um mesmo caderno de registros.

<sup>6</sup> Durante o século XVI, alguns monarcas passam a exigir o direito de propriedade dos acervos reunidos e mantidos por altos funcionários em decorrência de suas funções. Assim se constituíram grandes arquivos estatais de modo a reunir, de forma centralizada, a volumosa massa recolhida de distintas instituições do corpo administrativo do Estado absolutista europeu.

século XVII aparecem os primeiros manuais de forte conotação jurídica. A partir de então, os arquivistas passam a “pensar a prática” e a sistematizar o saber, surgindo as primeiras obras sobre a organização dos Arquivos.

Durante o século XVIII, na Europa, publicam-se manuais de arquivística, nos quais se evidencia a organização dos arquivos, a partir de dois sistemas distintos para sua classificação documental<sup>7</sup>, ou seja, a classificação com base na tipologia documental e a classificação metódica, por ordem alfabética, arranjada com base no assunto (BAUTIER, 1968, p. 147). Os esforços dos arquivistas franceses denotam a necessidade de se criarem práticas e métodos para a organização dos registros antigos. Por outro lado, fazem-nos compreender o papel da França na gênese e no desenvolvimento da disciplina de Arquivística.

A Revolução Francesa (1789) promove grandes transformações na história da França. As mudanças decorrentes do processo revolucionário francês acabaram repercutindo em toda a Europa, assinalando um novo marco no processo de construção da Arquivística e na história dos arquivos. Com a queda do Antigo Regime, ocorre a nacionalização dos bens das antigas classes dominantes e a apropriação dos respectivos cartórios, em que se mantinham guardados os títulos de posse e a documentação referente à administração das propriedades confiscadas pelos revolucionários.

Em decorrência desse fato, ocorre a anexação da massa documental dos arquivos privados aos depósitos do Estado (RIBEIRO, 1998, p. 28), juntamente com as apropriações desordenadas dos bens materiais, livros e documentos em um só depósito. Com a promulgação do Decreto de 18 de Brumário (1789), criam-se os *Archives Nationales* na França com a finalidade de conservar e manter os documentos oficiais nos quais se passava a assentar o novo regime do Estado-Nação.

Na concepção de Cook (2001), Hans Booms (1987, 1991-1992) e Oddo Bucci (1992), os arquivos tradicionalmente foram institucionalizados pelo Estado e para servir ao Estado, como parte de sua estrutura hierárquica e sua cultura organizacional. Portanto, desde o início, a teoria arquivística encontrou sua

---

<sup>7</sup> Os manuais de Pierre Camille Le moine, « Diplomatique pratique ou traité de l'arrangement des archives et trésors des chartes... » (1765), publicada em Metz; e a obra de J.G.Chevrière, « Le nouvel archiviste, contenant une nouvelle méthode de ranger un Chartier dont l'ordre chronologique est la base » (1778), publicado em Paris (BAUTIER, 1968, p. 147; DUCHEIN, 1993, p. 19).

legitimidade nos modelos estatistas, evidenciada, sobretudo, pelo estudo do caráter patrimonial e da propriedade dos registros mais antigos do Estado.

Durante os séculos XVIII e XIX, o ideal revolucionário francês passa a ser incorporado por outros países, com implicações análogas quanto à nacionalização dos bens da Igreja e de parte da nobreza, com a respectiva centralização dos arquivos.

Assim, sob a tutela do Estado-Nação, criam-se arquivos e bibliotecas de caráter nacional, a fim de guardar e conservar a massa documental nacionalizada nos mais diversos países<sup>8</sup>. Em Portugal, a valorização dos arquivos configurou-se com base na perspectiva histórico-cultural associada à criação da Academia Real da História Portuguesa (1820). Assim como outros países europeus, Portugal adotou o legado da Revolução Francesa no que se refere aos arquivos. Conforme Ribeiro (2002b, p. 19), o arquivo da Coroa foi convertido em Arquivo Nacional e, com a função de recolher, incorporou os arquivos dos organismos estatais extintos pela nova ordem liberal. A criação dos arquivos nacionais nesse período também era justificada com base no sentimento de nacionalismo espalhado por toda a Europa. Os arquivos nacionais eram concebidos como lugar onde os historiadores poderiam buscar as raízes da identidade nacional.

No entender de Silva e Ribeiro (2002), os arquivos focados na custódia priorizaram as atividades de recolhimento, organização, arranjo e descrição dos documentos, limitando o espectro da Arquivística ao tecnicismo. Já a função direcionada aos serviços configurou-se dentro do legado das funções atribuídas aos arquivos e bibliotecas nacionais, criados para salvaguardar os documentos que servem à memória, à identidade do Estado-Nação, bem como ao acesso à cultura e à educação do cidadão letrado. Desta forma, os arquivos e as bibliotecas se constituíram como espaços para poucos, a cultura erudita e os pesquisadores.

Conforme os estudos de Eugenio Casanova (1928), o longo período compreendido entre os séculos XVI e até a segunda metade do século XVIII foi marcado pela construção da acepção dos arquivos como fonte para a História.

---

<sup>8</sup>Dentre os quais, se destacam o Public Record Office (1851), no Reino Unido; o Archivo General Del Reino (1858) e o Archivo Histórico Nacional (1866), na Espanha. Vale lembrar que o Archivio di Stato de Roma foi criado em 1071 (CASANOVA, 1928, p. 416-417).

Nesse período, o Humanismo passa decisivamente a influenciar a concepção de arquivos e a construção da Arquivística.

Como se sabe, a Arquivística europeia nasce umbilicalmente ligada ao universo do saber da Diplomática e da Paleografia, ambas dedicadas à análise dos documentos antigos escritos. Foi nesses dois modelos disciplinares e no modelo do historicismo que a Arquivística desenvolveu seu corpo teórico e metodológico.

A partir da segunda metade do século XVIII, a historiografia positivista passa a influenciar, de forma decisiva, o desenvolvimento das práticas arquivísticas, tendo em vista a natureza probatória e testemunhal dos documentos antigos, concebidos como fonte de investigação para a História. Com a aproximação entre arquivistas e historiadores, os arquivos passam a ser considerados como os “laboratórios de história”. A influência da perspectiva historicista, a partir de então, passa a ser tão intensa que os arquivos perdem a primitiva função administrativa e incorporam a função de servir à História (RIBEIRO, 1998). Depois do século XVIII, se reconhece que “não basta conservar, é necessário organizar a documentação para constituir verdadeiramente um arquivo” (CASANOVA, 1928, p. 356). Para Martín-Pozuelo Campilos (1996, p. 112), essa preocupação levou necessariamente ao ajustamento da noção de ordem na concepção de arquivo.

Diante da realidade desordenada da volumosa massa documental nos *Archives Nationales* da França havia a necessidade de se estabelecer uma ordem. O Ministério do Interior francês promulga, então, em 24 abril de 1841, as “instruções” para ordenação e classificação dos arquivos departamentais e comunais, cuja inspiração é atribuída ao arquivista e historiador Natalis de Wally. Assim, na primeira metade do século XIX, Wally (1841) defendia:

O agrupamento dos documentos por fundos, isto é, “reunir todos os documentos provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos” [...] Além disso, recomendava evitar-se qualquer tentativa de constituir coleções. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 8).

De acordo com essa norma, determinava-se a separação dos documentos por fundos, com base na origem e nela também se previa a ordenação por assunto. O princípio não passava de uma norma administrativa, sancionada pelo Ministro do Interior francês, T. Duchatel. Não havia nenhum caráter científico.

O conteúdo teórico do princípio francês de *respect des fonds* pode ser resumido em dois pontos centrais: abriga o conceito de fundo como conjunto de documentos de uma mesma procedência, instituição ou família, ou indivíduo e resguarda a precisão da ordem do próprio fundo (MARTIN-POZUELLO CAMPILOS, 1996, p. 29).

Esse princípio na verdade expõe as regras de toda a classificação e, em seguida, passa a determinar o método que deve ser aplicado na prática em relação aos documentos de um fundo de arquivo. Na concepção da Arquivística clássica, o princípio da proveniência é o único meio de garantir, por um lado, a integridade administrativa do arquivo de uma unidade e, por outro, o pleno valor de testemunho dos documentos de um fundo.

Na literatura arquivística, verifica-se que há uma preocupação recursiva em descrever e analisar a origem do princípio “do respeito aos fundos”; no entanto essa preocupação não é realizada em relação à origem do princípio da proveniência<sup>9</sup>.

Durante a pesquisa do referencial teórico para o desenvolvimento deste capítulo, localizou-se o artigo de Ernest Posner “Max Lehmann y el origen del principio de procedencia”, cujo original de 1967, reproduzido em 1985<sup>10</sup>, em que ele resgata o papel dos arquivistas prussianos e destaca o protagonismo de Max Lemann na história da origem do princípio da proveniência.

No final século XIX, o historiador alemão, Heinrich von Sybel, Diretor dos *Arquivos Estatais Prussianos* e da agência *Privy State Archives*, em Berlim, contava com um quadro seleta de arquivistas eruditos<sup>11</sup>, dentre os quais Paul Bailleu, Freidrich Meinecke e Max Lehmann. Esse grupo de arquivistas, ao enfrentarem dificuldades para recuperar os documentos estatais organizados com base no

---

<sup>9</sup>Embora Schellenberg (2006, p. 245-246) pontue que, durante a segunda metade do século XIX, o preceito francês de agrupar os documentos oficiais de acordo com a origem nos organismos públicos administrativos tenha sido reformulado pelos arquivistas prussianos, dando origem ao princípio da proveniência, ele não se aprofunda.

<sup>10</sup>Ver POSNER, E. Max Lehmann y el origen del principio de procedencia. In: WALNE, Peter. (Comp.). *Techniques modernes d'administration des archives et de gestion des documents: recueil de textes: la administración moderna de archivos y la gestión de documentos: el prontuario RAMP administración Moderna de Archivos y la Gestión de documentos: el Prontuário RAMP y UNISIST*. Paris: UNESCO, 1985. p. 97-103. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000679/067981so.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

<sup>11</sup>Durante a gestão de Heinrich von Sybel (1875-1895), esses arquivistas tinham uma rotina singular, na qual se previa o intercâmbio de experiências com a promoção de discussões nos encontros mensais (POSNER, 1985).



assunto ou matéria, coloca a necessidade de se formular um novo preceito para ser aplicado na ordenação dos documentos (POSNER, 1985, p. 97-100).

Durante a gestão de Heinrich von Sybel (1875-1895), o arquivista e historiador Max Lehmann elabora a *The Regulations of July 01, 1881*<sup>12</sup>, em que se prescrevia “o respeito para cada ordem original”, e “para cada designação original” (POSNER, 1985, p. 97), ou seja, a ordenação dos documentos deveria ser realizada com base na ordem original e na designação dada nas oficinas. Foi essa regulamentação que originou a *provenienzprinzip* ou “princípio de proveniência”, que, desde a sua concepção, já assume caráter teórico, com a possibilidade de vir a ser acatado como fundamento para a atividade prática direcionada à organização dos documentos estatais naquele contexto. Em 1897, o princípio foi adotado pelo governo da Holanda e passa a ser empregado por seus arquivistas.

Em decorrência desses fatos, em 1898, assinala-se o grande marco da história da Arquivística, com a publicação do manual de Sumuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, sob o título *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*<sup>13</sup>, reconhecido na literatura como “Manual dos arquivistas holandeses”. Para o teórico canadense Terry Cook (1997), a publicação dessa obra resultou da cooperação entre a Associação dos Arquivistas holandeses, o Ministério do Interior da Holanda e o Estado dos Países Baixos. Nas palavras de Cook (1997, p. 21): “cada uma das cem regras elencadas no manual foi formalmente discutida pela sociedade arquivística durante a década de 1890”. Trata-se de uma obra que demandou muita discussão e esforços até sua sistematização e que até hoje continua sendo revisitada e respeitada.

Corroborar-se a ideia de Cook (1997) de que a principal contribuição dos arquivistas holandeses está no fato de eles conseguirem articular o estudo sobre a natureza dos arquivos com a sua respectiva organização e descrição dos documentos a partir do princípio da proveniência.

Portanto, a regulamentação criada por Max Lehmann (1881) e o manual dos arquivistas holandeses representaram um grande avanço para a construção teórica

---

<sup>12</sup> Também reconhecida como as Regulações Sybelinas (1881).

<sup>13</sup> MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*. Groningen: Erven B. na der Kamp, 1898. Tradução Brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, com o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973.

e prática da Arquivística enquanto disciplina. Apesar de algumas limitações teóricas, e isso é muito próprio de uma ciência inicial, considera-se que o tratado dos arquivistas holandeses<sup>14</sup> deu à Arquivística sua certidão de nascimento, permitindo que ela pudesse construir sua trajetória com base em seus princípios e conceitos.

Na segunda metade do século XX, o percurso histórico da Arquivística foi marcado por duas variáveis: as preocupações com o equacionamento dos problemas dos arquivos modernos, com o desenvolvimento de práticas arquivísticas, e, por outro, com as preocupações em torno da necessidade de se construir consenso acerca dos conceitos e métodos utilizados pela Arquivística no mundo.

As iniciativas, visando articular o discurso aos problemas dos arquivos modernos, vieram dos Estados Unidos na voz de Schellenberg. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos instauraram grande reforma administrativa, com o objetivo principal de racionalizar e controlar a informação de grandes massas documentais. Coube à Comissão Hoover propor tal mudança no âmbito do governo federal, atingindo inclusive o seu Arquivo Nacional. O desenvolvimento econômico, o aumento da população americana e a ampliação das complexas ações governamentais, nesse período, fizeram com que uma grande massa documental fosse gerada<sup>15</sup>. A reorganização administrativa norte-americana criou, então, um modelo que estabelecia o controle de documentos de arquivo, desde sua produção até o armazenamento, no qual se previa a eliminação antes da guarda permanente.

Em decorrência da *explosão da informação* e do desenvolvimento tecnológico promovido pelo capitalismo na década de 1950, surge nos Estados Unidos da América a Ciência da Informação. A partir de então, a informação passa a ser concebida como *recurso estratégico a ser gerenciado* (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; LOPES, 1998; SILVA; FUJITA; DAL`EVEDOVE, 2009). Assim, o denominado

---

<sup>14</sup> Depois de publicado, o manual de Muller, Feith e Fruin (1898) foi traduzido para o idioma alemão (1905); o italiano (1908), o francês (1910), e tardiamente para o inglês (1940) e, só em 1960, para o português. Durante o século XX, a obra e o pensamento dos arquivistas holandeses serviram como fonte de inspiração e de referência para produção e desenvolvimento da teoria e para a prática arquivística em diversas partes do mundo ocidental. Na Europa, constituiu-se uma Arquivística à sombra do manual dos arquivistas holandeses, focada na custódia e na conservação dos documentos com grande valorização dos arquivos históricos.

<sup>15</sup> Schellenberg (2006) cita que o volume de documentos do governo Federal dos Estados Unidos, até a Guerra Civil (1861), era de 2.832 metros cúbicos e, durante a Segunda Guerra Mundial, a produção média anual era de dois milhões de pés cúbicos (56.640m cúbicos).

enfoque informacional emerge na sociedade industrial avançada, em função da atribuição de novos valores à informação, relacionado à significação social do progresso do conhecimento e da inovação tecnológica.

Nesse período problemático da acumulação desordenada de documentos pelos órgãos públicos dos Estados Unidos, o historiador e arquivista Theodore Roosevelt Schellenberg elabora a obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, de 1956 (SCHELLENBERG, 2006). Nela, o autor defende que a administração dos documentos arquivísticos de valor primário e de uso corrente era fundamental para a eficiência das funções político-administrativas do governo federal. O autor faz ainda uma reflexão acerca da importância do valor primário dos documentos para o seu criador original e do valor secundário, para a pesquisa histórica, bem como para a informação cultural (SCHELLENBERG, 2006, p. 180-181). O valor secundário dos documentos para Schellenberg se divide em valor probatório e valor informativo, refletindo diretamente a importância dos registros não só para os investigadores, como também para os administradores.

Para Schellenberg (2006), administrar os arquivos correntes tornava-se necessário, já que isso promoveria a eficiência na administração dos serviços públicos e a economia de tempo na recuperação de documentos, dando acesso rápido ao povo, ao governo e aos pesquisadores. Apesar de Schellenberg ter fundamentado sua teoria nos princípios clássicos, ele desenvolve uma nova concepção da aplicação prática dos antigos princípios para o gerenciamento dos arquivos modernos. Nesse período, o conceito de “*records group*” possibilitou o surgimento do “*records management*”, entendido como a aplicação de método de economia e eficácia na gestão de documentos de uso corrente, ou seja, desde a sua produção.

No âmbito da Arquivística, tudo indica que, com a criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1950, reconheceu-se que os manuais publicados dentro da tradição de cada país apresentavam um conhecimento fragmentado, evidenciado por grande diversidade terminológica. Para Tanodi (1960), a disciplina ligada aos arquivos precisava se preocupar com seu objeto de estudo e com a elaboração de uma terminologia universal. Essa disparidade entre teoria e prática tem dificultado a construção de consensos sobre determinados conceitos e levado a comunidade científica, nos últimos anos, a defender a revisão conceitual da Arquivística.

Entre os anos 50 e 70, buscou-se refinar as práticas de organização com base na teoria das “três idades”, utilizada para fundamentar o ciclo vital dos documentos, bem como práticas e procedimentos direcionados à organização nos arquivos correntes; arquivos intermediários e permanentes ou históricos.

A referida concepção, por um viés interpretativo, defendia que a organização e a representação com base no princípio da proveniência diziam respeito aos arquivos históricos. Diante desse quadro, de um lado estava a Arquivística tradicional europeia e, do outro, a vertente moderna norte-americana que pregava, desde os anos 50, a gestão dos documentos administrativos. Essas duas tendências apresentavam-se como antagônicas, com a separação entre *archives* e *records*.

O tecnicismo da Arquivística não impediu, entretanto, a construção de estudos de natureza teórica, evidenciada após os anos 70, o que é confirmado pelo grande número de estudos teóricos publicados. Desde então, o *corpus* da Arquivística passa a ser colocado em discussão. O reconhecimento das inconsistências do conceito de fundo demarca o início do processo de revisão teórico-crítica em curso, a partir dos franceses Carlo Laroche (1971) e Michel Duchein (1977), e dos canadenses Rousseau e Couture (1998). A noção de fundo, tal como foi formulada em 1841, para Michel Duchein (1977) é um conceito meramente operatório.

A partir dos anos 80 do século XX, emerge no cenário da Arquivística mundial um movimento intelectual profissional (já latente na década de 70), caracterizado por iniciativas individuais ou coletivas (associações de Arquivistas, grupos de pesquisa acadêmica), disposto a discutir as lacunas de seu arcabouço teórico-metodológico. Trata-se de um movimento que, desde então, passa a cogitar a construção da cientificidade da Arquivística. Isso resultou no delineamento de distintas posturas teóricas comprometidas com a resolução de problemas além do universo empírico da Arquivística tradicional e de suas fronteiras disciplinares. Na Europa, pontuam-se os estudos desenvolvidos na Holanda, configurados na “arquivística multifuncional” de Angelika Menne-Haritz, da Escola de Marburgo; nos Estados Unidos da América, destacam-se os trabalhos de David Bearman, Margaret Hedstrom, David Wallace e Helen Samuels (RIBEIRO, 2002, p. 104). No Canadá constituíram-se duas posições teóricas, a defensora da arquivística integrada e a que advoga em favor da arquivística funcional. Nesse contexto não se destacam, ainda, os estudos realizados por Luciana Duranti (1995), na área da Diplomática contemporânea e os

de Heather MacNeil (2000), ambas defensoras da validação do contexto de produção dos documentos eletrônicos. Emerge, no final dos anos 90, em Portugal, a linha de pensamento que defende a Arquivística pós-custodial.

## **2.2 As correntes teórico-críticas da Arquivística: a integrada, a funcional e a pós-custodial**

Para esclarecer melhor a noção de mudança presente nos estudos da Arquivística depois de 1980, torna-se importante resgatar a noção de paradigma e de mudança de paradigma que fundamentam os discursos dos teóricos da Arquivística funcional (COOK, 1997, 2001) e da corrente pós-custodial (SILVA et al., 2002). Terry Cook (2001) recorre à concepção de paradigma, formulado por Thomas S. Kuhn<sup>16</sup> (2011) dentro do campo das ciências sociais. Na “ciência normal”, o paradigma é um modelo de conhecimento teórico e prático, formatado sobre um consenso dos próprios cientistas e profissionais de uma determinada área disciplinar. No caso da Arquivística, esse consenso permaneceu inabalável até a segunda metade dos anos 50 do século XX (COOK, 1997). Na revolução científica, indica-se que não há consenso acerca dos princípios e conceitos e, assim, a teoria e a prática já não conseguem dar respostas satisfatórias a determinados fenômenos observados.

Considera-se que essas abordagens, ao se posicionarem a favor da revisão do *corpus* teórico da disciplina, acabam por assumir um papel importante, notadamente na construção da massa crítica que reflete sobre a organização e a representação do conhecimento na Arquivística atual. Com base nessa assertiva, entende-se que seja necessário resgatar os estudos desenvolvidos no cenário da arquivística canadense que representam a concepção integrada e a funcional, bem

---

<sup>16</sup> Thomas S. Kuhn, em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, publicada em 1962, já traz à tona a discussão sobre o conceito de paradigma muito utilizado pelos cientistas dos mais diversos campos do conhecimento entre os anos 70 e oitenta do século XX. Ele atribui dois sentidos distintos para o termo paradigma: o primeiro remete à constelação de crenças, valores, técnicas partilhadas pelos membros de uma determinada comunidade; o segundo denota um tipo de elemento dessa constelação, ambos em relação ao período da atividade científica denominado de “ciência normal” (KUHN, 2011). O desenvolvimento científico de uma disciplina pode, segundo o autor, compreender dois momentos: o da ciência normal e o da revolução científica. Durante o período de “ciência normal”, teorias, princípios e conceitos são aceitos sem discussão pela comunidade científica, enquanto que, no período de revolução científica, ocorre o debate entre as alternativas rivais, no qual os participantes de cada escola balizam seu discurso em conjuntos de diferentes fundamentos.

como os estudos que representam a arquivística pós-custodial, desenvolvida em Portugal.

### 2.2.1 A Arquivística integrada

A história dos arquivos e da Arquivística na realidade canadense esteve vinculada a duas tendências: a antiga, espelhada na tradição arquivística europeia; e a outra, moderna, influenciada pelos estudos teóricos e práticos desenvolvidos por Theodore R. Schellenberg (2006). A forte influência exercida pelos Estados Unidos da América no campo da Arquivística canadense, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), resultou na discussão teórica e prática acerca dos registros modernos de valor primário de uso administrativo sem, no entanto, perder de vista os documentos de valor histórico, cultural e informacional. Esse espaço aberto resultou na combinação da tradição europeia com gerenciamento dos documentos tanto nos arquivos correntes como nos arquivos definitivos.

Essa corrente de pensamento originada no Canadá, precisamente no Québec, é representada pelos estudos de Rousseau, Ducharme e Couture (1988), Rousseau e Couture (1998), Lopes (1998), que identificam o problema fundamental da Arquivística no fato de ela se prender a três visões distintas: uma administrativa, ligada aos *records management*; a outra, fundada na acepção tradicional, ligada aos arquivos históricos e uma nova, denominada por eles de Arquivística integrada<sup>17</sup>, que procura demarcar a diferença entre os objetos de estudos da Arquivística e o objeto de estudo da Biblioteconomia.

No intento de inserir a discussão em torno da necessidade da construção de uma identidade científica para Arquivística, no cenário da sociedade da Informação, Rousseau e Couture (1998, p. 65) assumem que o objeto da Arquivística é a informação orgânica, concebida como “aquela que é elaborada, expedida, recebida, dentro de um quadro de uma missão” (pessoa física ou jurídica). Esse conceito enuncia também o seu oposto, a informação “não orgânica”, como a produzida fora do quadro da missão, da pessoa física ou jurídica. Ela existe fora dos locais de

---

<sup>17</sup>Na obra *Les fondements de la discipline archivistique*, publicada em 1994, Jean-Yves Rousseau e Carol Couture expõem de modo sistemático o conceito de Arquivística integrada. No plano teórico, assinalam pela primeira vez a existência de três correntes de pensamento arquivístico internacional (LOPES, 1998, p. 81):

trabalho, na biblioteca, nos centros de documentação, nos bancos de dados. Esse conceito de informação orgânica traz, na sua essência, não só uma nova identidade conceitual para o objeto da área, mas também sinaliza para uma possível aproximação entre a Arquivística e a Ciência da Informação.

De acordo com a corrente de pensamento integrado, a gestão da informação orgânica nos arquivos administrativos é importante para gerir, controlar e para tomar decisões, enquanto a gestão da informação orgânica dos documentos, de valor permanente, é fundamental para o desenvolvimento de pesquisa retrospectiva do passado. Nessa definição, o foco da Arquivística deixa de ser o documento e passa a ser a gestão da informação. Aqui se encontra uma das contribuições da Arquivística integrada, pois introduz a noção de informação nos arquivos e na Arquivística. Isso também implica a reflexão acerca da organização e da representação no âmbito dos arquivos e da Arquivística.

Fundamentados em estudo sobre o uso dos documentos de valor primário e secundário, Rousseau e Couture (1998) conseguem avanços significativos na construção do objeto da Arquivística fora do escopo da Arquivística tradicional.

A Arquivística integrada, no plano teórico e metodológico, procura manter os princípios fundamentais da Arquivística e, por outro, propõe uma visão nova ao método de trabalho consubstanciado por uma perspectiva integradora, na qual se valorizavam os princípios teóricos basilares da Arquivística e a teoria do ciclo vital dos documentos, em que a variação das intervenções práticas era determinada pela gestão de informação orgânica para atender às necessidades dos produtores e usuários das informações dentro de um aparato integrado.

### **2.2.2 A Arquivística funcional**

O cenário canadense inglês passa a ser reconhecido internacionalmente como espaço da Arquivística funcional<sup>18</sup>, representada pelos estudos teóricos de Booms (1991-1992); Taylor (1987-1988); Bucci (1992), Lytle e Berman (1985); Millar (2002), Horsman (2002), Terry Cook (1997; 2001); Tom Nesmith (2002; 2005), entre outros. Esse grupo de pensadores vem influenciando a revisitação crítica da

---

<sup>18</sup>A corrente de pensamento designada de Arquivística funcional desenvolveu-se na Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Holanda e na Austrália.

Arquivística tradicional na contemporaneidade, notadamente no Canadá, na Austrália e nos Estados Unidos da América, mas ainda é pouco investigada no Brasil<sup>19</sup>. Conforme a análise empírica realizada, os estudos feitos pela Arquivística funcional têm sido publicados nas revistas *Archivaria*; *The American Archivist*; *Archival Science: International Journal on Recorded Information*.

A abordagem funcional tem como pano de fundo os estudos teórico-epistemológicos, desenvolvidos dentro da Arquivística contemporânea e realizados pelo teórico alemão Hans Booms<sup>20</sup> (1991-1992), precursor e defensor da análise funcional voltada à avaliação dos documentos; pelo teórico italiano Oddo Bucci (1992), preocupado em discutir o constructo do pensamento da Arquivística designada por ele de positivista, descritiva e estatista. Além disso, a abordagem foi influenciada pelos estudos de Thomas Khun (1996), favorável à mudança paradigmática no campo das ciências.

A contribuição de Taylor acabou influenciando os americanos David Berman e Richard Lytle (1985) que, no artigo *The Power of the principle of provenance*, argumentam que a proveniência baseada na recuperação da informação, centrada na forma e na função dos documentos e no contexto de sua criação [...] não era um legado do passado, mas uma promessa de futuro, fundada na relevância da arquivística numa perspectiva única de como as instituições criam, usam e descartam as informações (BERMAN; LYTLE, 1985, p. 14-27). Tom Nesmith denomina a revisão de “a redescoberta do princípio da proveniência”<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup>Recentemente, esse tema foi retratado por Tognoli (2010), na sua Dissertação de Mestrado, sob o título *A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea* defendida junto ao Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências/Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista. A versão online se encontra disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/tognoli\\_nb\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/tognoli_nb_me_mar.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

<sup>20</sup>De acordo com a concepção funcional e social de Booms (1991-1992), a abordagem arquivística convencional clássica cometeu muitos excessos em relação à avaliação dos documentos arquivísticos. Apesar da filtragem realizada pelos historiadores e da valoração dos documentos, depois de Schellenberg (2006) a avaliação ainda espelhava os valores do Estado e não os da sociedade. Assim, no seu entender, o trabalho arquivístico deveria se preocupar em espelhar os valores sociais por meio das funções do criador do documento.

<sup>21</sup>Importante esclarecer que esse conceito, o da proveniência, não havia sido perdido. Mas, o fato é que até sua reavaliação, entre os anos 70 e 80 do século passado, os norte-americanos se limitaram a usá-lo para o arranjo e a descrição dos documentos. Apesar de nunca ter sido refutado, na prática muitas vezes era ignorado. Para Cook (1997), a redescoberta da proveniência teve grandes impactos, particularmente sobre as novas estratégias de macroavaliação adotadas no National Archives of Canada, em 1991, que atraiu a atenção de outros países, sendo adotadas na Holanda.



Para Cook (1997), a redescoberta da proveniência teve grandes impactos, particularmente sobre as novas estratégias de macroavaliação<sup>22</sup> adotadas no National Archives of Canada, em 1991, que atraíram a atenção de estudiosos de outros países, sendo adotadas na Holanda.

Após três décadas dedicadas à reavaliação dos princípios e dos conceitos convencionais consolidados pela Arquivística tradicional, essa corrente de pensamento passa a defender novas reformulações a serem incorporadas pela disciplina. Os estudos publicados por Terry Cook (2001) e Tom Nesmith (2005) pontuam que as alterações serão realizadas na reformulação de conceitos nucleares da área: proveniência, ordem original, documento, fundo, arranjo e descrição, avaliação, preservação e arquivo.

A Arquivística funcional (NESMITH, 2005, p. 266) procura se afastar da noção de fundo, presente no manual dos Arquivistas holandeses e na obra Jenkinson (1922) seguida até nossos dias. Entretanto, os teóricos da arquivística funcional (HORSMAN, 2002; MILLAR, 2002; NESMITH, 2005) assumem que a busca do fundo é a chave para a proveniência visando à aplicação, com base na compreensão da história do criador, na história dos documentos, bem como nas descrições das estruturas funcionais (externas e internas). A acepção de fundo, elaborada pela corrente funcional, traz como elemento novo a investigação da “história dos documentos” e a “narrativa das múltiplas relações de criação e uso” das informações arquivísticas. Apesar de criticar a associação do fundo à estrutura física, a arquivística funcional não consegue se afastar completamente da acepção de fundo consolidada na tradição arquivística, já que nela está implícita a narrativa dos arquivos, a partir da história do criador.

Não há como negar que os estudos compilados pela linha de pensamento funcional contribuem para o debate e revisão do conceito de documento. A proposição de que “o documento deixa de ser um objeto físico e passa a ser um objeto conceitual”, colocada por essa abordagem, merece uma reflexão mais profunda. Como a materialidade do documento não pode deixar de existir, a

---

No Canadá e na Holanda se adotou o método de avaliar as funções do governo em vez de avaliar os registros individuais.

<sup>22</sup>Esta estratégia macroavaliação compreende uma série de funções orientadas para multimídia, centrada na abordagem da proveniência procurando refletir o registro das funções, programas e atividade dos criadores dos documentos e da sociedade com a qual interagem.

discussão deve partir da abstração conceitual, na qual se foca a essência do documento, ou o seu conteúdo informacional, que está além de sua materialidade. Apesar de não citarem a palavra informação, a discussão teórica funcional abre espaço para a compreensão do registro arquivístico a partir de sua informação, bem como para a construção do conhecimento.

O conceito nuclear do princípio da proveniência foi reafirmado pela discussão crítica da Arquivística funcional (HORSMAN, 2002; MILLAR, 2002; NESMITH, 2005). Quanto aos demais, tais como o conceito de documento, de fundo, de classificação e de descrição, merecem discussões profundas. Se na realidade canadense as mudanças conceituais começam a ser evidenciadas, elas estão condicionadas ao próprio movimento da Arquivística naquela realidade. Então, infere-se que a revisão conceitual é necessária, mas a alteração de conceitos está diametralmente ligada à postura epistemológica adotada pela comunidade que produz e legitima o conhecimento numa dada realidade. Nesse momento de reflexões, os arquivistas vivem o paradoxo de poder escolher dentre várias posturas. Entretanto, há de se ter em mente que sua escolha pode não fazer parte do consenso social compartilhado em sua realidade.

Dentro da tradição arquivística, os documentos são concebidos a partir de três elementos fixos em um único meio físico: sua estrutura, seu conteúdo e o seu contexto. Na visão da arquivística funcional, o documento como objeto físico é suplantado pelo documento entendido como dado conceitual “objeto”, controlado por metadados que, em ambiente virtual, combinam conteúdo, contexto e estrutura de modo a fornecer a evidência de alguma atividade criadora ou função. Verifica-se que, nessa acepção, o foco passa a ser o conteúdo informacional dos registros e não o suporte físico no qual se registrou a informação. Essa noção de documento como objeto conceitual traz na sua gênese a ideia de informação arquivística, necessária e fundamental tanto para a pesquisa teórica como para as práticas vivenciadas nos arquivos.

Dessa forma, para Nesmith (2005, p. 264), o arranjo físico dos documentos como atividade dos arquivos se limitará ao tratamento dos documentos para o uso. O arranjo físico dos documentos, com o tempo, perderá suas características convencionais. Com a automatização, a classificação e a descrição dos documentos pouco refletirá a ordem física estática no ambiente virtual. Entende-se que o

reconhecimento desse aspecto conceitual do documento ainda levará muito tempo para ser incorporado pela teoria e pela prática arquivística

Com base no exposto, verifica-se que a abordagem da Arquivística funcional, embora ilumine a nossa proposta de investigação, não pode ter seu discurso adotado sem crítica reflexiva.

Os teóricos da corrente de pensamento funcional conseguiram demonstrar que, em teoria, é possível fazer uma reflexão crítica do princípio da proveniência, dos conceitos de fundo, ordem original, documento, e avaliação arquivística. Mas, na realidade vivenciada na prática, o processo de desconstrução e reconstrução de conceitos não pode ser realizado sem resistências ou conflitos.

### 2.2.3 A Arquivística pós-custodial

Na obra *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da Informação* (2002), os estudiosos Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real<sup>23</sup>, ao analisarem a história da disciplina em consonância com a história dos arquivos, verificam que a Arquivística nasce e se desenvolve dentro do denominado “paradigma patrimonialista, custodial, positivista e tecnicista”<sup>24</sup>, que se impõe historicamente na construção da disciplina até os anos 80 do século XX, quando se evidencia a denominada fase pós-custodial da Arquivística, em consequência dos estudos revisionistas críticos empreendidos ao modelo tradicional, reconhecido como obsoleto.

Assim como a Arquivística funcional, a discussão da corrente pós-custodial preocupa-se em evidenciar as inconsistências da fundamentação teórica dada à necessidade de se formatar um estatuto científico da disciplina. Dentre as inúmeras inconsistências pontuadas pela corrente de pensamento da Arquivística pós-custodial, uma refere-se ao conceito estático de “documento”, ou seja, a fixação inexorável da informação em um suporte físico. Isso revela também incoerência por

---

<sup>23</sup> Docentes em ciências documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 1994 e 1995 formam um grupo de estudos, com finalidade de discutir a problemática dos arquivos e da Arquivística no mundo contemporâneo.

<sup>24</sup> Na concepção de Silva et al. (2002), a fase custodial-técnica da Arquivística se inicia com a publicação do manual holandês de Muller, Feith e Fruin (1898), quando são formalizados o princípio da proveniência, o conceito de arquivo, a organização dos documentos, a descrição. Nesse período, delimitam-se os conceitos fundamentais, do domínio teórico e prático da disciplina, e criam-se as condições necessárias para a Arquivística desenvolver-se enquanto saber científico.

materializar o seu objeto no contexto em que a informação pode ser pensada independente do suporte em que está registrada (RIBEIRO, 2002a, p. 103).

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação e as transformações sociais, “[...] evidencia-se algo que sempre existiu, mas que não era percebido: a distinção (e até possibilidade de separação física) entre a informação e o suporte” (RIBEIRO, 2005, p. 9). No entender da autora, essa simples evidência, em termos ontológicos, converte a informação em objeto de estudo, colocando em questão o conceito de documento, concebido como objeto estático do labor profissional das bibliotecas e do arquivo. Neste ponto, a corrente pós-custodial se aproxima da noção de documento presente na abordagem funcional e do conceito de objeto da Arquivística pautado na informação. Embora o conceito de informação apresentado por ambas apresentem elementos distintos, eles não são opostos ou contraditórios. Essas duas correntes também pontuam a necessidade da construção de novas relações interdisciplinares entre a Arquivística e o campo da Ciência da Informação com outras áreas do conhecimento. Entretanto, na comunidade arquivística internacional e nacional, ainda não existe um consenso sobre essa posição teórico-epistemológica. Trata-se de um tema novo ainda em debate e, apesar de sua relevância para a construção, poucos são os que colocam como desafio o estudo dessa temática. Neste estudo se defende que a discussão acerca do objeto é essencial para a compreensão da organização e da representação do conhecimento registrada no domínio da Arquivística enquanto área do campo da Ciência da Informação.

O caminho sugerido pela corrente pós-custodial necessita, porém, de uma discussão analítica profunda quanto à aplicação de modo universal, digo, em relação à proposta integradora da Ciência da Informação com as disciplinas núcleo “duro”, dentre as quais estão a Arquivística, a Biblioteconomia e os Sistemas de Informação. Trata-se de uma mudança de paradigma radical por defender que, no processo de construção transdisciplinar e integrador, essas disciplinas harmonizar-se-iam com a construção de técnicas e procedimentos de organização e representação da informação, aplicados em todos os tipos de sistemas.

A corrente de pensamento pós-custodial apresenta, então, contributos singulares porque nos leva a fazer uma reflexão teórico-epistemológica do objeto da Arquivística, ou seja, a informação enquanto fenômeno e processo social. Nesta concepção, o conceito de documento, enquanto elemento estático, passa a ser visto

pela dinâmica da informação, inerente a qualquer registro e em qualquer suporte. É nesse sentido que poderá contribuir na reformulação do objeto de estudo e de trabalho da Arquivística.

Torna-se importante ressaltar que as abordagens crítico-reflexivas da Arquivística funcional e da Arquivística pós-custodial têm como pano de fundo o conceito de paradigma de T. S. Kuhn (2011). No entanto, não se pode generalizar, afirmando que todas as propostas que vislumbram mudanças na Arquivística vêm se processando segundo o modelo acima citado, que supõe uma ruptura total com o antigo paradigma. Com base na literatura investigada e discutida no desenvolvimento desta tese, não se pode afirmar isso, nem concordamos com a assertiva segundo a qual se considera que o paradigma da Arquivística entrou em colapso, que rompeu com a tradição constituída pelo conhecimento organizado e representado durante séculos. Entende-se que se trata de um processo de revisão normal que ocorre em todos os campos do conhecimento que procuram sanar suas lacunas diante de inconsistências. A discussão, as experiências práticas, os erros e acertos levam ao amadurecimento da área que procura soluções para seus problemas, mas isso não ocorre em curto prazo de tempo. Trata-se de um processo lento e gradual que vai se amalgamando à realidade. Nesse momento de mudanças em curso, é prematuro de nossa parte assumir posturas epistemológicas que não se encaixam em dadas realidades.

Com base na análise do percurso histórico da área, pode-se afirmar com segurança que a história da Arquivística não tem sido edificada de um dia para o outro, mas ao longo de um processo histórico, no qual as regulamentações criadas por arquivistas eruditos para orientar as práticas no interior dos arquivos estatais, ao serem adotadas em suas realidades, vão tomando forma de postulados e, desse modo, tornam possível a formulação dos princípios basilares da disciplina. Assim, no final do século XIX, criaram-se as condições necessárias para o nascimento da Arquivística enquanto área do conhecimento. Como sua história não foi linear, ela resultou de ricas camadas de ideias sobrepostas de pensadores individuais que, à luz das novas circunstâncias, procuram incansavelmente dar respostas aos problemas emergentes na realidade em que vivem.

Em face do que foi exposto na segunda parte do capítulo, entende-se que as correntes teórico-críticas: integrada, funcional e pós-custodial, de uma forma ou de outra, à medida que expõem os “nós” do arcabouço teórico e metodológico da

Arquivística, trazem para a superfície a discussão das causas e efeitos que levam a comunidade como um todo a olhar para o próprio *corpus* da área, com viés mais questionador. Não há, portanto, um consenso sobre a mudança paradigmática na Arquivística. Esse é um discurso que se contextualiza dentro de comunidades específicas, envolvidas com discussões ainda não reconhecidas pelos seus pares. Por isso, demarcam-se apenas, pontos relevantes desses estudos, para que se reflita sobre eles.

### **2.3 O Processo de tratamento documental Arquivístico: identificação, classificação e descrição.**

Os arquivos, as bibliotecas, os museus e os centros de documentação, enquanto instituições coletoras da cultura material, possuem a co-responsabilidade de recolher, conservar, organizar e disponibilizar informações sobre os acervos que mantêm sob sua custódia. Essas instituições apresentam características que as distinguem entre si<sup>25</sup>.

A dimensão do conhecimento e do fazer arquivístico passa necessariamente pela discussão das funções do arquivo, abalizada pelas intervenções do trabalho do arquivista. Na literatura arquivística contemporânea considera-se que a intervenção se inicia no momento da criação dos documentos nos arquivos correntes e vai até a difusão da informação nos arquivos permanentes, compreendendo produção, recolhimento, preservação, transferência, classificação, avaliação, descrição e difusão (COUTURE, 1999; SOUSA, 2006).

Na Arquivística espanhola, a função dos arquivos - recolher, conservar e servir - por muito tempo esteve desvinculada do tratamento documental, isto é, da classificação, avaliação e descrição (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 51). No entender de Heredia Herrera (2007), essa posição precisa ser revista pela comunidade de seu país, tendo em vista que hoje não se pode conceber o arquivo sem facilitar o acesso às informações. É por esse acesso que se justifica a razão de

---

<sup>25</sup>De acordo com os teóricos da Arquivística (SCHELLENBERG, 1980, 2006; ROUSSEAU; COUTURE, 1998; MARTÍN-POZUELO CAMPILOS, 1996; BELLOTTO, 2004), a distinção entre a Biblioteconomia e a Arquivística está vinculada à origem do documento, a “função” e o “uso” determinam a condição dos documentos na biblioteca, nos arquivos, bem como no centro de documentação e no museu.

ser do arquivo, o que implica um tratamento documental adequado dentro dos parâmetros da arquivística, levando em conta os diversos interesses do produtor, dos pesquisadores e dos cidadãos.

De um modo geral, quando a literatura arquivística se refere ao aprofundamento teórico desencadeado nos anos 80 do século XX, costuma-se pontuar que esse movimento tem florescido em diversos países do mundo, dentre os quais Estados Unidos, Canadá, Austrália e Portugal. Apesar dos avanços alcançados pela Arquivística espanhola, nos quais a preocupação com a gestão documental levou ao desenvolvimento de aspectos teóricos e metodológicos da organização, com a revisão da concepção do processo de tratamento documental como um encadeamento de etapas sucessivas e ininterruptas, se reconhece, nesse contexto, que a metodologia de identificação dos fundos arquivísticos é uma etapa importante que precede a classificação e a descrição das informações.

A comunidade arquivística espanhola, com base nos seus estudos teóricos e na sua aplicação prática, na segunda metade da década de 80, passa a defender a etapa da identificação. Nesse período, conseguem incluí-la no tratamento dos arquivos. Desde então, na realidade espanhola, o processo de tratamento de um arquivo permanente compreende a identificação, classificação e descrição arquivística reconhecidas como três funções vitais de personalidade própria, porém, inter-relacionadas (MENDO CARMONA, 2004; RODRIGUES, 2008; HEREDIA HERRERA, 2007; LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000 - **Figura 1**). Essa tomada de posição em relação ao tratamento documental acabou por refletir na teoria e nas práticas voltadas à organização documental dos fundos nos países ibero-americanos, dentre eles, o Brasil.

**Figura 3:** As três funções vitais inter-relacionadas no processo de tratamento documental arquivístico



**Fonte:** Elaboração da autora

Considerando que a identificação é uma operação importante no processo de organização e representação dos documentos de arquivos no contexto mencionado, entende-se que essa abordagem acerca do tratamento documental arquivístico apresentaria lacunas se não introduzíssemos a discussão sobre o que se entende por identificação na arquivística atual.

### **2.3.1 A Identificação: uma operação metodológica da organização e representação**

A partir de 1980, as preocupações com a gestão documental Arquivística, tendo em conta estudos que concebem o ciclo vital dos documentos de forma integrada e sequencial, levaram os estudiosos da Arquivística espanhola a refletirem sobre a metodologia a ser adotada no tratamento documental dos fundos (MENDO CARMONA, 2004). Nesse período, observa-se que a acumulação de documentos nos arquivos permanentes, sem uma identificação adequada, precisava de uma



solução. Além disso, a crescente demanda informacional nos arquivos traz no seu bojo a necessidade de se implantarem programas de gestão de documentos com o objetivo de gerir sua produção na esfera administrativa pública e privada.

A literatura espanhola para se referir à organização dos documentos de arquivos até 1992<sup>26</sup>, usava o termo classificação; depois desta data, a identificação foi incluída no rol das funções de arquivos como operação que antecede a classificação, sendo necessária à descrição (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 52).

A construção do conceito e da metodologia da identificação não surge no vácuo, mas de um longo processo de trabalho desenvolvido pela Direção dos Arquivos Estatais do Ministério de Cultura da Espanha. Criaram-se, então, os Grupos de Trabalho de Administração Institucional de Serviços Sócio-profissionais, Justiça, Governos Cívicos e Fazenda e o Grupo de Arquivos Administrativos, além do Grupo de Trabalho de Arquivos Administrativos. Esses Grupos de trabalho tinham como meta identificar e avaliar os documentos acumulados pela Administração Geral do Estado Espanhol depois de 1958, sob a custódia do Arquivo Geral da Administração, situado em Alcalá Henares.

No âmbito da Direção dos Arquivos Estatais da Espanha criou-se um grupo de trabalho cujo objetivo era definir e consolidar uma metodologia para o tratamento de fundos contemporâneos, com base em modelo “próprio”, diferenciado da tradição francesa e inglesa, consolidado pela tradição arquivística e legitimado pelo Conselho Internacional de Arquivos. Para tanto era preciso constituir uma base empírica que possibilitasse a definição dos princípios teóricos e isso implicava considerar experiências espanholas com as de outros países cuja tradição fosse análoga (CONDE VILLAVARDE, 1992, p. 15; RODRIGUES, 2008, p. 49). Em decorrência desse fato, foi criado o Grupo *Iberoamericano de Gestión de Documentos Administrativos*, formado por profissionais de países com tradição administrativa e arquivística. Naquele momento, participavam desse grupo Espanha, Portugal,

---

<sup>26</sup> Em 1992 ocorre a publicação das Actas de las primeras Jornadas sobre Metodología para identificación y valoración de fondos documentales de las administraciones públicas, Ministerio da Cultura de Madrid. Em 1993, o Dicionário de Terminologia Arquivística define que o tratamento documental compreende três operações identificação, organização e descrição (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 52; MENDO CARMONA, 2004).

México e Brasil<sup>27</sup>, países que partilhavam o mesmo problema, a acumulação de fundos.

A partir das experiências e dos projetos desenvolvidos na realidade espanhola tornou-se possível desenhar um método para a identificação de fundos. Devido à proximidade da comunidade arquivística brasileira com a tradição arquivística espanhola e a participação do Brasil no debate internacional, apresentando reflexões sobre as experiências, essas acabaram por contribuir para a construção de parâmetros metodológicos para a identificação (RODRIGUES, 2008).

Em 1991, durante as primeiras jornadas sobre a metodologia para a identificação dos fundos das administrações públicas, realizadas pelo Ministério da Cultura, em Madri, o *Grupo Iberoamericano de Gestion de Documentos Administrativos* apresenta o método analítico da identificação, conceituando-o como:

O processo de investigação e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas nas quais se sustenta a estrutura de fundo, sendo um de seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a avaliação das séries documentais. (CONDE VILLAVERDE et al., 1991, p. 18).

Depois de divulgada, essa definição foi incorporada ao *Diccionario de Terminologia Archivística*, publicado em 1993<sup>28</sup>, o qual conceitua a identificação como “a fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas que sustenta a estrutura de um fundo” (DICCIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARCHIVÍSTICA, 1993, p. 37). Pode-se dizer que o conceito de identificação apresentado pelo *Diccionario de Terminologia Archivística* é idêntico ao anterior, e apenas acrescenta que ela é uma fase do tratamento arquivístico. Esse conceito também se faz presente nos estudos de Conde Villaverde (1992, p. 72); La Torre Merino, Martin-Polomino Y Benito (2000, p. 14); Mendo Carmona (2004, p. 41) e no *Diccionario de Archivística en Español*, da estudiosa argentina María Del Carmen Mastropierro (2008, p. 103).

---

<sup>27</sup>Na década de 1980, o Programa de Modernização Institucional-Administrativa, criado pelo Arquivo Nacional, visava ao equacionamento do problema gerado pela acumulação de fundos ao mesmo tempo em que vislumbrava a implantação de programas de gestão documental no âmbito da administração pública federal.

<sup>28</sup> DICCIONARIO DE TERMINOLOGÍA ARCHIVÍSTICA. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección de Archivos Estatales, 1993.

Conde Villaverde (1992) entende que o objeto de estudo da identificação é a documentação administrativa; para Cortés Alonso (1986), a documentação contemporânea administrativa e histórica; já para o Dicionário de terminologia Arquivista espanhol (1993) é o órgão produtor e os documentos. No entender de La Torre Merino, Martin-Palomino Y Benito (2000) é o fundo. Embora esses estudiosos apresentem termos distintos para se referirem ao objeto de estudo da identificação, as acepções não se nulificam, mas concorrem para a construção do objeto da identificação.

A metodologia arquivística se fundamenta em princípios básicos, como o princípio de proveniência e da ordem original, formulados no final do século XIX e no ciclo vital dos documentos, consolidados no século XX (MENDO CARMONA, 2004, p. 36). A arquivística espanhola alia a identificação ao método analítico (CORTÉS ALONSO, 1986, 2005; MENDO CARMONA, 2004; RODRIGUES, 2008), o qual possibilita reconhecer a instituição produtora do fundo e os documentos gerados por ela. De acordo com esses teóricos, a identificação dos fundos fundamenta-se na aplicação direta do princípio de proveniência e da ordem original. A proveniência dos fundos consiste em não misturar os documentos gerados por distintas instituições ou pessoas e a ordem original resguarda o respeito à estrutura interna dos fundos dada pelo sujeito produtor da documentação. Dessa forma, evitar-se-á mesclar documentação de um departamento ou seção com outros da mesma instituição e, também, misturar uma série com outras dentro do mesmo departamento ou seção, uma vez que deve ser respeitada a ordem na qual foram criados os documentos. Já o ciclo vital dos documentos distingue a documentação de valor administrativo, da documentação considerada de valor histórico, cultural e informacional. Conforme essa concepção, a identificação é o suporte sobre o qual se sustenta o tratamento arquivístico.

Assim, conforme a visão da arquivística espanhola, quando o arquivista se encontra diante de uma grande massa acumulada desconhecida, a identificação de cada documento é primeira tarefa a ser realizada antes de organizar, transferir, separar e descrever os documentos de um fundo. Para um fundo desorganizado, recomenda-se que a intervenção arquivística visando à reorganização dos documentos de um fundo deverá ser iniciada pela identificação.

Para Heredia Herrera (2007, p. 55) é a identificação que permite ao arquivista reconhecer os documentos e suas agrupações, com base nas funções, dando-lhes

nome próprio. Trata-se de uma operação que deve estar presente na produção, sendo também prévia e necessária à classificação, à avaliação e à descrição dos documentos arquivísticos.

Em vista disso, a etapa da identificação pauta-se na pesquisa analítica, compreendendo três fases sequenciais: a) Identificação do sujeito produtor (abrange pesquisa sobre a história administrativa institucional e a investigação das funções que deram origem à documentação), b) Análise do tipo documental e c) Identificação das séries documentais.

### **a) Identificação do sujeito produtor**

Nessa fase deve-se recorrer às diversas fontes, que podem variar conforme as características da própria documentação (LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p. 16). Dever-se-á também fazer um estudo da própria documentação de caráter histórico, de publicações sobre o funcionamento da instituição e do organograma institucional. Desta forma a identificação do sujeito produtor será realizada mediante a investigação da história administrativa e institucional, com base nas mais diversas fontes de informações, a saber:

1. Publicações produzidas pela própria instituição que abordam o processo histórico de criação e o funcionamento institucional; documentos legais que legitimam, jurídica e administrativamente, o funcionamento institucional: Lei, Decretos, Regimento, Estatuto etc.; e,

2. Publicações científicas que versam sobre a história política, administrativa e social do sujeito produtor investigado.

Após a coleta de dados, parte-se para a análise das informações coletadas. Esse será o ponto de partida para o conhecimento do sujeito produtor (LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p. 16). Com base nessa análise, o arquivista toma conhecimento da história do sujeito produtor, da documentação legal e das transformações ou mudanças na vida da instituição ou da pessoa. No caso de documentos que deixaram de ser produzidos (seção e departamento) pela pessoa física ou jurídica, em nível de grupo e séries, esses deverão ser tratados como unidades fechadas.

Entende-se que a apuração dos dados exige do arquivista uma reflexão, com perguntas elaboradas mentalmente acerca das possíveis mudanças ou transformações jurídico-administrativas ocorridas durante a vida do sujeito produtor,

de modo que as lacunas existentes na documentação e ainda não compreendidas possam ser sanadas mediante a análise documental.

### **b) A metodologia de análise tipológica**

Importante lembrar que o uso da “tipologia documental” foi introduzido no labor arquivístico espanhol em 1980 pelo Grupo de Trabalho dos arquivistas Municipais de Madri (BELLOTTO, 2002a, p. 93). Para Bellotto (2002a), os estudos tipológicos podem ser fundamentados em dois métodos: na análise tipológico-diplomática dos documentos, ou na análise tipológica com base na Arquivística.

No caso, se elegermos o método diplomático para fazer análise tipológica, o elemento inicial será a decodificação do discurso; do discurso à espécie; da espécie ao tipo; do tipo à atividade; da atividade ao produtor. Se optarmos pelo método da Arquivística, o elemento essencial será a entidade produtora; o trajeto será feito da sua estrutura ao seu funcionamento; do seu funcionamento à atividade refletida no documento; da atividade ao tipo; do tipo à espécie; da espécie ao documento (BELLOTTO, 2002a, p. 93). De acordo com a estudiosa, esses dois métodos apresentam resultados semelhantes, porque se encontraria o ponto desejado entre o documento (suporte, meio contextualização) e sua função (aquilo que se pretende ao emitir-se o documento). No entanto, o processo de análise tipológica, com base Arquivística, exige do profissional um maior conhecimento prévio da estrutura orgânico-funcional da entidade acumuladora, das sucessivas reorganizações que tenham causado supressões ou acréscimos de novas atividades e, portanto, de tipologias / séries, das funções definidas por leis/regulamentos, das funções atípicas circunstanciais, das transformações decorrentes das intervenções e dos processos, pois eles têm uma tramitação regulamentada (BELLOTTO, 2002a, p. 95-96).

De acordo com Vázquez, o tipo documental pode ser identificado como relacionado à estrutura física, “atributo de um documento, originado na atividade administrativa e que serve de elemento para classificá-lo, descrevê-lo e determinar-lhe a categoria diplomática”.

Além disso, não se pode esquecer que o modelo de análise tipológica, proposto pelo Grupo de Trabalho dos Arquivistas de Madri (BELLOTTO, 2002a, p.

96) e fundamentado na análise, considera que o “tipo é igual à espécie documental<sup>29</sup> mais atividade relacionada”. E a denominação da tipologia resulta de uma pesquisa, com base na legislação, no direito administrativo, nos manuais de rotinas burocráticas, nos dicionários terminológicos, ou no próprio documento.

A análise tipológica dos documentos deverá ser fundamentada nos princípios arquivísticos. Esta deverá partir do princípio da proveniência e compreende a investigação da estrutura funcional do órgão produtor, da análise tipológica na qual se investigam os caracteres externos (gênero, suporte, formato) e caracteres internos (proveniência, funções, atividade, trâmite, conteúdo, data e lugar). Em arquivística, o “tipo documental” é o termo utilizado para denominar a unidade documental simples ou composta. Análise tipológica pressupõe a análise dos caracteres externos e dos caracteres internos de cada unidade documental. Os caracteres externos dizem respeito ao gênero<sup>30</sup>, suporte<sup>31</sup> e formato<sup>32</sup> dos documentos, enquanto os caracteres internos ou substanciais são constituídos por proveniência, função/atividade, data tópica e data cronológica (BELLOTTO, 2002a, p. 26, 96-103). Observa-se que a canadense Gagnon-Arguin (1998) também desenvolve um modelo de análise tipológica mais complexo, contemplando elementos que não estão presentes na grade de análise tipológica divulgada pela literatura espanhola. No **Quadro 2** se expõe o modelo de análise tipológica proposto por Gagnon-Arguin (1998).

---

<sup>29</sup> A espécie é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 34). Na concepção Diplomática, a espécie corresponde ao ato jurídico-administrativo para o qual ele está servindo de meio (BELLOTTO, 2002, p. 95); caracteriza um documento-indivíduo. Então podemos citar como exemplo de espécie o “relatório”. Agora, se desejamos saber qual é o tipo documental, deveremos acrescentar a atividade; então, o tipo documental poderá ser: “relatório de pesquisa”; “relatório de atividade docente”, etc (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

<sup>30</sup> No *Dicionário de Terminologia Arquivística*, da Associação dos Arquivistas Brasileiros, elaborado pelo Núcleo Regional de São Paulo Gênero - é a configuração que assume um documento, de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação do conteúdo. O gênero documental pode ser textual, iconográfico, sonoro, etc (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

<sup>31</sup> Suporte – é o material usado para o registro da informação documental, tais como: madeira, argila, pergaminho, papel, fita magnética, filme fotográfico, película cinematográfica, tela do computador, etc.

<sup>32</sup> Formato – é a configuração física de um suporte, conforme a natureza de sua produção, cujos formatos são: positivos originais e reproduzidos (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

**Quadro 2:** Análise tipológica de Gagnon-Arguin (1998)

<b>ELEMENTOS DA ANÁLISE TIPOLOGICA DE GAGNON-ARGUIN (1998)</b>	
<b>Denominação do tipo documental e da categoria</b>	
<b>Contexto de criação do documento</b>	Refere-se às circunstâncias que levaram à criação do documento.
<b>Definição</b>	Definição da tipologia documental com base na investigação da legislação, nos dicionários especializados e/ou na própria realidade.
<b>Conteúdo</b>	Entendido como a sequência dos dados informacionais recorrente nos documentos do mesmo tipo documental.
<b>Condições de validade</b>	Diz respeito à vigência do documento tendo em vista o seu valor jurídico-administrativo.
<b>Funções</b>	Referem-se às razões de sua criação do ponto de vista administrativo-organizacional.
<b>Conservação</b>	Diz respeito à justificativa para a conservação dos documentos nos arquivos, correntes, intermediários, bem como as razões de serem recolhidos ao arquivo permanente.
<b>Autoria responsável</b>	No sentido de atribuição da função ou cargo de quem o detém, é o “autor” do documento.
<b>Documentos conexos</b>	Conexão do tipo documental com outros documentos do fundo. A investigação desse elemento é essencial para se compreender a cadeia de informações existente entre os documentos. Essa conexão pode ser anterior ou paralela ao tipo documental analisado.
<b>Informações complementares</b>	Sobre outros tipos com as mesmas funções ou outras denominações pelas quais aquele tipo é conhecido.
<b>Leis</b>	Que normalizem a existência e /ou conservação do tipo documental, lembrando, quando for o caso, modificações legais relativas ao documento no decurso do tempo.

**Fonte:** Gagnon-Arguin, 1998; Bellotto, 2002a, p.100.

Ao compararmos o modelo de análise tipológica, proposto pelo Grupo de trabalho dos Arquivistas de Madri, com o modelo proposto por Gagnon-Arguin (1998), verifica-se que o primeiro contempla elementos básicos referentes à proveniência documental, sendo mais fácil sua aplicação aos documentos de um fundo. Já a aplicação do segundo modelo exige uma pesquisa minuciosa do tipo documental, pois esse esquema de análise apresenta dados informacionais relevantes para o processo de classificação, avaliação e descrição dos documentos. No entanto, não se pode dizer que o modelo de análise tipológica canadense seja melhor do que o espanhol. A análise tipológica, defendida pelos teóricos da identificação, está contextualizada dentro de um processo de investigação profunda

e, com certeza, os dados contemplados por ela são coletados durante o processo de identificação do sujeito produtor e/ ou da identificação das séries documentais.

Com base nos estudos de Duranti (1995), Bellotto (2002a; 2004), Rodrigues (2008), verifica-se que a análise crítica diplomática é usada para a identificação da tipologia documental dos fundos, ou seja, a análise tipológica e a identificação das séries. Desta forma, o instrumental da Diplomática tornou-se uma ferramenta essencial para a etapa da identificação, bem como para a aplicação dos métodos de classificação e descrição no universo dos arquivos.

A literatura arquivística espanhola, fundamentada na metodologia da arquivística e da diplomática, conseguiu formular e desenvolver um modelo esquemático para a análise tipológica que, ao ser aplicado na prática pelo grupo de arquivistas municipais da cidade de Madri, provou ser relevante e adequado ao tratamento dos documentos de um fundo arquivístico. Embora esses estudos sobre a metodologia da análise tipológica sejam reconhecidos na Espanha, sendo denominado por Vicenta Cortés Alonso (2005) de “nuestro modelo de análisis documental”, observa-se que, na literatura internacional, publicada nos periódicos investigados, contextualizados no Canadá e nos Estados Unidos da América, não é citada a metodologia da Identificação como uma das fases do tratamento documental de um fundo.

De qualquer forma, os avanços alcançados pela Arquivística espanhola, desde a segunda metade dos anos 80 do século XX, vêm demonstrando a importância da metodologia da identificação para a análise tipológica e desta última para identificação das séries de uma massa documental produzida e acumulada. Trata-se de um instrumental metodológico que pode ser aplicado em qualquer fase do ciclo documental de um fundo.

Portanto, os resultados obtidos durante o processo de identificação favorecem o conhecimento acerca do sujeito produtor da documentação e, nesse mesmo contexto, a análise tipológica fornece objetividade ao labor do arquivista, já que sem o tipo documental torna-se difícil identificar as séries de um fundo arquivístico. Reconhece-se, então, que a fase da identificação serve para iluminar as demais etapas do trabalho, referentes ao tratamento documental, dentre as quais: a) a classificação, por facilitar o entendimento da composição das séries; b) a descrição, por elucidar os conteúdos que são veiculados em determinados formatos; c) a



normalização, por facilitar a descrição do conteúdo e do contexto de produção documental.

Entende-se que a metodologia da identificação, quando aplicada adequadamente, fornece a objetividade necessária ao labor do arquivista, ao mesmo tempo em que também favorece a construção da lógica teórico-metodológica a ser aplicada ao processo de tratamento documental arquivístico. Nessa fase, verifica-se que a reflexão teórica caminha em paralelo com o saber prático e, embora tenda a diminuir o caráter empírico do método, não o elimina já que este é inerente à própria constituição do arcabouço teórico e metodológico da Arquivística, enquanto ciência positivista. Entende-se que os arquivistas precisam assumir o positivismo da Arquivística, só assim poderão situá-la e discutir suas lacunas enquanto ciência.

### **Síntese conceitual da identificação na arquivística**

Com base na análise e no referencial teórico e metodológico da corrente de pensamento espanhola que estuda a temática da identificação (CONDE VILLVERDE, 1992; LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p. 14; BELLOTTO, 2002a; MENDO CARMONA 2004; MASTROPIERRO, 2008; RODRIGUES, 2008), procura-se fazer uma síntese do que se entende por conceito, objeto, metodologia e finalidade da referida identificação.

A grande maioria dos estudos resgata o conceito basilar de identificação apresentado por Conde Villa Verde et al. (1991, 1992), sobretudo, o citado ao longo da discussão. Pode-se dizer que a comunidade arquivística espanhola criou um consenso acerca do conceito de identificação. A identificação pode ser **conceituada** como a primeira fase de tratamento arquivístico, de cunho intelectual, consistindo na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas na qual se sustenta a estrutura de um fundo.

Entende-se que o **objeto de estudo da identificação** são as categorias administrativas e as categorias arquivísticas de um fundo. Em síntese, o objeto de análise documental na identificação é a investigação do elemento orgânico (história da evolução orgânica administrativa), do elemento funcional (que diz respeito às competências, funções e atividades, procedimentos administrativos e trâmites), tipos documentais e estudo das séries.

Em resumo, a **metodologia** da identificação fundamenta-se nos princípios teóricos da proveniência, da ordem original e no ciclo de vida dos documentos. Com base nesse referencial, o arquivista pesquisa e sistematiza o conhecimento sobre a evolução histórica do sujeito produtor ao mesmo tempo em que examina minuciosamente a documentação produzida por ele, visando à identificação dos tipos documentais e à delimitação das séries documentais. O **objetivo** dessa etapa é o reconhecimento da instituição produtora dos fundos e dos conjuntos documentais por ela gerados. Trata-se do conhecimento exaustivo da instituição que tenha produzido o documento (tipologias documentais, séries), sendo fundamental para as demais etapas, ou seja, avaliação, classificação e descrição dos documentos.

Devido a sua metodologia singular, cujo resultado incide na identificação do sujeito produtor, na identificação dos tipos documentais e na delimitação das séries documentais de um fundo, os estudiosos da identificação defendem que o uso desse instrumental teórico poderá contribuir para a uniformização de metodologias, procedimentos técnicos quanto à identificação, classificação e descrição normalizada das informações documentais de um fundo, cuja comunidade apresente documentação de caráter semelhante. Exemplo: a identificação do fundo da prefeitura municipal de Marília poderá constituir-se em modelo normalizado, aplicado a operações de identificação, avaliação e descrição dos fundos nas demais prefeituras municipais, do Estado de São Paulo, já que o instrumental teórico e metodológico da identificação pode ser usado com eficácia nessas operações.

O aumento de publicações da área (livros, manuais, dicionários, artigos de periódicos), que inclui a abordagem da identificação no contexto iberoamericano, demonstra que essa temática aos poucos vem sendo incorporada à discussão teórica e às práticas voltadas ao tratamento documental, sendo reconhecida por parte dos arquivistas desses países como elemento-chave no processo de tratamento documental de um fundo.

### **2.3.2 Conceito de classificação arquivística**

Etimologicamente o termo classificar origina-se do latim *classis facere*, fazer classes (CRUZ MNUDET, 2003, p. 238). No Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio B. de Holanda, o termo classificar é definido como o ato de distribuir em

classes e/ou grupos, segundo sistema ou método de classificação (FERREIRA, 1995, p. 154). Essa acepção genérica já traz embutida a ideia de que a atividade de classificar pressupõe a divisão de um conjunto em classes a partir de um método ou sistema.

Na perspectiva da arquivística, a classificação<sup>33</sup> possui sentido singular já que o conjunto refere-se ao fundo, aos documentos, aos elementos que resultaram da sua divisão, tais como grupo, subgrupo, séries ou classes, em que o documento se distribui.

Na tradição, a classificação é reconhecida como uma das operações centrais do fazer arquivístico, sendo inerente à organização dos arquivos. Desde que planejada, cria não só ordem, mas também as condições necessárias para o cumprimento de cada uma e das demais funções do arquivo.

Nessa análise sobre os fundamentos teóricos da classificação arquivística na atualidade, faz-se necessário abrir um parêntese de modo a evidenciar como se deu a sua construção conceitual nesse domínio.

Analisando a trajetória do conceito de classificação, constata-se que, até a segunda metade do século XX, a classificação esteve delimitada aos arquivos permanentes. Depois desse período, Schellenberg amplia o conceito de classificação arquivística ao estendê-la aos arquivos de documentos de uso corrente. Apesar de ele ter aprofundado a concepção de classificação, contribuindo de forma significativa para a compreensão da aplicação dos princípios da proveniência e para a distinção dos métodos e procedimentos a serem utilizados no processo de classificação, ao se esforçar para resolver o problema de sua realidade, incorreu no erro de propor o uso do termo *arranjo* para se referir ao processo de classificação nos arquivos permanentes e o termo *classificação* para os documentos de uso corrente. Na verdade, a própria teoria de Schellenberg já ajuizava que a classificação em ambos os arquivos deveria estar fundamentada em princípios teóricos, métodos, plano e procedimentos técnicos.

A construção do conceito de classificação na história da disciplina ocorreu como reflexo do uso de termos culturalmente consagrados em tradições

---

<sup>33</sup> Na literatura da área, o termo classificação é reconhecido pelas palavras: *arrangement*, em inglês; *classement*, em francês; *clasificación* e *organización*, na língua espanhola (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 16).

arquivísticas de distintos países, ou gestadas em diferentes matizes teóricas do conhecimento. Assim formulam-se diferentes conceitos sobre o que se entende por classificação em arquivos.

Tendo em conta a análise da trajetória da construção do conceito de classificação, parafraseando Martín-Pozuelo Campillos (1996, p. 50), pontua-se que essa diversidade conceitual da classificação evidenciada na literatura da área deve ser entendida como “reflexo do que a classificação arquivística representa como marco teórico, a essência da disciplina em seu conjunto”.

Nesse emaranhado conceitual, observam-se entrelaçamentos e superposição de ideias que, se analisadas a fundo, não demonstram contradições, mas complementaridade entre elas. Com base nessa pequena amostra de conceitos de classificação extraídos de diversas fontes<sup>34</sup> publicadas pela área e representados no **Quadro 3** abaixo, procurou-se fazer uma síntese sobre que se entende por classificação arquivística hoje.

**Quadro 3:** Conceitualização Classificação Arquivística

CONCEITUALIZAÇÃO CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA	
CONCEITO	AUTORES
O arranjo original deve se fundamentar na organização original do arquivo, a qual na sua essência corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu (regra 16).	Muller, Feith e Fruin (1973, p. 44).
A classificação refere-se ao processo mental da elaboração de classes e à localização dos documentos em tais classes. A classificação significa o arranjo de documentos correntes, segundo um plano visando facilitar o seu uso.	Schellenberg (1959, p. 26; 2006, p.84).
A classificação é uma atividade intelectual, definida como o	Heredia Herrera (1991,

<sup>34</sup> Dentre os quais, os manuais de arquivística (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 44; HERRERA, 1991, p. 266; CRUZ MUNDET, 2003, p. 238); obras (SCHELLENBERG, 1959, p. 26; 2006, p. 84; BELLOTTO, 2004); obras especializadas em terminologia arquivística (DIRECCIÓN DE ARCHIVOS ESTATALES, 1993, p. 26; PEARCE-MORSE, 2005; ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49).

<p>“ato de separar um conjunto de elementos estabelecendo classes, grupos e séries de tal maneira que cada grupo ou classe é único, e distinto dos demais, com suas características próprias, que os diferem dos outros”.</p>	<p>p. 266).</p>
<p>Classificação é a operação intelectual que consiste no estabelecimento das categorias e grupos que refletem a estrutura orgânica e /ou funcional do fundo”.</p>	<p>DIRECCIÓN DE ARCHIVOS ESTATALES (1993, p. 26). Diccionario de Terminología Archivística español.</p>
<p>Classificação de sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visa distribuir os documentos de um arquivo.</p>	<p>Camargo &amp; Belloto (1996, p. 16). Dicionário de Terminologia Arquivística.</p>
<p>Classificação consiste em agrupar hierarquicamente os documentos de um fundo mediante grupos ou classes, desde os mais amplos aos mais específicos, de acordo com os princípios de proveniência e ordem original.</p>	<p>Cruz Mundet (2003, p. 38).</p>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Classificação é a organização de materiais em categorias de acordo com um esquema que as identifica, distingue e relaciona.</li> <li>2. Processo de atribuição de assunto, código ou uma posição indicando a categoria à qual pertence.</li> <li>3. Processo de atribuição de restrições, limitando o acesso a pessoas específicas, especialmente para fins de segurança nacional; classificação de segurança.</li> </ol>	<p>Pearce-Morse (2005)<sup>35</sup>. Glossary of Archival and Records Terminology (SAA.</p>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo.</li> <li>2. Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob o qual sejam recuperados, podendo-lhes atribuir códigos.</li> <li>3. Atribuição a documentos ou a informações neles contidas de graus de sigilo, conforme a legislação específica. Também chamada classificação de segurança.</li> </ol>	<p>ARQUIVO NACIONAL, (2005, p. 49). Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística.</p>

**Fonte:** Elaboração da autora com base na literatura investigada.

No *Diccionario de Terminología Archivística* (DIRECCIÓN DE ARCHIVOS ESTATALES, 1993, p. 26), a noção de classificação é entendida como uma operação intelectual que resulta no estabelecimento de categorias ou grupos que

---

<sup>35</sup> Ver Pearce-Morse, Richard. Glossary of Archival and Records Terminology, da Society American Archivists. Disponível em: <[http://www.archivists.org/glossary/term\\_details.asp?DefinitionKey=283](http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp?DefinitionKey=283)>. Acesso em: 21. mar. de 2012.

refletem a estrutura orgânica e /ou funcional do fundo (Quadro 3). Pode-se dizer que essa noção representa genericamente o que se entende pelos fundamentos teóricos e metodológicos da classificação consolidada pela comunidade arquivística. Esse conceito pode ser comparado a um “guarda chuva” conceitual, no qual se abrigam outras definições, tais como as apresentadas por Heredia Herrera (1991) e Cruz Mundet (2003). Na primeira a autora se preocupa em delimitar e abstrair o conceito de classificação como “atividade intelectual e como “ato de separar” um conjunto de elementos estabelecendo-se as características próprias [...] que os diferem entre si [...]”. A segunda proposição abriga a ideia (que não é nova) de que a classificação arquivística preconiza o agrupamento hierárquico das classes de documentos de um fundo. Essa ideia perpassa todo o processo de construção conceitual da classificação, desde o fim do século XIX até os dias de hoje, devendo ser moldado com base no esquema orgânico e/ou funcional. Além disso, caso seja necessário, poderá resultar da combinação de ambos, desde que se mantenha a ordem hierárquica.

No *Glossary of Archival and Records Terminology*, da The Society of American Archivists (SAA), compilado por Richard Pearce-Morse (2005), o conceito de classificação é representado por três acepções (Quadro 3). A primeira incide sobre a “organização dos documentos em categorias ou classes, de acordo com um esquema, que as identifica, distingue e as relaciona”. Essa noção contém elementos que a aproximam do conceito de classificação consolidado na comunidade arquivística no âmbito internacional e nacional. A segunda acepção proposta por Richard Pearce-Morse (2005) admite que classificação pode ser entendida como processo de “atribuição de assunto”, códigos ou posições para representar as categorias (grupos, subgrupos, séries). Trata-se de uma noção inovadora já que até recentemente a atribuição de assunto, visando à classificação, foi recusada pelo conhecimento arquivístico sistematizado e formalizado dentro da vertente europeia. Na terceira acepção, a classificação é entendida como processo que estabelece a restrição e o limite ao acesso a documentos e a informações sigilosas.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística, publicado recentemente pelo Arquivo Nacional, assim define classificação:

1. Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo.

2. Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob o qual sejam recuperados, podendo-lhes atribuir códigos.
3. Atribuição a documentos, ou as informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme a legislação específica. Também chamada a classificação de segurança. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49).

Essa proposta conceitual defendida pelo Arquivo Nacional (2005) é muito semelhante à concepção de Pearce-Morse (2005), adotada pela Society of American Archivist - SAA, analisada anteriormente.

Se compararmos essa nova proposição conceitual com os conceitos de classificação anteriores (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 16), observa-se que teoricamente, ela representa um amadurecimento da comunidade arquivística brasileira, já que amplia a noção de classificação arquivística e assume uma postura inovadora coerente com o debate atual a nível internacional porque:

Na primeira acepção, considera a classificação como operação inerente aos documentos de um arquivo ou de uma coleção. Como é sabido, a tradição arquivística consolidada no Brasil, influenciada pela tradição europeia, ao considerar a coleção como “anti-fundo” não via com bons olhos a classificação das coleções nos arquivos. Nessa acepção também pontua que a organização dos documentos de um arquivo ou de uma coleção se realizará conforme um plano de classificação, código, ou quadro.

A segunda acepção incorpora elementos novos quando reconhece que a “classificação compreende a análise e a identificação de conteúdos de documentos”, admitindo-se a “seleção de categorias de assunto, de modo que sejam recuperados”. Essa noção precisa ser aprofundada já que concebe a classificação arquivística sob um novo ângulo. Entretanto, isso não quer dizer que toda a comunidade arquivística a interprete dessa forma.

Entende-se que essa noção abre espaço para o diálogo entre a arquivística e os estudos realizados pela área de organização e representação do conhecimento via campo da Ciência da Informação, áreas que discutem a temática da organização e representação da informação registrada e, no seu interior, a temática da análise de conteúdo, visando à recuperação e ao acesso às informações.

A terceira acepção refere-se à classificação de segurança, análoga à noção apresentada por Pearce-Morse (2005).

Apesar de a classificação ser considerada inicialmente uma atividade empírica, sua representação conceitual exigiu a construção de categorias lógicas que possibilitassem a divisão do fundo (conjunto) em categorias (Grupos, subgrupo, séries) que resguardassem a organicidade dos documentos de arquivos.

### **A construção do conceito de classificação arquivística**

Durante os séculos XVII<sup>36</sup> e XVIII, as poucas obras dedicadas aos arquivos evidenciam preocupações para com a noção de classificação. Entretanto, até o início do século XIX, a necessidade de reunir os documentos levou administradores e arquivistas a dividir e a dispersar documentos de uma mesma origem e a misturar documentos de proveniências diferentes. Um dos exemplos mais citados na história dos arquivos é o caso francês em que, no período revolucionário, documentos de distintas proveniências<sup>37</sup> foram reunidos em um só depósito, no *Archives Nationales* (DUCHEIN, 1986, p.15). Os dois primeiros diretores dessa instituição esboçaram um plano para tratar toda essa massa documental como se fosse um conjunto dividido em cinco seções metódico-cronológicas: Seção Legislativa, para os documentos das assembleias revolucionárias; Administrativa, para os novos ministérios; a domínial para os títulos de propriedade do Estado; Judiciária para os documentos de tribunais; e a Seção histórica. Esta última resultou de uma seleção arbitrária dos documentos de outras seções que, naquele momento, eram considerados de importância histórica. Essa classificação temática utilizada nos arquivos reproduzia em última instância os sistemas de classificação científica em voga, criados para serem aplicados, particularmente, na Biologia (Botânica e Zoologia) e na Química.

Com enunciação do princípio do *respect des fonds* em 1841, tornou-se possível resguardar a lógica de organização dos fundos de arquivos. Mais tarde, com a publicação *The Regulations of July (1881)*<sup>38</sup>, o antigo preceito é reformulado,

---

<sup>36</sup>Na obra *De Re Diplomatica*, de Jean Mabillon (1681) foram assinalados os primeiros elementos para a construção de um método sistemático de investigação para determinar os fatos e os eventos nos quais os documentos se inseriam (SOUZA, 2002, p. 7).

<sup>37</sup>Conforme Duchein (1986, p. 5), com a criação dos Arquivos Nacionais da França conservaram-se em um único depósito: documentos do Tesouro de Cartas Reais, os arquivos do Parlamento de Paris, os das abadias e conventos da região parisiense, dos ministérios do governo Real, os dos princípios emigrados, aos quais foram misturados aos papéis provenientes das novas assembleias e administrações criadas pela Revolução Francesa.

<sup>38</sup> Autoria atribuída a Max Lehmann (POSNER, 1985, p. 97).



originando o “princípio da Proveniência” que, em uma de suas faces, incorpora o princípio da ordem original. No final da década, em 1898, Muller Feith e Fruin publicam o grande *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, no qual sistematizam o conhecimento produzido e acumulado sobre os arquivos e a sua organização. Na sistematização desse conhecimento acerca dos arquivos tornam pública a aceção de proveniência vinculada ao princípio da ordem original.

De acordo com o princípio da proveniência, os documentos de cada arquivo ou fundo de arquivo devem manter a classificação e a ordem que a própria instituição lhe deu na sua origem, isto é, deve refletir a organização interna de cada instituição. Corrobora-se a assertiva de Duchemin (1986, p. 26), segundo a qual o princípio da proveniência fundamentou a lógica teórica externa e interna para a classificação dos documentos ao mesmo tempo em que procura reafirmar não só a integridade externa do fundo, mas também a integridade de suas diferentes divisões internas.

Assim os dois princípios, cuja origem vem da publicação de normas regulamentares oficiais para a organização dos arquivos, no contexto francês, alemão e holandês, converteram-se no núcleo histórico da ciência Arquivística, no final do século XIX.

Quanto à terminologia, esse princípio nomeia-se *provenienzprinzip; herkomstbeginsel, respect des fonds, principio di provienza, principle of provenance, principio de procedência*, respectivamente em alemão, francês, holandês, italiano, inglês e espanhol (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136). Apesar de as expressões *respect des fonds* e princípio da proveniência às vezes serem empregadas como sinônimas (LODOLINI, 1995, p. 201), apresentam diferenças em relação aos seus conteúdos, o princípio da proveniência é mais amplo e engloba a primeiro.

A comunidade francesa não endossou o princípio da ordem original<sup>39</sup>, alegando que ele só poderia ser aplicado à documentação de países de tradição anglo-saxônica nos quais foram instituídos “serviços de registros” para a documentação oficial, sendo um dos exemplos, o *registratur*, no contexto alemão. Provavelmente o vestígio dessa postura francesa explique por que na literatura a

---

<sup>39</sup>Na realidade francesa, a produção dos documentos sem rotinas de registro e a cumulação de massas volumosas em depósitos não possibilitavam aos arquivistas restaurar a ordem primitiva dos documentos.

expressão “princípio do respeito aos fundos” seja interpretada como sinônima de “princípio da proveniência”, desarticulado, todavia, do princípio da “ordem original”, quando na verdade este último deve ser concebido como um desdobramento do princípio da proveniência, já que ele se funda no princípio do respeito aos fundos, ou seja, na ordem dada pelo produtor (ou criador) dos documentos.

Vale lembrar que, no segundo capítulo, “arranjo dos documentos de arquivos” Muller, Feith e Fruin (1973) enunciam diversas regras para a organização sistemática dos arquivos, dentre, as quais prescreviam que:

O arranjo do arquivo, [...] urge, antes, de mais nada, restabelecer quanto possível a ordem original. Somente então será possível julgar-se se é conveniente ou não, e até que ponto dela apartar-se (regra 17)<sup>40</sup>.

No arranjo do arquivo deve-se ter em mente que os documentos que contêm os atos do órgão administrativo, ou de um de seus funcionários que atue a título oficial, formam o esqueleto do arquivo (regra 20)<sup>41</sup>.

Essas duas regras enunciam parte dos fundamentos lógicos, tradicional da classificação interna dos fundos, balizada pela ordem documental dada pelo sujeito que o produziu. A segunda imputa uma ressalva, nem sempre levada em conta, segundo a qual a ordem original somente é restabelecida na medida do possível, ou seja, há casos em a que ordem antiga foi destruída e, com isso, torna-se difícil reconstituí-la.

Entende-se que, na tradição arquivística, o preceito da ordem original também serviu para a construção da noção do arquétipo do modelo estrutural de classificação, na regra 20<sup>42</sup>. Os arquivistas holandeses utilizam a metáfora “esqueleto” para fazer a analogia entre o “esqueleto do arquivo” e o “esqueleto de um animal” de modo a comparar o trabalho do arquivista ao trabalho do arqueólogo.

---

<sup>40</sup> Ver MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 49.

<sup>41</sup> Essa regra 20 (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898) foi revista e ampliada na 2ª edição do livro publicada em 1920, com o seguinte conteúdo: “no arranjo de um arquivo há que providenciar-se no sentido de que as séries de protocolos, contas e outros documentos que, desde o tempo de sua entrada no arquivo, forma reunidos em volumes ou maços, formem o esqueleto do arquivo.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 54).

<sup>42</sup> No arranjo do arquivo deve-se ter em mente que os documentos que contêm os atos do órgão administrativo, ou de um de seus funcionários que atuem a título oficial, formam o esqueleto do arquivo. (regra 20, MULLER; FEITH; FRUIN, 1898) foi revista e ampliada, na 2ª edição, do livro publicada em 1920, com o seguinte conteúdo: “no arranjo de um arquivo há que providenciar-se no sentido de que as séries de protocolos, contas e outros documentos que, desde o tempo de sua entrada no arquivo, reunidos em volumes ou maços, formem o esqueleto do arquivo.” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 54).

Na concepção dos arquivistas holandeses “o arquivista procedia com o arquivo da mesma forma que o paleontólogo que, a partir dos ossos, tenta recompor o esqueleto de um animal pré-histórico”<sup>43</sup>. Mas, “para se obter a imagem do animal cujos ossos reuniu, segue geralmente muito de perto a estrutura do corpo [...]” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 56-57).

Entretanto os autores holandeses assinalam textualmente que essa analogia também poderá ser interpretada sob um segundo aspecto: “o arquivista e o paleontólogo podem também restaurar tão somente um estado do organismo. *Quando vivo* este possivelmente muda frequentemente de estado”.

Conforme análise reflexiva que realizamos acerca do conhecimento sistematizado da área, observa-se que a ideia do “organismo vivo” inspirou, nos Estados Unidos da América, os estudos de Theodore R. Schellenberg na sistematização de uma teoria para classificação dos arquivos administrativos de uso corrente. Entende-se que essa concepção tenha influenciado também os estudos que fazem a revisão crítica (particularmente os compilados na corrente da arquivística integrada e na arquivística pós-custodial) da aplicação do princípio da ordem original aos arquivos de instituições modernas do mundo globalizado, cuja organização não esteja formalizada numa estrutura hierárquica.

Nesse sentido, entende-se que a interpretação da estrutura do “esqueleto” de um animal implicou diretamente a construção da noção de estrutura do arquivo enquanto “ente”, enquanto “organismo”, “instituição”, dotada de uma estrutura jurídico-administrativa, geralmente confirmada na prática pelo estudo da estrutura orgânica administrativa, do organograma institucional e das funções, atividades das quais emana o conjunto da documentação produzida e acumulada pelo fundo. É com base nessa estrutura orgânica, ou “esqueleto”, que se desenvolveu a noção de classificação orgânica estrutural representada na literatura da área<sup>44</sup>.

A interpretação da “ordem original” no seu sentido pleno, ou seja, fundada na ordem dada pelo sujeito produtor, vem sendo questionada, principalmente pelos estudos contextualizados na corrente funcional na arquivística pós-custodial. Bellotto (2004) faz uma interpretação menos engessada desse conceito e, com outras

---

<sup>43</sup>Analogamente, “o arquivista ao reconstruir o arquivo ao observar as anomalias poderá repará-las, desde que não se incorra na modificação do arranjo dado” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 56-57).

<sup>44</sup> Ver obras de Schellenberg (1959; 2006); Heredia Herrera (1991), Bellotto (2004).

palavras, pondera que o conceito “ordem original” se refere à organicidade dada aos documentos. Nesse caso a concepção, a ampliação da aplicação do conceito implica o conhecimento das relações orgânicas existentes entre os documentos de um fundo.

### **Síntese do Conceito de classificação arquivística**

A classificação é entendida como um processo intelectual e físico, que visa ao estabelecimento de categorias ou classes que refletem a estrutura orgânica e /ou funcional do fundo. A organização dos documentos em categorias ou classes é realizada de acordo com um esquema, que as identifica, distingue e as relaciona. A classificação compreende as fases da ordenação e do arquivamento entendidas como atividades físicas inerentes ao processo de classificação dos documentos.

A noção de classificação pode ser entendida como processo de atribuição de assunto, códigos ou posições para representar as categorias (grupos, subgrupos, séries). Assim se reconhece que a classificação compreende a análise e a identificação de conteúdos de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49), admitindo-se a seleção de categorias de assunto, de modo que sejam recuperados. A classificação poderá também ser concebida como processo que estabelece a restrição e o limite ao acesso a documentos e às informações sigilosas (PEARCE-MORSE, 2005; ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 49).

Apesar de a classificação ser considerada, inicialmente, uma atividade empírica, sua representação conceitual exigiu a constituição de enunciados lógicos que possibilitassem a divisão do fundo (conjunto) em categorias ou classes representadas em um plano de classificação de forma hierarquizada em grupos, subgrupo e séries, nas quais se resguardam a organicidade dos documentos de arquivos.

Nesse intrincado terminológico se evidenciam dois conceitos relacionados: o primeiro relacionado à possibilidade de difusão do conteúdo informativo e o segundo, aos serviços que presta a instituição das quais emana o material. Isso implica a descrição documental, sendo reconhecida como a fase de tratamento que conduz necessariamente à acessibilidade à informação documental no âmbito dos arquivos.

## **Classificação: ambiguidade terminológica e conceitual**

Quanto à terminologia, a classificação é representada internacionalmente, pelos termos *classement*, *arrangement*, *ordenare*, *classificación* e *ordenación*. Respectivamente, nos idiomas francês, inglês, italiano e espanhol (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

Duchein (1986, p. 30) reconhece que em alguns países noções diferentes são associadas à classificação dos fundos. Para ele, assim como para outros estudiosos (HEREDIA HERRERA, 1991; ESTEBAN NAVARRO, 1995; SCHELLENBERG, 2006; SOUSA, 2006), o uso de termos sem a devida distinção poderia acarretar em graves contrassensos, afetando diretamente o entendimento da classificação.

Ao analisar essa questão, Antônia Heredia Herrera (1991, p. 261-263) relata que essa ambiguidade terminológica era um dos problemas a serem enfrentados pela comunidade arquivística espanhola, tendo em vista que naquele contexto o termo “classificação” foi associado a “ordenação”. Em decorrência desse fato, a classificação foi confundida com a ordenação, outras vezes com organização, e, em certas situações, com ambas.

Na concepção de Heredia Herrera (1991, p. 266), a classificação é uma atividade intelectual usada para separar os elementos do conjunto documental, constituindo grupos, classes e séries, de características únicas, que as distinguem entre si, enquanto a “ordenação é o ato de unir todos os elementos do conjunto com base em uma unidade-ordem, podendo ser a data, o alfabeto, o tamanho e número” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 259).

Para Esteban Navarro (1997), a classificação é uma atividade intelectual que visa ao estabelecimento de grupos de documentos, em função de sua proveniência e de sua incorporação em uma hierarquia de classes, enquanto a ordenação é entendida como a disposição dos documentos dentro de cada classe em uma sucessão, segundo um critério.

Ao fazer a distinção entre classificação e arquivamento, Schellenberg (1959, p. 26) entende que a classificação refere-se ao processo mental de elaboração das classes, enquanto o arquivamento é o ato físico de dispor os documentos numa ordem física determinada pelo sistema adotado. Em relação ao termo arquivamento, ele é entendido por Esteban Navarro (1997, p. 112) como acondicionamento adequado dos documentos, levando em conta o tipo de suporte e a notação de sua

localização, reproduzindo fisicamente o resultado da classificação via um sistema de numeração contínua.

Portanto, classificação, ordenação e arquivamento representam três operações distintas e correlacionadas ao processo de organização dos arquivos. Conforme a aceção desses estudiosos, a classificação é uma operação intelectual enquanto a ordenação e o arquivamento são atividades que remetem à ordem física, ao acondicionamento e à localização dos documentos em um determinado sistema.

Outra questão pertinente, relacionada à ambiguidade terminológica na literatura, com reflexos na construção do conceito de classificação, deve-se ao uso dos termos “classificação” e “arranjo” para designar classificação nos arquivos. Esse nasce na segunda metade dos anos 50, quando o arquivista norte-americano Theodore R. Schellenberg, embasado no conhecimento sistematizado e publicado por seus antecessores<sup>45</sup>, discute de forma profunda os aspectos teóricos metodológicos e conceituais da classificação nos modernos, sem perder de vista o arranjo dos documentos nos arquivos permanentes. Em sua obra *Arquivos modernos princípios e técnicas* (2006), ele dedica vários capítulos ao tema.

Entretanto, ao tratar dos princípios da organização nos arquivos correntes, Schellenberg (1959, 2006) faz a distinção entre os termos “classificação” e “arranjo”. O primeiro deveria ser aplicado à organização dos documentos de uso corrente e o segundo, ao arranjo dos documentos públicos em arquivos de custódia (SCHELLENBERG, 1959, p. 26; 2006, p. 82).

Dessa forma, o uso dos documentos nos arquivos correntes e nos arquivos permanentes justificaria não só a aplicação de princípios distintos para essas duas operações, mas também para manter a diferenciação entre a classificação e o arranjo.

Essa dicotomia entre arranjo e classificação, respaldada pela “Teoria das três idades” acabou sendo incorporada pela comunidade arquivística brasileira.

Ao tratar desse tema, Bellotto (2004, p. 135) explica que, na terminologia arquivística, consagrou-se o uso da palavra “arranjo”, traduzida do inglês *arrangement*. Pensando em reduzir o risco de uma interpretação que distinguisse “classificação” e “arranjo” os estudiosos da arquivística (CAMARGO; BELLOTTO,

---

<sup>45</sup> Embasado no conhecimento sistematizado da área publicado por seus antecessores Muller, Feith e Fruin, 1973; Casanova, 1928.

1996, p. 16) foram levados a reconhecer que o termo classificação poderia ser usado tanto para os documentos dos arquivos correntes como para os documentos dos arquivos permanentes. Porém, na prática, a palavra arranjo continuou sendo usada para designar a classificação dos documentos em arquivos permanentes.

Conforme estudos de Gonçalves (1998, p. 11), nesta realidade, a classificação foi tomada como operação técnica devotada a organizar os documentos de uso corrente, com base na análise das funções e das atividades do organismo produtor de arquivos. Por outro lado, o arranjo compreenderia as operações técnicas destinadas a organizar a documentação considerada de valor permanente. Na visão da estudiosa não há por que continuar utilizando uma terminologia diferente, se os procedimentos empregados são os mesmos em ambos os casos. Trata-se de “definir grandes classes abstratas que correspondem, de forma coerente e articulada, às funções e às atividades do organismo produtor, no período recoberto pela documentação a ser organizada”.

Entende-se que a própria sistematização dos fundamentos da disciplina refletiu na construção de uma terminologia que, à sombra das práticas contextualizadas em determinadas realidades, acabou tendo repercussões teóricas e profissionais. No caso da classificação, o uso de termos distintos para se referir ao mesmo objeto levou à dicotomia entre os arquivos correntes e os arquivos permanentes e, com isso, criou-se também uma concepção fragmentada da arquivística. Nos Estados Unidos da América, no âmbito dos arquivos, criaram-se profissões distintas, de um lado, os gestores de documentos dedicados aos arquivos correntes e de outro, os arquivistas, profissionais que atuam nos arquivos definitivos ou permanentes.

Abalizada pela análise da literatura que defende a gestão documental nos arquivos nos contextos da arquivística espanhola e canadense, especialmente os contextualizados na Arquivística integrada (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; LOPES, 1998, 2000), que fundamentam uma visão integrada dos arquivos e do processo de intervenção tendo vista a gestão das informações arquivísticas e acesso a elas, hoje não faz sentido usar termos distintos para se referir a processos que se fundamentam nos mesmos princípios teóricos e metodológicos.

## **Metodologia utilizada na classificação**

Conforme o exposto ao longo deste capítulo, na teoria arquivística se evidencia um consenso segundo o qual o tratamento documental possui suas bases no princípio de proveniência ou do “respeito aos fundos”, no princípio da ordem original e no ciclo vital dos documentos.

Considerando que a metodologia é o conjunto de ideias que os arquivistas têm (ou deveriam ter) sobre como tratar o material de arquivos, ou seja, os documentos, Mendo Carmona (2004, p. 36) esclarece que, na organização dos documentos de um fundo, o princípio da proveniência é aplicado em dois níveis: no primeiro, resguarda o respeito aos fundos e, no segundo, o princípio da ordem original. O primeiro nível circunscreve a instituição ou organismo que institui o fundo de arquivo, ou seja, do respeito aos fundos. Nesse nível, o método aplicado deverá resguardar a lógica de organização externa do fundo em relação aos outros. No segundo nível, o método aplicado deverá resguardar a “ordem original”, ou seja, a organização interna dos fundos e de suas divisões.

Assim, a metodologia consiste na aplicação dos princípios teóricos e metodológicos consagrados pela área. No momento de uma intervenção, os arquivistas poderão usar diferentes métodos para classificar e para ordenar documentos de um fundo, considerando suas especificidades (BELLOTTO, 2007, p. 11).

Schellenberg (2006, p. 84) assinala que no processo de classificação dos documentos há três elementos que são considerados até hoje: a) a ação a que os documentos se referem; b) a estrutura dos órgãos que os produziram; e c) o assunto dos documentos. Assim, no processo de classificação, a escolha do primeiro critério resultará em um esquema de classificação funcional; a do segundo, em uma classificação orgânica ou estrutural, e a do terceiro, na classificação por assunto.

A classificação orgânica deverá partir do organograma da instituição, levando em consideração as seções administrativas (escritórios), pois cada uma corresponde a uma atividade para o cumprimento de uma função. Com base nesse método, o resultado da classificação será reflexo da estrutura orgânica do fundo, enquanto a classificação funcional, estabelecida pelas ações, resultará nos grupos, subgrupos e séries, cujas classes refletirão as funções e/ou atividades que traduzem as ações as quais se relacionam dentro de um todo orgânico, o fundo.



Na tradição arquivística, a classificação por assunto, visando ao estabelecimento de classes temáticas, só era permitida para as coleções ou para a organização dos documentos de uso corrente, quando gestores e funcionários de instituições optam por esse método, de acordo com suas necessidades de recuperação<sup>46</sup>.

Na visão de Bellotto (2002b, p. 11), para escolher um método os arquivistas deverão conhecer muito bem seu material de trabalho, sua proveniência, organicidade e características administrativas e diplomáticas. Dessa forma, a aplicação correta da metodologia resulta do conhecimento que se possui acerca da teoria aliado ao conhecimento do material.

Com base nesse referencial teórico-metodológico, na arquivística se construiu um consenso segundo o qual a classificação dos arquivos, seja corrente ou permanente, fundamenta-se nos princípios fundamentais da arquivística, no ciclo vital dos documentos, em que se escolhe o método estrutural ou funcional, ou ainda, na combinação de ambos.

Em análise recente, Heredia Herrera (2007, p. 55) observa que, na Espanha, a classificação orgânica multiplicou os quadros de classificação dos fundos documentais. Reconhece também que as mudanças contínuas das estruturas administrativas fizeram com que a classificação orgânica fosse substituída pela classificação funcional, buscando modelos estáveis e procedimentos parecidos. Isso possibilitaria a construção de modelos de quadros de classificação de fundos de natureza semelhante, tendo em vista a necessidade de recuperar e acessar as informações documentais em sistemas automatizados.

Desde a segunda metade da década 50, Schellenberg reconhecia que os princípios e as metodologias que norteiam o trabalho da classificação necessitam ser materializados em um quadro ou “esquema de classificação”, sendo esta a fase de sistematização de cada fundo em grupo, subgrupo e séries.

Entretanto, somente depois de 1980, a classificação de qualquer fundo passou a ser concebida a partir de um plano visando à construção de quadro de classificação, respeitando-se o princípio da proveniência.

---

<sup>46</sup>Esse consenso acerca da classificação por assunto arquivística foi exposto com muita clareza nos manuais de arquivística de Schellenberg (2006) e Heredia Herrera (1991).

Todo plano de classificação deverá distinguir os níveis e as etapas. No primeiro nível, identifica-se a estrutura orgânica (organograma institucional), funcionamento da instituição (órgãos ou funções, correspondendo às seções e subseções). O segundo nível equivale às séries documentais, consideradas testemunhas das atividades derivadas daquela estrutura (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 268).

Assim, os dados coletados e analisados durante a operação de identificação do sujeito produtor servirão como guia, na tomada de decisão sobre qual método a ser adotado para a classificação do fundo. Nesse momento se optará por um dos métodos, “estrutural” ou “funcional”, conforme os critérios para o arranjo dos documentos do fundo. Observa-se que o método estrutural se fundamenta na estrutura administrativa do sujeito produtor – em que as respectivas classes correspondem aos setores, à divisão ou departamento, enquanto o método de arranjo funcional é baseado nas funções e atividades do sujeito produtor, no qual as classes correspondem às funções e às atividades, a operação de identificação torna-se essencial para a elaboração do plano ou esquema de classificação.

Importante lembrar que, na tradição arquivística, a classificação estrutural foi a mais utilizada (GONÇALVES, 1998, p. 22-23), entretanto poderá apresentar desvantagens quando não há estrutura que se refira à totalidade das funções e atividades da instituição, enquanto sujeito produtor. Na literatura, (HEREDIA HERRERA, 1991; GONÇALVES, 1998; BELLOTTO, 2004; SCHELLENBERG, 2006) ajuízam que, embora a opção pela classificação funcional seja tecnicamente mais complexa, ela atende melhor ao critério de classificação arquivística.

Portanto, ao se elaborar um plano de classificação, somos “obrigados” a refletir a respeito da aplicabilidade e exequibilidade dos referidos planos. Em decorrência dessa revisão de literatura, pontuamos que uma proposta arquivística sistematizada, visando à classificação dos documentos de todos os conjuntos documentais pertencentes a um determinado fundo, compreende duas operações: a identificação e classificação.

Na primeira se faz a identificação do fundo: compreendendo a identificação do sujeito produtor; identificação das tipologias documentais; e de suas respectivas séries. Com base nos resultados dessa fase será possível passar para a segunda etapa, com a elaboração de um plano de classificação do fundo, estabelecendo-se hierarquicamente grupos, subgrupos, e as séries documentais. Entendendo que a

ordenação e o arquivamento são atividades inerentes à classificação, na terceira etapa se fará a ordenação e, em seguida, o arquivamento dos respectivos documentos.

Os resultados obtidos durante os processos de identificação e classificação são relevantes para a operação de avaliação<sup>47</sup> entendida enquanto processo intelectual em que se estuda a documentação de um fundo, visando determinar os valores primários (prazos de vigência administrativa, jurídica, fiscal) e valores secundários (histórico e informativo) dos documentos de um fundo. Além disso, as referidas operações fornecem subsídios para a operação de descrição que será tratada a seguir.

### **2.3.3 Descrição arquivística: a evolução do conceito**

No processo de tratamento documental, a descrição é reconhecida como ponto culminante do fazer arquivístico, confundindo-se com a própria finalidade do documento, que é a de informar (CRUZ MUNDET, 2003, p. 255). O objetivo fundamental do trabalho descritivo é tornar acessíveis as informações documentais de um fundo, de modo eficaz (SHELLENBERG, 1980, p. 204). Assim, a descrição é considerada uma função tão importante quanto à classificação.

A necessidade de encontrar os registros organizados e guardados fez com que as civilizações antigas e modernas desenvolvessem representações adequadas aos mais distintos suportes utilizados ao longo da história. Assim, a atividade de descrever os registros é tão antiga quanto sua própria organização. As práticas de representar as informações orgânicas, ou arquivísticas, sempre se fizeram presentes nas práticas dos arquivos<sup>48</sup>, por muito tempo, restritas à preparação de listas, catálogos, inventários, fichários, índices, entre outros (BELLOTTO, 2004, p. 176; RODRIGUES, 2009, p. 216-221), visando à recuperação e ao acesso aos acervos documentais custodiados pelos arquivistas e pesquisadores.

---

<sup>47</sup> A Avaliação é uma fase de tratamento arquivístico que consiste em analisar e determinar os valores primários e secundários das séries documentais a fim de fixar seus prazos de transferência, acesso, conservação ou eliminação total ou parcial (LA TORRE MERINO; MARTÍN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p.26).

<sup>48</sup> Conforme Bellotto (2004, p. 176), desde o século XIII já existiam inventários de documentos em diversas comunas francesas. No Brasil, eles existem desde o final do século XIX.

Conforme exposto anteriormente, deduz-se que a centralidade da custódia e da organização dos documentos, no final do século XIX, representou um papel singular na construção do conceito de classificação. Entretanto, o mesmo não se pode dizer em relação à questão da descrição arquivística. Apesar de ser reconhecida como uma atividade importante, a reflexão teórica e conceitual sobre a descrição arquivística é muito recente e foi introduzida no cenário da Arquivística depois da segunda metade do século XX.

Conforme a análise da literatura, os manuais clássicos consagrados e publicados por Eugenio Casanova (1928), Jenkinson (1922), Elio Lodolini (1984) de modo geral, não traziam no seu escopo a definição do termo descrição (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 299), nem trataram da ambiguidade terminológica utilizada para designar os instrumentos de pesquisa, em vários países (DUCHEIN, 1992, p. 20; CRUZ MUNDET, 2003, p. 256).

Com base nos conceitos extraídos de obras reconhecidas (SCHELLENBERG, 1980; HEREDIA HERRERA, 1991; CRUZ MUNDET, 2003) e das obras especializadas em terminologia arquivística, tais como os dicionários, os glossários e da ISAD(G) (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística), publicados no âmbito internacional e nacional, aborda-se a função da descrição arquivística circunscrita aos aspectos teórico-metodológicos, restringindo-se a discutir a construção do conceito de descrição arquivística. Parte-se do pressuposto de que, para se compreender o que se entende por descrição arquivística na atualidade, requer-se uma análise que leve em conta o processo de construção desse conceito.

Na literatura da área, alguns estudiosos (HEREDIA HERRERA, 1991; BONAL ZAZO, 2001) reconhecem que, a partir dos estudos sistematizados pelo arquivista norte-americano Theodore R. Schellenberg, publicados em meados da década de 1950, foi possível estabelecer uma concepção teórica e metodológica da descrição. Para Heredia Herrera, deve-se a ele a designação de descrição como a “enumeração das qualidades essenciais de um objeto”. No caso dos arquivos, refere-se às qualidades ou atributos que caracterizam os documentos (SCHELLENBERG, 1980, p. 218).

Na segunda metade da década de 1950, o conceito de descrição proposto por Schellenberg (1980, conforme **Quadro 4**) assinala que descrição “é uma operação que abrange um conjunto de atividades desenvolvidas pelo arquivista visando à elaboração dos instrumentos de pesquisa [...]”.

**Quadro 4: Conceitualização Descrição Arquivística**

CONCEITUALIZAÇÃO DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	
CONCEITO	AUTOR
A descrição é uma operação que abrange um conjunto de atividades desenvolvidas pelo arquivista visando à elaboração dos instrumentos e meios de busca que facilitam o acesso aos fundos em geral e aos documentos em particular <sup>49</sup> .	Shellenberg (1980, p. 199)
A descrição é o processo de análise dos documentos de arquivo ou de seus agrupamentos materializado em representações que permitam sua identificação, localização e recuperação de suas informações para a gestão ou para a pesquisa.	Heredia Herrera (1991, p. 302).
Descrição é um conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitam a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa.	Camargo & Bellotto (1996, p. 23). Dicionário de Terminologia Arquivística (elaborado pela Associação dos arquivistas Brasileiros, Grupo Regional de São Paulo).
Descrição é a fase do tratamento arquivístico destinada à elaboração dos instrumentos de consulta para facilitar conhecimento e consulta dos fundos documentais e coleções de arquivos.	MINISTÉRIO DE CULTURA DE ESPAÑA (1993). Diccionario de Terminología Archivística - DATE Mastropierro (2008, p. 68). Diccionario de Archivística en español.
A descrição é uma tarefa primordial do fazer arquivístico e uma consequência [...] da organização dos fundos atrelada aos serviços, ou seja, visa tornar útil e disponível os documentos para sociedade.	Cruz Mundet (2003, p. 255).
Descrição arquivística é a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam por meio da extração, análise, organização e registro de informação	(CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14). ISAD(G): Norma Geral Internacional de descrição

<sup>49</sup> Conceito extraído da obra de Schellenberg *Public and private records: their arrangement, description*, editada no Brasil em 1963 sob o título *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Essa obra foi editada posteriormente, em 1980, pela Fundação Getúlio Vargas.

que sirva para identificar, gerir, localizar, explicar documentos de arquivos e o contexto [...].	arquivística.
Descrição arquivística é o processo de análise, organização detalhada dos elementos formais de um conjunto de documentos ou coleção de registros, tais como criador, título, data, extensão e conteúdo, para facilitar o trabalho de identificação, gestão e o entendimento ( <i>tradução nossa</i> ).	Pearce-Morse (2005). <i>Glossary of archival and records terminology</i> <sup>50</sup> , da The Society of American Archivists – SAA.
Descrição é um conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa.	ARQUIVO NACIONAL (2005, p. 67). <i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística</i> .

**Fonte:** Elaboração da autora

No conceito formulado por Schellenberg (1980, p. 199, 218), a ‘descrição’ envolve duas operações fundamentais: a primeira consiste em identificar a unidade documental a ser descrita; a segunda, em enumerar as qualidades ou atributos essenciais dos documentos. Ao arquivista cabe, primeiro, reconhecer a unidade documental a ser descrita (por exemplo, o grupo, série, ou item documental).

Quanto à enumeração das qualidades dos documentos, Schellenberg (1980, p. 235-237) postula que a descrição é realizada em relação: a) aos elementos que caracterizam a estrutura ou apresentação física dos documentos, em que se descreve a posição dos documentos em relação ao seu agrupamentos físico, gênero e suporte; b) aos atributos de substância (proveniência), os documentos são descritos com base na organização arquivística dada, seja com base em funções, atividades, atos; ou em relação aos assuntos de que tratam (SHELLENBERG, 2004, p. 132). Na visão do autor, o rigor da descrição consiste na representação dessa natureza essencial dos documentos.

O autor também assinala que o objetivo do labor descritivo é tornar acessíveis os documentos que se encontram sob a custódia de um arquivo. Assim, no seu entender, os instrumentos de pesquisa apresentam dupla finalidade: tornar os documentos conhecidos aos pesquisadores e facilitar as buscas realizadas pelos arquivistas.

---

<sup>50</sup>Obra disponível na home page The Society of American Archivists – SAA <[http://www.archivists.org/glossary/term\\_details.asp?DefinitionKey=2765](http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp?DefinitionKey=2765)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Defende-se que essa concepção de Schellenberg foi absorvida e reformulada ao longo dos anos, particularmente pelos teóricos que levam em conta o método da Diplomática<sup>51</sup> (HEREDIA HERRERA, 1991; DURANTI, 1995; BELLOTO, 2004) no processo de análise dos documentos arquivísticos visando à organização e à descrição dos documentos. Assim como Schellenberg, os estudiosos entendem que descrição pressupõe o estudo analítico dos caracteres internos e externos dos documentos. A investigação dos caracteres externos resultaria na descrição do gênero, suporte e formato, volume, quantidade, enquanto a análise dos caracteres internos resultaria na descrição dos elementos funcionais relativos à proveniência, data e lugar da produção; assunto ou matéria.

Na concepção de Heredia Herrera (1991), a descrição é entendida como processo de análise dos documentos de arquivo ou de seus agrupamentos, materializado em representações que permitam sua identificação, localização e recuperação de suas informações para a gestão ou para a pesquisa” (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 302). Embora seu conceito tenha sido fundamentado na concepção de Schellenberg (1980), ela o aprofunda ao conceber a atividade de descrição como “processo” que envolve diferentes procedimentos. Por outro lado, a autora inova ao assumir que o processo de descrição pressupõe a análise documental corporificada na representação dos conteúdos informacionais dos documentos em seus vários níveis.

Portanto, a descrição envolve um conjunto de atividades, tais como analisar, identificar, ler, resumir e indexar as informações a serem transmitidas ao usuário. Conforme essa visão, a descrição é “a ponte que comunica o documento aos usuários”, de um lado da “ponte” estaria o arquivista e do outro, os usuários (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 300).

O conceito proposto pelas estudiosas brasileiras (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 23 – **Quadro 4**) reproduz elementos conceituais presentes na concepção de Schellenberg (1980 – **Quadro 4**) e na definição de descrição elaborada por Heredia Herrera (1991). Além disso, essa definição fundamenta-se na ideia de que a operação da descrição é a fase do tratamento arquivístico que resulta na elaboração

---

<sup>51</sup> A Diplomática, por definição, “ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos, de origem governamental e/ ou notarial, cujo objeto é estudo dos caracteres internos” (DURANTI, 1995).

dos instrumentos de pesquisa, de modo a facilitar a consulta dos documentos de um fundo.

Até meados dos anos 80, o CIA define a descrição como a elaboração dos instrumentos de pesquisa, visando facilitar a consulta dos fundos e coleções (BONAL ZAZO, 2001, p. 156).

De acordo com Bonal Zazo (2001), a segunda edição da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) (2000) contempla um novo aporte conceitual da descrição. Tendo em vista que o objeto dessa unidade de estudo é a discussão sobre a construção do conceito de descrição, entende-se que seja necessário averiguar se a publicação da norma ISAD(G) pode ser considerada um divisor de águas em relação ao conceito de descrição. Nessa obra de referência se conceitua<sup>52</sup>:

Descrição arquivística é a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar, explicar documentos de arquivos e o contexto [...]. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 14).

Esse conceito se diferencia dos conceitos analisados porque, nessa concepção, o objeto da descrição é a representação exata das unidades de descrição. Em segundo, há de se dissociar o conceito de “descrição” dos “instrumentos de descrição”. Na concepção de Bonal Zazo (2001), a consequência direta do emprego desse conceito pela literatura foi o rompimento em relação às definições precedentes. Torna-se importante esclarecer que não se corrobora com esta assertiva do autor porque se entende que o conceito de descrição institucionalizado foi construído ao longo de uma década pelas comunidades arquivísticas do Canadá, Estados Unidos e Inglaterra que conduziram o processo de construção da ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição arquivística (CRUZ MUNDET, 2001; BONAL ZAZO, 2001; ARQUIVO NACIONAL, 2000). Portanto, provavelmente, os elementos já existiam nas comunidades que os geraram. Por outro lado, não se pode afirmar que depois da divulgação da Norma ISAD(G) e das normas nacionais de descrição, esse conceito tenha sido incorporado pela literatura arquivística de forma hegemônica.

---

<sup>52</sup> Reconhecida na língua inglesa pelo termo “*archival description*”.



Conforme proposto pelo *Glossary of archival and records terminology*<sup>53</sup>, da The Society of American Archivists – SAA, o termo *Archival description* é definido como:

O processo de análise, organização detalhada dos elementos formais de um conjunto de documentos ou coleção de registros, tais como criador, título, data, extensão e conteúdo, para facilitar o trabalho de identificação, gestão e o entendimento. (PEARCE-MORSE, 2005, tradução nossa).

O conceito proposto por Pearce-Morse (2005) representa a visão SAA, visto que incorpora elementos do conceito de descrição presente na ISAD(G). A descrição é concebida como um processo de análise dos elementos formais dos documentos e, assim, aproxima-se da definição elaborada por Heredia Herrera (1991). Entretanto, ela se afasta das definições de Shellenberg (1991) ao assumir que o objeto da descrição normalizada é a representação exata dos conteúdos informacionais das unidades de descrição, do nível de fundo até a unidade documental, isto é, da peça e não a elaboração dos instrumentos de pesquisa.

No processo de descrição, desenvolve-se o processo de abreviar, representar, reduzir, resumir ou analisar o conteúdo de um documento. Resulta dessa operação uma representação abreviada e precisa do conteúdo de um documento, sem interpretação nem crítica e sem menção expressa do autor (BONALZAZO, 2001, p. 164).

No dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado cinco anos depois da ISAD(G), conceitua-se a descrição como “um conjunto de procedimentos que leva em conta, os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Esse conceito apresentado pela comunidade arquivística brasileira reproduz a tradicional visão de descrição, ao articular a descrição à construção dos instrumentos de pesquisa. Por outro lado revela que a comunidade arquivística ainda não assimilou as mudanças conceituais que vêm ocorrendo no cenário da arquivística internacional, principalmente nos contextos canadense, inglês e americano.

---

<sup>53</sup>Obra disponível na home page da *The Society of American Archivists – SAA*. <[http://www.archivists.org/glossary/term\\_details.asp?DefinitionKey=2765](http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp?DefinitionKey=2765)>. Acesso em: 20 fev. de 2012.

Portanto, a concepção de descrição normalizada vem influenciando a reformulação do conceito de descrição, entretanto, não se pode dizer que ela rompeu com a tradicional aceção. Essa postura redundaria em uma grande contradição teórica e conceitual já que os princípios básicos da arquivística e a tradicional concepção de descrição serviram de baluartes para a fundamentação da própria ISAD(G).

Com base nessa pequena amostra é possível inferir que os conceitos de descrição propostos evidenciam duas aceções de descrição, a predominante se preocupa em vincular a atividade descritiva à elaboração dos instrumentos de pesquisa, como resultados da atividade. Nessa aceção, os conceitos de descrição arquivística constituíram-se com base em três elementos:

1. A atividade descrição pressupõe o estudo analítico dos caracteres externos e dos caracteres internos dos documentos.
2. O resultado da atividade descritiva se materializa na elaboração dos instrumentos de pesquisa.
3. Objetivo da descrição visa tornar útil e acessível eficazmente as informações documentais de um fundo. (CRUZ MUNDET, 2003, p. 255).

A segunda aceção, influenciada pela discussão e pelo conceito de descrição normalizada, entende que a descrição arquivística é considerada um processo destinado à representação dos documentos, preocupa-se em atrelar a descrição arquivística à representação das informações arquivísticas normalizadas, ou seja, com base nas normas de descrição. Nessa segunda aceção, os resultados da descrição não se restringem aos instrumentos de pesquisa.

Entende-se que a noção de descrição presente na obra de Schellenberg teve um papel singular no processo de construção do conceito de descrição e também no desenvolvimento das regras necessárias ao processo de normalização da descrição.

### **Método de descrição**

A preocupação com a especificidade dos métodos empregados na Arquivística sempre esteve presente nos estudos de Schellenberg (1980; 2006); Heredia Herrera (1991) e Bellotto (2004). Para esses estudiosos é preciso distinguir os métodos utilizados nas bibliotecas e nos arquivos. Para Schellenberg (1980, 2006), o processo de catalogação na Biblioteconomia molda-se à caracterização das publicações, relativas ao assunto; enquanto os da Arquivística, à caracterização dos

documentos em referência à função (SCHELLENBERG, 1980, p. 218). O autor reconhece que a atividade de descrição realizada pelos bibliotecários focava o conteúdo já que tendiam a acentuar a investigação do assunto, enquanto o arquivista deveria centrar seu trabalho na “função”, tendo em vista que nesse domínio o que mais interessa é o estudo funcional. Assim, desde Schellenberg (1980) se pontua que o método de descrição iniciava-se com a identificação dos agrupamentos documentais. Em seguida, o arquivista deveria fazer um estudo analítico sobre os caracteres externos e internos dos documentos (proveniência).

Ao reconhecer a importância do elemento funcional para o processo de arranjo e descrição, Schellenberg (1980, p. 232) traça um caminho interessante para a compreensão das origens funcionais dos documentos. Embora na teoria arquivística a compreensão das origens funcionais seja fundamental, poucos estudos se preocupam em esclarecer o que se entende por ‘função’, ‘atividade’ e ‘ato’. Schellenberg (1980), percebendo a relevância do conceito de função para a teoria e para a prática, diz que o termo “função” possui um sentido genérico, pois a ele se referem todos os atos da pessoa jurídica, pública ou privada no desempenho de algum objetivo. Quanto à palavra “atividade”, se comparada à função, possui um sentido mais restrito, ela serve para designar as ações praticadas na execução de uma função determinada (SCHELLENBERG, 1980, p. 235-237; SILVA, 2007).

Para explicar o método que envolve a descrição no processo de análise documental, Schellenberg (1980, p. 235-237) sugere que o arquivista deveria fazer as seguintes perguntas: “quem”, “como”, “que”, “quando”, e “onde”. As respostas obtidas remeteriam aos caracteres internos dos documentos considerados essenciais (**Quadro 5**).

**Quadro 5:** Análise dos caracteres externos e internos dos documentos

QUESTÕES	OBJETIVO: IDENTIFICAR OS CARACTERES INTERNOS DOS DOCUMENTOS
QUEM	Criador - entidade, pessoa ou família (proveniência)
COMO	Como se criou a unidade documental
QUE	Função orgânica motivou a produção do documento
QUANDO	Data cronológica - da criação da unidade documental
ONDE	Lugar da produção documental

**Fonte:** Elaboração da autora com base na teoria de Schellenberg (1980)

Para exemplificar a aplicação prática, Silva, Fujita e Bizello (2009) recorrem ao estudo do Estatuto da UNESP, em que se cita que a Faculdade de Filosofia e Ciências possui, entre suas funções, “criar, preservar, organizar e transmitir o saber por meio do ensino e da pesquisa”. Entendem que, para efeito de administração, a função de “criar o saber” implica o exercício de atividades docentes, como ministrar aulas; desenvolver pesquisas; produzir trabalhos científicos; apresentar conferências; e publicar. Dessa forma, a atividade “desenvolver pesquisas”, por exemplo, pressupõe, dentre outras coisas, os “atos” de elaborar proposta de pesquisa; levantar o material a ser investigado; investigar; analisar; e compilar o conhecimento de forma que possa ser reproduzido ou transformado em novos conhecimentos.

A função de “transmissão do saber” implica as atividades docentes de: ministrar aulas; discutir o conhecimento com os discentes, para que ele seja apreendido e reelaborado. Quanto à atividade de “ministrar aulas”, pressupõe atos como planejar aula, desenvolver conteúdos; avaliar para verificar se o conhecimento foi realmente apreendido, compreendido pelos alunos (SILVA, 2007; SILVA; FUJITA; BIZELLO, 2009). O termo “ato” é ainda mais restrito que “atividade” podendo ser usado para se referir à atividade específica. Assim, quanto mais precisa a

informação sobre as origens funcionais, tanto mais descritivo será o conteúdo dos documentos.

### **A relação entre níveis de descrição e instrumentos de pesquisa**

Até recentemente, os instrumentos de pesquisa, constituíam-se nas únicas vias de acesso do pesquisador ao potencial informacional existente nos arquivos. Eles são obras de referências elaboradas pelos arquivistas que identificam, resumem e localizam os documentos de um fundo, em seus diferentes níveis de informação, desde o fundo até o nível de item documental. Assim, “a massa de informação de um arquivo só tem utilidade quando há instrumentos de pesquisa que permitam acesso a ela” (BELLOTTO, 2004, p. 179), tais como os guias, inventários e catálogos.

Segundo Heredia Herrera (1991, p. 305), os níveis de descrição possuem uma estreita relação com as agrupações documentais, estabelecendo-se um paralelismo entre ambos (**Quadro 6**). Essa relação resulta do fato de que o objeto da descrição são os próprios documentos ou seus agrupamentos, que podem ser estabelecidos em três etapas:

1. Arquivo, fundo, seção de fundo (grupo)
2. Séries documentais.
3. Peças singulares ou unidades arquivísticas.

Na concepção da autora, as três etapas obedecem a uma escala hierárquica, do maior para o menor, sendo que cada agrupamento está contemplado por sua personalidade plena.

A descrição aplicada a cada uma dessas três etapas determinará um nível de profundidade da análise em relação à natureza do que se descreve. Assim, descrevemos em primeiro lugar um arquivo. E, em segundo, cada uma das séries que integram qualquer fundo, seção de fundo ou seção de arquivo e, em terceiro, os documentos simples ou compostos. Esses níveis respondem às diferentes necessidades de informação dos usuários (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 305).

**Quadro 6:** Níveis de descrição

Nível	Agrupações documentais	Instrumentos de descrição
I	Arquivo Fundo Seção de fundo Seção	<b>GUIAS</b>
II	Série	<b>INVENTÁRIO</b>
III	Peças singulares unidades Arquivísticas	<b>CATÁLOGO</b>

**Fonte:** Heredia Herrera (1991, p. 306).

O processo de descrição tem, como produto, os instrumentos de pesquisa: do nível de fundo aos subgrupos geram-se os “guias”. Em nível de séries, são os “inventários” e, em nível das peças documentais, os “catálogos”. Esses instrumentos são importantes para controle, recuperação e acesso aos documentos de um fundo.

O conceito de nível de descrição está intrinsecamente relacionado ao conceito de unidade de descrição, reconhecendo-a como o objeto da descrição (BONAL ZAZO, 2001, p. 179). A unidade de descrição pode ser um documento, ou conjunto de documentos, qualquer que seja sua forma física, tratado como um todo e que, como tal, constitui a base de uma única descrição.

Conforme Vicenta Cortés Alonso (1987, p. 610), para descrever uma série é necessário que ela esteja adequadamente organizada e ordenada. Na sua concepção, a atividade de descrição pressupõe a organização dos fundos. Na visão de Esteban Navarro (1997) e Gay Molins (1995) para se iniciar a descrição de um fundo não é necessário que ele esteja plenamente classificado e instalado. Entretanto, na literatura observa-se um consenso que ajuíza que somente quando a organização do fundo estiver completa, poder-se-á fazer a descrição definitiva.

Na prática a organização e a descrição são operações estreitamente relacionadas, que se desenvolvem de forma paralela. Como a identificação das unidades de descrição se produz durante o processo de organização, na opinião de Hugo Stibbe (BONAL ZAZO, 2001), o CIA optou por uma norma de descrição de agrupações documentais em lugar de uma norma de agrupações de unidades

documentais. Com base na abordagem anterior, infere-se que, desde que o tratamento arquivístico considere a etapa da identificação, bem como os seus resultados, é possível realizar a descrição de uma determinada série.

Em decorrência do aprofundamento teórico, especialmente no que tange à visão integrada da arquivística, da gestão da informação e do processo de discussão em torno da necessidade da descrição normalizada, já se reconhece que a descrição é uma operação que se realiza ao longo do ciclo vital dos documentos, tanto nos arquivos correntes, como nos arquivos históricos. As características da documentação, sobretudo sua utilização pelos usuários, condicionam a operação sobre a gestão da informação.

### **A concepção de descrição arquivística: a representação da informação arquivística normalizada.**

A temática da descrição normalizada por um longo tempo esteve excluída dos estudos da área, embora na construção de norma para representação dos documentos já estivesse consolidada nos domínios da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. No cenário da Arquivística, a discussão em torno da necessidade da criação de uma norma internacional que pudesse orientar a representação dos documentos ocorreu tardiamente. Essa discussão se inicia na década de 1970, porém, o debate só se intensifica nas duas últimas décadas do século XX.

Em alguns países, tais como a França, Itália e Suécia, a atividade descritiva esteve por muito tempo subordinada aos organismos centrais, os arquivos nacionais, com a atribuição de criar regras normalizadoras da descrição arquivística em seus países. Em outras realidades, como a Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e Canadá, entidades profissionais de classe tomaram para si o papel de fomentar regras para a descrição documental.

Na década de 70, A. Arad e L. Bell elaboraram um estudo a pedido do Comitê de Automatização do Conselho Internacional de Arquivos – CIA, no qual se estabeleceram os níveis, os elementos e as regras para “elaborar um formato de descrição para auxiliar os arquivistas quando fossem aplicar a automatização e o intercâmbio de dados” (CRUZ MUNDET, 2001, p. 258).

Como não existia uma norma internacional para orientar a referida atividade, as comunidades arquivísticas de distintos países se viam obrigadas a criar suas

próprias normas para descrição no âmbito dos arquivos. Com isso abriu-se um espaço para a construção de uma cultura “autonormalizadora” que, passou a existir dentro das instituições no Brasil<sup>54</sup>. Entende-se que essa realidade dificultou a construção do consenso social sobre a necessidade de se criar uma normalização arquivística e, por outro lado, atrasou a discussão teórica sobre sua viabilidade.

A discussão sobre a questão da normalização floresceu em meados da década de 1980, nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, contextos em que a necessidade de atender às demandas sociais por informação compatível com nível de desenvolvimento social e tecnológico levou os arquivistas a refletirem sobre a construção de propostas que pudessem regulamentar a descrição arquivística nos respectivos países.

Conforme Cruz Mundet (2003, p. 258), a norma empregada pelos arquivistas norte-americanos segue a APPM2, que é uma adaptação das *Anglo-American Cataloguing Rules*, 2ª edição (AACR2) apesar de ser questionada. Os canadenses regem-se pela *Rules Archival Description* (RAD), que são uma versão modificada da AACR2, enquanto na Grã-Bretanha as iniciativas se devem ao *Archival Description Project*, fundado pela Society of Archivists e British Library, posteriormente desenvolvido pela Universidade de Liverpool. Esse trabalho resultou na elaboração do *Manual of Archival Description* (MAD), publicado em 1986, reformulado em 1989 para servir como norma na elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Em decorrência dessas iniciativas, constituíram-se as normas nacionais, a APPM2, nos Estados Unidos; a RAD, no Canadá e a MAD2, na Inglaterra sendo a MAD2 para serem aplicadas na descrição dos documentos arquivísticos. Embora as normas fossem distintas entre si, os resultados positivos alcançados representaram um avanço na questão da normalização da descrição, constituindo os primeiros passos em direção à construção de uma norma internacional.

Durante a década de 1980, as preocupações da comunidade arquivista do Canadá, Estados Unidos e Inglaterra resultaram na normalização da descrição arquivística em seus respectivos países. Com base nas experiências desses países,

---

<sup>54</sup> No relatório publicado pela Fundación Histórica Tavera (1999, p. 37), referente ao Brasil, constatou-se que das 75 instituições que tratavam seus arquivos, menos de 50% delas tinham seus fundos descritos. Quando interrogadas sobre o uso de normas de descrição, 70% das respostas afirmaram que utilizavam normas próprias; e 30% disseram usar, parcial ou integralmente, as normas internacionais.



depois de 1989 o Conselho Internacional de arquivos passa a incentivar diversas iniciativas no sentido de estabelecer normas para descrição de arquivos (CRUZ MUNDET, 2003). Nesse período, a comunidade arquivística assume um discurso em favor da normalização da descrição, no qual se enfatiza que ela é possível e necessária por razões de custo, cooperação e comunicação (CRUZ MUNDET, 2003, p. 256). Desde então a normalização passa a ser concebida como um canal de comunicação entre criadores de documentos, gestores de informação e usuários e cujo desenvolvimento facilitará a compreensão dos instrumentos, da natureza dos documentos e seu conteúdo. Além disso, prega-se que os benefícios econômicos oriundos da normalização, em outros âmbitos da atividade humana, favoreceriam o desenvolvimento arquivístico e, por último, agilizariam a cooperação entre arquivistas assim como os demais profissionais da informação.

Assim, no XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em janeiro de 1992, em decorrência das discussões que já vinham ocorrendo, aprovou-se o texto da “declaração de princípios sobre descrição arquivística”, e também se redigiu o Projeto ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição arquivística”, sendo que a sua versão definitiva só foi aprovada no início de 1993, em Estocolmo, na Suécia. Em setembro de 1999, novamente em Estocolmo, o Comitê de Normas de Descrição adotou a versão definitiva. A segunda edição da ISAD(G) foi apresentada e aprovada durante o XIX Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha, no mês de setembro de 2000 (CRUZ MUNDET, 2003, p. 259).

Segundo o Conselho Internacional de Arquivos – CIA, o objetivo da descrição é:

Identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivos, com a finalidade de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações, de acordo com modelos predeterminados. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 1).

Os processos relacionados à descrição podem começar antes ou durante a produção dos documentos e continuam durante toda a existência do sujeito produtor. Esses processos permitem instituir controles intelectuais, necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis as descrições, que serão mantidas ao longo do tempo.

As normas de descrições arquivísticas são baseadas em princípios teóricos aceitos. Por exemplo, o princípio de descrição arquivística procede do geral para o particular e é uma consequência prática do princípio do “respeito aos fundos”. Esse princípio deve ser claramente enunciado, caso se deseje construir uma estrutura de aplicação geral e um sistema de descrição arquivística, manual ou automático, não dependente de instrumentos de pesquisa de nenhum arquivo específico (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 2).

As premissas de caráter teórico da norma ISAD(G) podem ser resumidas nos seguintes pontos:

1. De acordo com o princípio da proveniência, a descrição se exhibe do geral para o particular; 2. A unidade de descrição mais ampla é o fundo, cujas partes constituem níveis subsequentes; 3. Estabelece-se um modelo hierárquico dos níveis de organização dos fundos e as partes que o constituem, os quais são, por sua vez, níveis de descrição. (CRUZ MUNDET, 2003, p. 260).

Conforme já citado anteriormente, o processo da descrição poderá realizar-se em vários níveis.

A *ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística* estabelece 26 elementos, que podem ser combinados durante o processo de descrição, de modo que a descrição das unidades arquivísticas esteja agrupada em sete áreas de informação:

1. Área de identificação; 2. Área de contexto; 3. Área de conteúdo e estrutura; 4. Área de acesso e uso; 5. Área de fontes relacionadas; 6. Área de notas; e 7. Área de controle da descrição. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 2).

Com a publicação da *ISAD(G)* e *ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*, estabeleceram-se as diretrizes internacionais para descrição consistente e padronizada dos documentos arquivísticos. No corpo da *ISAD(G)* previa-se a criação de normas nacionais com base nos elementos propostos pelas diretrizes internacionais. Assim, depois de quase uma década de debate e estudos, a comunidade arquivística nacional, publicou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE.

No Brasil, pela Portaria nº. 56, de 30 de setembro de 2001, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ - cria a Câmara Técnica de Normalização, com o

intuito de elaborar propostas de acordo com as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR (CPF) de descrição arquivística.

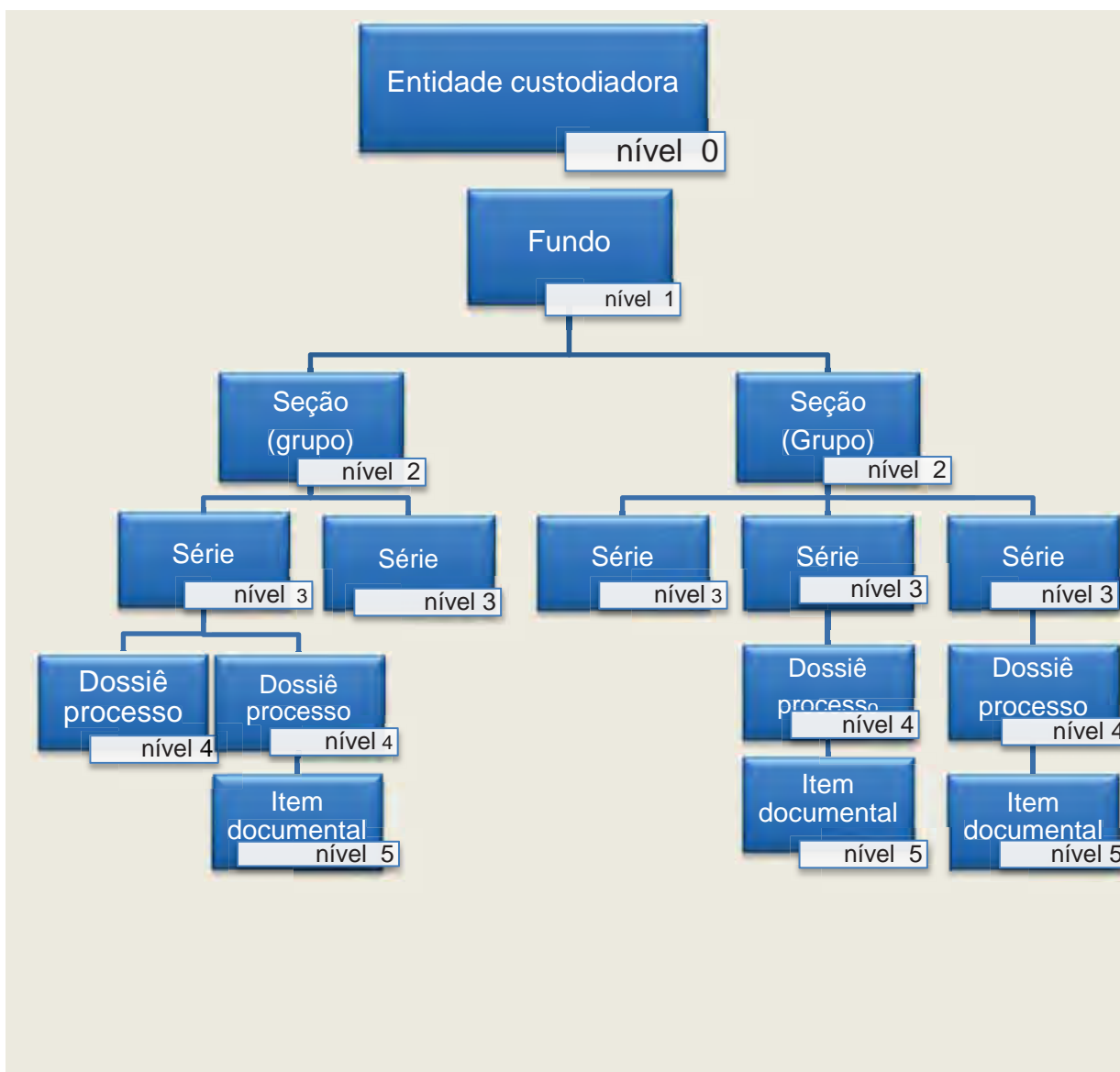
Após estudos e debates, em 2005, o CONARQ publica a versão preliminar da Norma brasileira de descrição arquivística – NOBRADE. Assim como as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR (CPF), a norma brasileira defende a padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou entidades custodiadoras.

A NOBRADE prevê a existência de 28 elementos de descrição, distribuídos em 8 áreas:

- (1) área de identificação; (2) área de contextualização; (3) área de conteúdo e estrutura; (4) área de condição de acesso e uso; (5) área de fontes relacionadas; (6) área de notas; (7) área de controle de descrição e (8) área de pontos de acesso e descrição de assuntos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 10).

Assim como a ISAD(G), a Norma brasileira de descrição arquivística tem como pressupostos básicos o princípio do respeito aos fundos e a descrição multinível. Segundo essa norma, a descrição estabelece 5 níveis (**Figura 2**). Em decorrência desses pressupostos, a descrição do fundo deve ser feita em vários níveis, partindo-se do geral para o particular e respeitando as regras da descrição em níveis hierarquizados.

**Figura 4:** Níveis de descrição - ISAD(G)



**Fonte:** Elaboração da autora com base na ISAD(G) 2000.

Importante relatar que tanto a ISAD(D) como a Norma brasileira de descrição arquivística consideram a existência de seis principais níveis de descrição: A entidade custodiadora (nível 0); fundo ou coleção (nível 1); seção (nível 2); série (nível 3); dossiê ou processo (nível 4); e item (nível 5). São admitidas como níveis intermediários a subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e subsérie (nível 3,5) (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 5) (Figura 2).

As normas internacionais, descrição (ISAD(G) e ISAAR (CPF) e as normas nacionais, ao unirem a descrição ao princípio de proveniência, obrigam a descrição a incluir a informação relativa ao contexto de criação dos documentos e, ao mesmo

tempo, supõem a inclusão dos dados sobre o produtor e/ou acumulador dos documentos. Antes da publicação da norma, era prática comum incluir informações relativas ao contexto de criação em alguns instrumentos de descrição. Assim como os instrumentos de pesquisa, as normas de descrição têm como princípio máximo o respeito à proveniência.

Em resumo, normas de descrição supõem um novo reconhecimento de que o princípio de proveniência é o princípio básico da Arquivística. Tal como ocorre na Documentação e na Biblioteconomia, na Arquivística a análise documental está constituída pelo “conjunto de operações necessárias para extrair a informação contida nos documentos e condicioná-la para facilitar seu armazenamento e sua recuperação posterior” (BONAL ZAZO, 2001).

A principal contribuição das normas, ou seja, da ISAD(G) e das respectivas normas nacionais, quando aplicadas, serve para elevar o nível normativo das práticas descritivas. A partir da normalização dessa atividade, estabelecem-se obrigações a serem cumpridas e a padronização da descrição. Além disso, a concepção de descrição arquivística normalizada vem, desde meados dos anos 80, contribuindo para a reformulação e a ampliação do conceito de descrição arquivística no âmbito da teoria e da prática.

Diante do processo de desenvolvimento tecnológico e do avanço do setor de telecomunicações e da internet e diante da demanda exigente por conhecimento e informação em tempo real, coloca-se que a descrição exata do conteúdo do documento de forma padronizada é indispensável ao compartilhamento, recuperação e acesso às informações e ao conhecimento disponível nos arquivos. Em resumo, a descrição arquivística ocupa hoje o lugar central do trabalho. Caberá aos arquivistas reconhecer que, sem uma descrição apurada, o arquivo e o seu trabalho não fazem sentido algum, como cita Duchein (apud HEREDIA HERRERA, 1991, p. 301): “Sem uma descrição adequada, os arquivos são como uma cidade desconhecida sem plano, como o cofre de um tesouro sem chave [...]”.

### **Síntese do Conceito de descrição arquivística**

A construção do conceito de descrição arquivística resultou de um longo processo. Na segunda metade do século XX, iniciam-se as discussões em torno conceito de descrição e, a partir de então, passa a ser construída uma noção de

descrição em que a descrição arquivística consiste na identificação dos agrupamentos documentais e na análise e descrição dos caracteres externos e internos dos documentos. Nessa concepção predominante, da descrição resultaria a elaboração dos instrumentos de pesquisa.

A segunda concepção de descrição surge em meados dos anos 80 e as discussões em torno do processo de normalização da descrição arquivística possibilitaram nas décadas seguintes a criação das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) de descrição. Essas normas trazem no seu escopo o conceito de descrição que atrela a noção de descrição arquivística à representação exata dos conteúdos informacionais de um fundo.

Embora não exista um consenso social na comunidade arquivística sobre o conceito de descrição arquivística normalizado, a divulgação das normas internacionais e nacionais vem influenciando a revisão conceitual da descrição, evidenciada, sobretudo, a partir de meados da década de 1990. Observa-se que o conceito de descrição arquivística vem sendo ampliado e modificado, porém sua essência permanece. A representação acurada dos conteúdos informacionais, fundamentada em um método, é uma das condições essenciais para se garantir a eficiência e a eficácia na recuperação, o acesso às informações e ao conhecimento resguardados pelo patrimônio documental arquivístico nos mais distintos níveis, local, nacional, internacional.

Com base nas duas concepções de descrição analisadas, **conceitua-se** descrição arquivística como processo intelectual e físico que consiste na representação precisa dos conteúdos informacionais de uma unidade documental no nível de fundo, grupo, série ou item documental, com base nos resultados da identificação, organização, ou na análise documental dos documentos em particular, de modo a identificar, gerir, localizar, explicar o contexto de criação das informações documentais arquivística.

Em resumo, a descrição envolve um conjunto de atividades, tais como analisar, identificar, ler, resumir e a indexar as informações a serem transmitidas ao usuário.

Assim, o objetivo da descrição é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivos, com a finalidade de promover o acesso a eles. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações, de acordo com modelos predeterminados.

### **3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CLASSIFICATION SCHEME FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION LITERATURE (CSKOL) NA CONCEPÇÃO DE DAHLBERG**

Tendo em vista a pergunta principal desta investigação, neste capítulo nos propusemos a investigar os contributos da Organização do Conhecimento dentro do escopo da ISKO, com base no *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL), segundo a concepção de Dahlberg para a organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística. Primeiramente, optou-se por fazer um breve resgate do contexto histórico e conceitual da área da Organização do Conhecimento. No segundo momento, faz-se uma discussão sobre o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL), idealizado por Dahlberg no contexto da Organização do Conhecimento, área reconhecida como domínio no qual se realizam os estudos da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) no campo da CI.

A organização do conhecimento é inerente à própria construção do conhecimento humano. Nas civilizações clássicas, os filósofos já reconheciam que o conhecimento racional ou científico da natureza ou dos fatos estava condicionado à postulação de categorias conceituais. A classificação, ordenação dos fatos e objetos, apreendida empiricamente pela indução, logo passa a ser representada pelos conceitos abstratos e consegue ultrapassar a barreira do senso comum, fundado em suposição e crenças, para entrar no campo da racionalidade do conhecimento científico, fundado em verdades que só podem ser aferidas por um modelo de conhecimento racional. Não há dúvida de que a organização do conhecimento teve um papel fundamental na história do desenvolvimento das Ciências Humanas e das Ciências Naturais.

Desde a década 90 do século XX, os estudos sobre a organização e representação do conhecimento, realizados no contexto da CI e da Biblioteconomia tanto em nível internacional como nacional, têm buscado aporte teórico nos estudos que vêm sendo desenvolvidos pela jovem área da Organização do Conhecimento (OC), também reconhecida como domínio da Organização e Representação do Conhecimento.

É importante ressaltar que, na área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, os estudos que discutem a organização e a representação do conhecimento estão em fase de expansão, com avanços teóricos e metodológicos

significativos (FUJITA, 2008), sobretudo aqueles que se configuram dentro da teoria da organização e da representação do conhecimento, realizada no escopo da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO).

Embora pesquisas recentes reconheçam que as lacunas de cunho teórico e metodológico da Arquivística precisem ser superadas, os estudos geralmente buscam compreender os problemas olhando para dentro da própria área, não levando em conta que as respostas aos problemas existentes podem florescer fora de seus limites disciplinares. A questão emergente estabelece a necessidade de uma interlocução entre a Arquivística e a área de Organização do Conhecimento. O desafio de trilhar um caminho novo, nosso propósito, infere que é preciso clarificar aspectos históricos e conceituais da Organização do conhecimento enquanto área do saber.

### **3.1 A concepção e institucionalização científica da Organização do Conhecimento**

A criação da área de Organização do Conhecimento contextualiza-se em momento de ebulição das reflexões originadas no seio da moderna teoria da classificação e compiladas a partir dos estudos teóricos do bibliotecário norte-americano Henry Evelyn Bliss (1870-1955) e do indiano, matemático e bibliotecário Shyali R. Ranganathan (1897-1972).

Na literatura corrente, considera-se que H. E. Bliss foi quem primeiro se preocupou com os fundamentos filosóficos da classificação bibliográfica vinculada à noção de organização do conhecimento, em dois de seus livros: *The Organization of Knowledge and The System of Sciences* (1929) e *Organization of Knowledge in Libraries and Subject Approach to Books* (1933). Neles, ele demarca sua concepção de Organização do Conhecimento como área do saber autônomo, no sistema das ciências (DAHLBERG, 1995, 2006, 2008; BARITÉ, 2001; GUIMARÃES, 2008). Considera-se que Bliss tenha colocado a classificação bibliográfica novamente em contato com os princípios filosóficos da classificação, ou seja, preocupou-se com os fundamentos conceituais da formação, divisão e partição das classes.



Segundo Dahlberg<sup>55</sup>, os estudos de Henry Evelyn Bliss (1870-1955) também serviram de fonte de inspiração para os trabalhos de Shiyali Ramamrita Ranganathan (1893-1972), considerado o “pai da moderna Classificação”, fundamentado na lógica aristotélica e nos estudos que consideravam que a classificação e os sistemas de classificação não são apenas técnicos, mas também estruturas teóricas com implicações filosóficas (GOPINATH, 2001; ANJOS, 2008, p.198).

Em decorrência das pesquisas e dos resultados alcançados por Bliss e Ranganathan em torno da temática da classificação bibliográfica fundamentada em pressupostos filosóficos, depois da segunda metade do século XX se criou um terreno fértil para a temática da classificação em diversas partes do mundo, sobretudo na Grã-Bretanha<sup>56</sup> e na Alemanha, destacando-se os estudos desenvolvidos por Ingetraut Dahlberg acerca da classificação conceitual.

Em 1973, Ingetraut Dahlberg defende a sua tese de doutorado em Filosofia, intitulada *Foundations of Universal Organization of Knowledge* (DAHLBERG, 1995, p. 10). Em 1974 sua tese é publicada e, no mesmo ano, ela, com o apoio de outros professores, cria o periódico *International Classification*. Na sequência dessa iniciativa, no ano de 1977, M. Scheele (biólogo que criou um sistema de indexação automática e um sistema de tesouro facetado em Biologia) funda a *The German Classification Society*<sup>57</sup>, formada por químicos, bibliotecários, economistas e matemáticos envolvidos com a temática da classificação em suas respectivas áreas do conhecimento. Entretanto, quando os membros daquela sociedade entram em conflito, Fugman e Dahlberg decidem que seria necessário criar outra sociedade de caráter internacional.

---

<sup>55</sup>Ver Artigo *on-line* DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. Disponível em: <[http://www.conexaorio.com/biti/dahlbergteoria/dahlberg\\_teoriam.htm#r1](http://www.conexaorio.com/biti/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm#r1) Ingetraut dahlberg>. Acesso em: 11 nov.2011.

<sup>56</sup>Nesse período vale destacar o papel do *Classification Research Group* (CRG), constituído em 1952, Reino Unido tornou-se um dos espaços importantes dedicado à teoria e pesquisa da classificação (FOSKETT, 1962, p.127-138). Os estudos desenvolvidos pelo CRG, compreendem: estudos de análise de facetas; teorias dos níveis integrativos.

<sup>57</sup> Ver entrevista concedida por Dahlberg (KNOWLEDGE ORGANIZATION, 2008, p. 83), ela foi presidente dessa entidade em 1977, sendo reeleita, em 1989. Porém, nesse mesmo ano, “os matemáticos tornaram-se a maioria (ou seja, os 100 membros, do total de 200) no conselho Executivo”. Este fato criou um impasse com a parte não-matemática da *German Classification Society*. Dahlberg e seu colega Fugman R. (químico) foram destituídos do referido Conselho. Então, “Fugman decidiu criar uma nova sociedade”, que na opinião de Dahlberg deveria ter um caráter internacional (KNOWLEDGE ORGANIZATION, 2008, p. 83).

Durante a Assembleia para sua fundação, decidiu-se não usar a palavra “classificação”. A partir das discussões, chegou-se ao consenso de usar o termo alemão *wissensorganisation*, traduzido para o inglês como *Knowledge Organization* (KO) (KNOWLEDGE ORGANIZATION, 2008, p. 83), e para o português como “Organização do Conhecimento” (OC).

A escolha do termo composto “Organização do Conhecimento” teve, como inspiração e referência, os livros publicados por Henry Evelyn Bliss (1929, 1933) nos quais ele demarca sua concepção de Organização do Conhecimento como área do saber autônomo no sistema das ciências (DAHLBERG, 1995, 2006, 2008; BARITÉ, 2001; GUIMARÃES, 2008). Esses estudos convergem para a discussão teórica dos fundamentos da organização do conhecimento.

Assim, em 22 julho de 1989, Dahlberg funda a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO)<sup>58</sup> - reconhecida como a primeira sociedade acadêmica preocupada com a teoria e a prática da Organização do Conhecimento, que nasce com a missão de fomentar ações para a consolidação científica em nível nacional e internacional. Embora a maioria dos membros da ISKO emane do campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, o interesse pela organização do conhecimento não se restringe apenas a elas. Pelo contrário, nasce com um caráter interdisciplinar. Desde a sua fundação, a Organização do Conhecimento, enquanto área do saber, congrega interesses de diferentes domínios, contextualizados nos distintos campos do conhecimento.

Na visão da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), a área de Organização do Conhecimento tem como principal tarefa dar subsídio teórico e metodológico a todos os tipos de trabalho relacionados aos campos direcionados a bibliotecas, centros de informação, museus, arquivos e mídias bem como para as ciências de sistematização, estatística, tecnologia, cultura e terminologia (DAHLBERG, 2006, p. 17). Dahlberg também defende que os *insights* produzidos na área deverão ser levados até as universidades, em formato de vários cursos.

Importante lembrar que, na primeira reunião da ISKO, realizada em 1990, o *International Classification* (1974-1992) tornou-se o periódico oficial da ISKO.

---

<sup>58</sup> - ISKO - Sociedade Internacional para Organização do Conhecimento, também reconhecida como Sociedade Científica da área de Organização e Representação do Conhecimento.

Durante a segunda conferência Internacional da ISKO, o título foi modificado para *Knowledge Organization*, sendo publicado com esse título partir de 1993.

Esse periódico tem desempenhado papel fundamental, na divulgação de pesquisas científicas sobre a temática organização do conhecimento em nível internacional e nacional com reflexos diretos na pesquisa e no ensino desenvolvido no mundo ocidental contemporâneo, inclusive no Brasil.

No Brasil, a partir dos esforços empreendidos pelos pesquisadores do Grupo de Trabalho 2: Organização e Representação do Conhecimento, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), durante o VIII Encontro Nacional de Pesquisa Ciência da Informação promovido pela referida associação, no ano de 2007, em Salvador, os sócios membros da ANCIB, aprovaram seu estatuto, criando o capítulo da KNOWLEDGE ORGANIZATION AND REPRESENTATION IN BRAZIL (ISKO – Brasil). Nele se congregam pesquisadores representantes do campo da Ciência da Informação bem como de outros campos do saber, como Filosofia, Linguística, Ciência da Computação, Artes, História, além de outros domínios específicos. O capítulo da ISKO- Brasil, seguindo os preceitos da *International Society for Knowledge Organization*, almeja como objetivos:

- 1 Promover a pesquisa, o desenvolvimento e aplicações de sistemas de organização conceituais do conhecimento que promovam os aspectos filosóficos e semânticos da estrutura do conhecimento;
2. Proporcionar os meios de comunicação e redes em organização do conhecimento para os seus membros; e
3. Funcionar como ponto de rede entre instituições nacionais e internacionais que trabalham com questões relacionadas à organização conceitual e à dinâmica do conhecimento. (ISKO-BRASIL, 2011).

As ações da ISKO internacional acabaram por refletir de forma positiva nos trabalhos de pesquisas que vêm se desenvolvendo no espaço acadêmico brasileiro. No que tange ao estudo sobre a temática da “análise documentária”, visando à organização, recuperação e indexação da informação, Guimarães (2002) identifica duas linhas de pensamento que vêm influenciando as pesquisas: a linha francesa, que defende a interface da análise documentária com a Linguística e a Lógica e a linha anglo-americana, focada na recuperação da Informação, que defende a interface tecnologia/indexação (GUIMARÃES, 2002). Conforme o autor, na primeira linha se contextualizam os estudos que vêm sendo desenvolvidos pela Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo (ECA-USP), enquanto a segunda vem sendo seguida pela Universidade de Brasília (UnB) e pela

Universidade Federal de Minas Gerais. Essas duas tendências se fazem presente nos estudos desenvolvidos pelos docentes e discentes da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC-UNESP), na graduação, particularmente no curso de Biblioteconomia e, na pós-graduação em Ciência da Informação, em nível de mestrado e doutorado.

O grupo de investigadores da FFC-UNESP, campus de Marília, ao longo dos anos conseguiu delinear suas especificidades quanto ao tratamento da informação. No final do século XX, evidenciavam-se preocupações teóricas com a Teoria da Classificação, o processo de leitura documentária e a avaliação de linguagens documentárias, sobretudo, com os tesouros (GUIMARÃES, 2001, p. 35). Com base na análise do autor, é nesse contexto voltado para:

O estudo da Análise Documentária e da Teoria da Classificação, que emerge outra influência teórica, a da Organização do Conhecimento, seja em decorrência da atuação da International Society of Knowledge Organization (ISKO), Alemanha ou via capítulo ISKO Espanha, cujos encontros e debates e publicação de artigos científicos acabam por influenciar estudos sobre a Organização e Representação do Conhecimento no domínio da área de Biblioteconomia e no campo da Ciência da Informação no Brasil. (GUIMARÃES, 2001, p. 35).

Em face do exposto, os reflexos dos debates promovidos pela ISKO Internacional ecoam na comunidade acadêmica brasileira. A ISKO- Brasil configura-se como espaço aberto à discussão da organização e representação do conhecimento nos mais distintos domínios. Apesar de a Ciência da Informação e da Biblioteconomia já possuírem seus espaços demarcados dentro dos desígnios da ISKO, a Arquivística e a Museologia ainda se posicionam à margem desse espaço. Esse fato poderá ser considerado um dos fatores, mas não o único, que impede a Arquivística de investir numa aproximação efetiva com a área de Organização do Conhecimento. Diante disso, optou-se por resgatar o que é área da Organização do Conhecimento dentro da concepção da ISKO.

Nas abordagens voltadas à Organização do Conhecimento enquanto área de estudos, a literatura geralmente se preocupa em discutir a noção de conhecimento presente na área. Diante das dificuldades para se precisar o conceito de conhecimento na área de OC, Dahlberg (2006, p. 12) assim se expressa:

O conhecimento é certeza subjetiva ou objetivamente conclusiva de um fato ou de um estado de um fato, ou assunto. Esse conhecimento não é transferível, mas adquirido (elaborado) pelas reflexões do próprio indivíduo. (tradução nossa).

Nesse conceito, o conhecimento individual é uma “certeza” que denota o objetivo e o subjetivo, só podendo ser adquirido via processo de reflexão. No entanto, a natureza intransferível do conhecimento individual não pode ser aceita sem discussão. Dahlberg, ao reconhecer esse aspecto, esclarece que qualquer conhecimento individual pode sim ser transferido no espaço e tempo. Com base nessa acepção, Fujita (2008) pondera que o sujeito possui um conhecimento prévio linguístico que ele utiliza para se comunicar e compreender as experiências vividas e, ao contrário do que possa pensar, o conhecimento, mesmo sendo considerado como algo subjetivo individual, poderá ser transferido mediante formas de representação escrita ou de fala.

Desse modo, corroborando a discussão de Dahlberg (2006) e Fujita (2008), entende-se que, para as áreas de Organização do Conhecimento, Ciência da Informação, Biblioteconomia e para a Arquivística, o conhecimento subjetivo precisa de uma forma de representação<sup>59</sup>, tendo em vista a necessidade de compreendê-lo, mas também comparar a comunicação entre pessoas com outras representações, particularmente para se conferir a realidade, de modo a torná-lo objetivo.

Assim, a representação do conhecimento em nossa área compreende dois aspectos distintos: um que diz respeito ao resultado da representação de conteúdos pela identificação de conceitos e o outro, voltado à representação da estrutura lógica do conhecimento. Este último deve ser concebido como resultado da atividade da organização do conhecimento (FUJITA, 2008). Acrescenta-se que a representação do conhecimento, na Arquivística, tem-se pautado pelo nível lógico do pensar arquivístico voltado a processos e produtos da organização e descrição documental.

Outra noção de conhecimento que se faz presente na literatura da área pauta-se na ideia do conhecimento enquanto “algo sobre o qual existe um consenso social, trabalhando-se aqui o conhecimento registrado e divulgado”, concepção defendida por Guimarães (2001). Essa acepção de conhecimento aproxima-se da noção do

---

<sup>59</sup> A representação do conhecimento pode ocorrer em quatro níveis: no **lógico** (nível da formalização – objetiva com uma ação do pensar, sem a preocupação com a semântica dos conceitos e de suas relações); no **epistemológico** (nível da estruturação - que introduz a noção genérica de um conceito); no **ontológico** (nível de significação – restringe o número possibilidades de interpretação do conceito dentro de um dado conceito e pretende representar o conteúdo de um conceito); e nível **conceitual** (nível da interpretação apresenta uma interpretação definida dos conceitos dentro de determinado domínio) (BRACHMAN, 1979, p. 3-50; ANJOS, 2010, p. 144 - grifos nossos).

consenso social acerca do que é construído em dado domínio pela sua comunidade, presente nos estudos de Hjørland (2003). Trata-se de uma concepção importante, particularmente quando se trata de compreender e apreender como se constrói o consenso social do conhecimento, ou quando se busca compreender a representação de termos e conceitos do conhecimento registrado e divulgado pela literatura de um determinado domínio. Portanto, as duas noções de conhecimento devem ser levadas em conta nas pesquisas voltadas à compreensão da organização do conhecimento. Mas, retomando ao conceito principal, o que se entende por organização do conhecimento?

Para Dahlberg (1993, p. 111), desde o início do século XX, nos estudos de Paul Otlet e H. La Fontaine, a noção de Organização do Conhecimento já se fazia presente. Com base no pensamento da autora e na análise da literatura, entende-se que, no domínio da documentação, a noção de organização do conhecimento foi aos poucos sendo construída ao longo do século XX pelos documentalistas, bibliotecários, cientistas da informação, terminólogos, abrigando também estudiosos voltados às ontologias na computação.

No momento em que o título do periódico *International Classification* foi alterado para *Knowledge Organization*, concomitantemente se introduz o conceito de Organização do Conhecimento como:

[...] objetos e atividades da teoria do conceito, classificação e indexação e representação do conhecimento.

[...] a representação do conhecimento refere-se à estrutura lógica da representação conceitual e, também ao resultado da identificação de conceitos por termos em função da terminologia utilizada. (DAHLBERG, 2006, p. 12).

Dentro dessa visão, a noção de representação do conhecimento é entendida como uma estrutura lógica de representação conceitual, mas também o resultado da identificação de conceitos por termos determinados em função da terminologia utilizada (FUJITA, 2008).

Conforme o modelo de ciência instituído desde o século XVII, para que uma área seja considerada ciência deverá possuir um objeto de estudo e uma área de atuação. Ao se referir ao domínio da Organização do Conhecimento, Dahlberg (2006, p. 12) reconhece que nela o objeto é dado pelo próprio nome, “organização do conhecimento”, em que ocorre a combinação de conceitos que remetem tanto ao objeto como à atividade da área, ou seja, como sujeito e predicado, o objeto

“conhecimento”, no sentido de conhecer e “organização” na acepção de construir algo com base em um plano.

Conforme Dahlberg (1995, p. 10), o objeto de pesquisa da organização do conhecimento é o “conhecimento em ação”. Isso quer dizer que a área se preocupa em investigar o conhecimento sobre o qual já existe um consenso social, ou seja, o conhecimento registrado e socializado e sua organização e representação resultando em um novo conhecimento (GUIMARÃES, 2008, p. 85). Esse fenômeno é reconhecido como dimensão social, materializada e cíclica do conhecimento (GUIMARÃES, 2008; ESTEBAN NAVARRO; GARCÍA MARCO, 1995, 2008).

Quanto ao objeto da organização do conhecimento, Barité (2001, p. 41) afirma que:

O objeto de estudo da organização do conhecimento é o conhecimento socializado e como disciplina que dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outro lado, preocupa-se com metodologias de uso, recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber como as classificações destinadas à organização de documento em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação, que abre a maior perspectiva para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e da Documentação.

Essa noção de organização do conhecimento, presente na obra de Barité (2001), apresenta como centralidade a organização do conhecimento integral, ou seja, há a preocupação com a organização do conhecimento nos domínios da Biblioteconomia e da Documentação, nos níveis teórico-epistemológicos e de aplicação prática, em que se incluem o desenvolvimento de metodologias, procedimentos e técnicas direcionadas à classificação, recuperação e uso da informação e do conhecimento registrado.

Para o teórico Birger Hjørland (2003), a organização do conhecimento envolve dois tipos de organização: a organização intelectual ou cognitiva e a organização social do conhecimento.

A organização intelectual ou cognitiva do conhecimento refere-se à organização do conhecimento em conceitos, sistemas de conceitos e teorias. Enquanto, a organização social diz respeito a profissões, aos negócios e as disciplinas. (HJORLAND, 2003, p. 93).

Na acepção do autor, a organização do conhecimento possui dois sentidos: um específico, referente à organização cognitiva e intelectual, e outro mais amplo,

vinculado à organização social do conhecimento. O sentido específico refere-se à organização cognitiva ou intelectual do conhecimento, contextualizada nas disciplinas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, centrais nessa organização, em decorrência das atividades de classificação e representação documentária, realizadas pelos profissionais em bibliotecas, em bases de dados e em arquivos. Já o sentido amplo da organização do conhecimento (HJORLAND, 2003) refere-se à divisão social do trabalho mental, ou seja, como o conhecimento é socialmente organizado em disciplinas ou especializado em uma dada área.

Para Hjørland (2003, 2008), então, o significado da organização do conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da informação está voltado ao sentido restrito, vinculado às atividades de classificação, descrição e indexação de documentos; e, em sentido amplo, à organização do conhecimento, que se preocupa em compreender como o conhecimento é socialmente organizado. Esse último aspecto da teoria do autor busca, em última instância, compreender como se dá sua organização em uma dada realidade.

Ao tratar da organização do conhecimento, no campo da Ciência da Informação, Barité (2001) assinala que, em sua organização, encontram-se associados o saber disciplinar e o desenvolvimento teórico e metodológico, que balizam as práticas e os procedimentos relativos à organização e representação, bem como à recuperação e uso do conhecimento registrado na perspectiva institucional da biblioteca e dos arquivos enquanto unidades de informação.

No campo da Ciência da Informação, os estudos de Mario Barité (2001), Birger Hjørland (1994) e Fujita (2008) evidenciam uma relação dialógica entre o campo da Ciência da Informação e a área de organização e representação do conhecimento.

É importante ressaltar que, na área da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, os estudos que discutem a organização e a representação da informação e do conhecimento apresentam avanços teóricos e metodológicos significativos (FUJITA, 2008), sobretudo as reflexões formuladas com base no referencial teórico-epistemológico da Organização do Conhecimento realizada dentro do escopo da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO).

No artigo publicado por Fujita (2008) na Revista *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, no qual a autora se dedica à análise minuciosa dos aspectos teóricos e conceituais dos 94 trabalhos apresentados no ENANCIB, no



período entre 2005 a 2007, contextualizados dentro do escopo de sistematização da área Organização do Conhecimento (OC), verifica-se que é preciso refletir sobre a inclusão, no ENANCIB, de temáticas tratadas no universo dos arquivos e dos museus. Tradicionalmente, o referencial teórico-prático dos estudos de organização e representação do conhecimento esteve restrito à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. No entanto, a organização do conhecimento, como citado acima, congrega diferentes domínios. Além disso, não se pode esquecer que Arquivística e Museologia são áreas do campo da Ciência da informação.

Alvarenga e Silva (2010, p. 53), ao analisarem a literatura científica na área de Organização e Representação do Conhecimento, apresentada no IX ENANCIB (2008) e X ENANCIB (2009), constatam que, do total de 54 trabalhos apresentados, apenas um era da área de Arquivística.

### **3.2 Classification Scheme for knowledge Organization Literature (CSKOL)**

Parte-se do pressuposto de que as pesquisas realizadas dentro do escopo da ISKO na área de Organização do Conhecimento, dentro do campo da Ciência da Informação, poderão ser concebidas como modelos de inspiração, espaços de interlocução e colaboração. Tendo isso em vista, a temática da Organização e Representação do Conhecimento no domínio da Arquivística pode ser investigada sob a lente de abordagens distintas, realizadas com sucesso, diante do amplo espectro que a literatura oferece para chegar ao nosso objetivo. Delimitamo-nos a averiguar como o *Classification Scheme Knowledge Organization for Literature*, idealizado por Dahlberg, poderá contribuir para aprofundamento dessa temática delineada para investigação; por outro lado, esse desafio é visto como o primeiro passo na direção de um caminho longo, que se trilhado com paciência e cuidado, poderá representar um novo marco teórico para a Arquivística.

Na visão de Hjørland (2003, p. 100), o conhecimento sobre o qual nos debruçamos, visando estudar ou organizar, já está conceitualmente organizado de acordo com estruturas, mais ou menos invisíveis, determinadas pela influência de diferentes paradigmas. Em seu entender, diferentes paradigmas implicam diferentes valores e distintos objetivos. Isto também quer dizer que não existe só uma forma de estudar, organizar e representar o conhecimento. Por outro lado, o processo de classificação, organização e representação das informações contidas nos

documentos também deve levar em conta as estruturas presentes (esquemas de classificação, registros bibliográficos), bem como o discurso que envolve estas práticas, já que estão associadas à criação, ao uso e à manutenção dessas informações (TENNIS, 2008, p. 102).

De acordo com a acepção do sociólogo inglês Karl Mannheim (1982), os intelectuais atuam como elementos ativos de dois planos interdependentes, o das ideias e o da ação. Na combinação desses dois planos, ocorre o que Mannheim denomina de intervenção racional nas esferas não racionalizadas da vida social. Em outras palavras, o plano teórico-epistemológico e o metodológico fornecem racionalidade para o plano prático, no qual se realiza a intervenção na realidade e que se volta ao equacionamento de problemas. Conforme essa concepção, o plano teórico não existe sem o plano prático e o prático precisa da teoria para legitimar as ações de intervenção na realidade.

Na literatura, Hjørland (2003, 2008), Gnoli (2008), Tennis (2008), estudiosos dos aspectos teórico-epistemológicos da Organização do Conhecimento, vêm pontuando a importância desse aspecto fundamental na pesquisa básica da área.

Para Tennis (2008), as abordagens em OC carecem de discussões que iluminem a epistemologia, as teorias e as metodologias, consideradas como forças motrizes que estão por trás de argumentos e conclusões em grande parte dos trabalhos conceituais da área. No seu entender é preciso que os estudos em Organização do Conhecimento levem em conta a importância desses três aspectos inerentes a qualquer pesquisa. A epistemologia, na visão do autor, diz respeito à postura que o indivíduo adota, de forma explícita ou não, como representações nas declarações verbais, na escrita, na definição de conceitos e atos. Tennis (2008) enumera, como posturas epistêmicas, as seguintes: pragmática; positivista, operacionalista, referencial, instrumental, empirista, racionalista e realista, utilizadas na produção do conhecimento científico do passado e do presente. Com base nos estudos de Hjørland (2003), afirma-se que essas posturas são derivadas das “teorias epistemológicas” (HJORLAND, 2003).

Assim, a postura epistêmica representada na organização do conhecimento e na produção dos novos conhecimentos, geralmente, encontra-se balizada por escolas de pensamento, sistemas ou entidades.

A postura epistemológica clara possibilita ao pesquisador reconhecer o que é válido, e o que não é válido na pesquisa sobre a organização

do conhecimento, essa postura favorece ao estudioso o uso de fontes “aceitáveis”, provas (apresentar conhecimento), gerando também resultados “aceitáveis” na pesquisa. (TENNIS, 2008, p. 103).

Reconhecer a postura epistemológica que se utiliza no estudo de determinada problemática é essencial para que o pesquisador saiba distinguir “o joio do trigo”, já que diferentes teorias e conceitos estão profundamente ligadas às teorias epistemológicas. Hjørland (2003, p. 55-56) demonstra que, na Filosofia e na Psicologia, distintas teorias epistemológicas<sup>60</sup> construíram diferentes concepções acerca do que entendem pelo termo “conceito”.

O estudo da gênese e formação dos conceitos vem sendo feito ao longo da história pelo pensamento filosófico e científico, em distintos campos do conhecimento, destacando-se a Filosofia, a Semântica, Psicologia, a Biblioteconomia, a Terminologia, sempre envolvendo as bases cognitivas e linguísticas do conhecimento e dos saberes humano. Com base na Teoria do conceito, Alvarenga (2006, p. 84) entende que o conceito é o conjunto de enunciados oriundos de pesquisas e reflexões pertinentes à complexa região epistemológica interdisciplinar que compreende o ato de representação, comunicação e preservação de objetos e pensamentos e cujo conhecimento integra os campos da Filosofia, da Linguagem, da Psicologia Cognitiva, da Comunicação e da Ciência da Informação. Assim Alvarenga considera o conceito e a compreensão do que seja um conceito como “temas que circunscrevem a essência do trabalho de tratamento e organização da informação, processos estes que compreendem basicamente, a análise e a classificação de assuntos” (ALVARENGA, 2006, p. 84).

Shera (1957) também analisa como as posições epistemológicas<sup>61</sup> constituíram suas noções de classificação científica e classificação documental. Para Shera (1957, *on-line*), no ato da classificação científica ou sistematização, objetos, fenômenos, experiências ou conceitos estão pragmaticamente relacionados a classes (categorias), e as classes estão pragmaticamente relacionadas umas com as outras por meio de certas pistas ou padrões de atributos. Em todos os tipos de

---

<sup>60</sup> Com base nas teorias epistemológicas: Empirismo; Racionalismo; Criticismo (kant)-empirismo racionalista; historicismo e hermeutico; pragmatismo e realismo criticam ) definem o termo conceito nas áreas da Filosofia e na Psicologia.

<sup>61</sup> No **empirismo**, a na noção de classificação pauta-se na observação e indução; no **racionalismo**, a acepção de classificação deriva da razão pura, e de pura dedução; no **historicismo**, a noção de classificação funda-se no estudo do contexto e desenvolvimento “pré-entendimentos”; e no **pragmatismo**, a noção de classificação converge para a análise de objetivos e valores.

classificação, o processo mental envolvido é o da inferência. Daí decorre que o ato de classificar é inferencial.

Na concepção do autor, se a identidade de um objeto ou de um fenômeno depende de sua categorização, surge, então, o problema de determinar a validade da categorização – isso implica, primeiro, a adoção critérios; segundo, a construção de procedimentos a fim de testar ou verificar sua consistência; terceiro requer a aceitação final – via consenso social. Dessa forma, o teste/verificação das categorias denota a relatividade da classificação. Trata-se, então, de uma atividade inventada, que não deriva de descobertas<sup>62</sup>.

Toda classificação tem como base o pensamento, mas é pragmático e instrumental. É ao mesmo tempo permanente e efêmero. Permanente por que sem ele a cognição é impossível; efêmero porque pode ser rejeitado quando sua utilidade se exaure. (SHERA, 1957).

Por isso, para Shera, o acesso adequado ao assunto dos registros gráficos deve ser obtido com o divórcio entre conteúdo (assunto) e o documento como objeto físico, visto que os conceitos e não os livros são a matéria da classificação bibliotecária. Linguística, Semântica, Terminologia são áreas tidas como fundamentais para a classificação. Em seu entender, enquanto o conteúdo de assunto estiver preso ao documento como entidade física, a classificação na estante pode oferecer pouco mais que uma reflexão distorcida dos padrões do conhecimento registrado.

O fato de o pensamento do homem ser registrado de forma gráfica, e, tendo em vista que os registros refletem o mesmo padrão de pensamento complexo como seus processos mentais, levou à presunção injustificada de que a classificação do conhecimento, seja, portanto, aplicada aos livros. (SHERA, 1957).

Essa relação continuou sendo válida enquanto o volume de literatura registrado era pequeno e a quantidade de publicações era reduzida, sobretudo nas obras designadas de “tratados” ou “manuais” devotados a sistematizar e a interpretar um campo como um todo. Em outras palavras, são obras reconhecidas como Tratado de Física, Tratado de História; Tratado de Sociologia, categoria em

---

<sup>62</sup>Importante lembrar que essa concepção rejeita a crença fundada na lógica aristotélica segundo a qual a classificação representa a “ordem da natureza”. Conforme a visão desse autor. A classificação é a cristalização ou a formalização do pensamento inferencial, originado da percepção sensorial, condicionada pela operação do cérebro humano, e moldado pela experiência humana (SHERA, 1957).

que se inclui o “Manual dos arquivistas holandeses” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898). No campo da Arquivística, esse tipo de publicação tem tido uma longa tradição, sendo utilizada até nossos dias.

Depois do século XIX, quando as ciências passam a ser mais complexas devido ao processo de especialização dos mais distintos campos do saber, o volume crescente da massa de publicações promove aumento expressivo da literatura a ser classificada. Assim, a lógica adotada antes passa a ser considerada como limitadora e, diante desse fato, a classificação documental bibliográfica passa a ser concebida e realizada com base em um padrão universal para todo o conhecimento.

Pela concepção defendida por Shera (1957), a classificação deverá extrair a essência do livro. Isso significa que o livro é um objeto multifacetado, um constructo, um padrão de infinitos relacionamentos. Entretanto, ainda que o uso do padrão seja fundamental e necessário, seu uso para os registros gráficos, implica a reconciliação de três padrões: o conteúdo de pensamentos do texto, a estrutura da literatura e o padrão do recurso.

Shera consegue aprofundar sua discussão ao afirmar que, “na classificação dos registros bibliográficos, é fundamental manter o foco nos conceitos e na conceituação”, já que a análise da informação registrada deve interpretar o conteúdo como unidade de pensamento. Com isso, os sistemas de recuperação devem se dirigir para uma estruturação padronizada em que a análise de faceta, a fatoração semântica, os indicadores de função e os dicionários de códigos tendem a reconciliar o padrão de conteúdo do pensamento com o padrão do recurso aos registros gráficos (SHERA, 1957, p. 17).

Vale enfatizar que para Shera (1957), no conhecimento registrado, embora não haja relacionamento exato de identidade de classe entre os documentos como unidades, cada título é único e, portanto, existe o relacionamento de equivalência.

A estudiosa alemã Ingetraut Dahlberg, desde o final da década de 50, já demonstrava seu interesse pela questão da classificação e, influenciada pelas obras de H. E. Bliss (1929, 1933), passou a se envolver com a organização do conhecimento, tendo como campo de atuação a classificação conceitual, Teoria do conceito, conceito de indexação, representação do conceito e terminologia (MCILWAINE; MITCHELL, 2008, p. 79). Acrescenta-se que Dahlberg também fora influenciada pelo pensamento de Ranganathan, sendo contemporânea das

discussões e dos estudos que floresceram em decorrência do *Classification Group Research* (CGR), criado em 1952.

O *Classification Scheme Knowledge Organization for Literature*<sup>63</sup> (**Quadro 7**), concebido por Dahlberg, foi criado em 1993, com o propósito de refletir o *corpus* temático da ISKO, no sentido original, bem como para servir de instrumento e elaboração da lista de conteúdo da literatura, publicada sobre Organização do Conhecimento no periódico *Knowledge Organization*, sendo apresentada no final de cada fascículo.

**Quadro 7:** Classification Scheme for Knowledge Organization Literature - idealizado por Dahlberg

<b>Grupo 0</b>	<b>Divisão de forma – tipos de documentos da área. Conteúdos</b>	
<b>Conteúdos</b>	02	Revisão de literatura
	03	Dicionário, terminologias
	04	Sistema de classificação e Tesouros
	05	Periódicos e séries 06 conferência ( eventos) relatórios e proceedings de eventos
	07	Livros – textos, bibliografias, etc.
	08	Outras monografias,
	09	Padrões
<b>Grupo 1</b>	<b>Considerações teóricas e gerais – fundamentos teóricos e problemas gerais de organização do Conhecimento.</b>	
<b>Conteúdos</b>	11	Ordenação e Organização do Conhecimento
	12	Conceptologia em Organização do Conhecimento
	13	Matemática e Organização do Conhecimento
	14	Teoria de sistemas e organização do Conhecimento
	15	Psicologia e Organização do Conhecimento
	16,	Ciência e organização do Conhecimento
	17	Problemas e Organização do Conhecimento
	18	Pesquisa da classificação
	19	História da Organização do conhecimento
<b>Grupo2</b>	<b>Conceitos e classes de conceitos (tipos de sistemas) e suas elaboração – sistemas de classificação e tesouros - estrutura e construção</b>	
<b>Conteúdos</b>	21	Questões gerais de sistemas de classificação e tesouros
	22	Estrutura e elementos de sistemas de classificação e Tesouros
	23	Construção de sistemas de classificação e Tesouros
	24	Relações entre conceitos
	25	Taxonomia
	26	Notações e códigos
	27	Manutenção, atualização e armazenagem de sistema da classificação e tesouros
	28	Compatibilidade e concordância entre linguagens de indexação
	29	Avaliação de sistemas de classificação e tesouros
<b>Grupo 3</b>	<b>Metodologia de classificação e Indexação. Conteúdos</b>	
<b>Conteúdos</b>	31	Teoria de classificação e indexação
	32	Análise de assunto
	33	Técnicas de classificação e indexação
	34	Classificação e indexação automática

<sup>63</sup>Esquema de Classificação para Literatura em Organização do Conhecimento.

	35	Ordenação manual e automática
	36	Coding (codificação e decodificação)
	37	Reclassificação
	38	Geração de índices programas
	39	Avaliação de classificação e indexação
<b>Grupo 4</b>		<b>Sistemas de Classificação Universais e Tesouros ( sistema de classificação e tesouros)</b>
<b>Conteúdos</b>	41	Sistemas Universais em geral
	42	Dewey Decimal Classification ( DDC)
	43	Library of Congress Classification & Library of Congress subject Headings
	44	Bliss Bibliographic classification
	45	Colon Classification
	46	Library bibliographical Classification
	47	Outros Sistemas de Classificação e Tesouros
	48	<b>LIVRE</b>
	49	
<b>Grupo 5</b>		<b>Sistemas de classificação orientados a objetos ( taxonomias ) nas diferentes áreas do Conhecimento</b>
	51	De forma e estrutura – área 1
	52	Energia e matéria - área 2
	53	Cosmo & Geo. - área 3
	54	Bio - área 4
	55	Human. – área 5
	56	Sócio- área 6
	57	economics & technology – área 7
	58	<b>Science &amp; Information- área 8 ( grifos nossos)</b>
	59	Cultura – área 9
<b>Grupo 6</b>		<b>Sistemas de classificação de assuntos específicos- classificação e tesouros</b>
	61	Forma e estrutura – área 1
	62	Energia e matéria – área 2
	63	Cosmo e geo. – área 3
	64	Bio. – área4
	65	Humanas – área 5
	66	Sócio – área 6
	67	Economia & tecnologia – área 7
	68	Science & Information- área 8
	69	Cultura – área 9
<b>Grupo 7</b>		<b>Conceitos de outros campos relacionados externamente com a área: Representação do Conhecimento por linguagens e terminologias</b>
	71	Problemas gerais de língua natural em relação à Organização do conhecimento
	72	Semântica
	73	Processamento automático da linguagem
	74	Problemas de gramática
	75	Sistema de recuperação <i>on-line</i> e tecnologias
	76	Problemas de léxicos/ dicionários
	77	<b>Problema de terminologia ( grifos nossos)</b>
	78	Trabalho de terminologia orientado a assunto
	79	Problemas sistemas multilíngues e de traduções
<b>Grupo 8</b>		<b>Métodos da área aplicados à forma de documentos e conteúdos de assuntos classificação e indexação aplicada</b>
<b>Conteúdos</b>	81	Problemas Gerais; catálogos, diretrizes, Regras, Índices,
	82	Indexação e classificação de dados
	83	Indexação e classificação de títulos
	84	Indexação e classificação literatura primária
	85	Indexação e classificação de livros

	86	Indexação e classificação da literatura secundária
	87	Indexação e classificação de materiais especiais não livros
	88	Indexação e classificação de assuntos específicos
	89	Indexação e classificação de linguagens
<b>Grupo 9</b>		<b>Ambiente da Organização do Conhecimento: organização espacial e social</b>
<b>Conteúdos</b>	91	Problemas Organizacional profissional e institucional
	92	Instituições e pessoas em Organização do conhecimento
	93	Classificação e indexação organizacional em nível nacional e internacional
	94	LIVRE
	95	Educação e treinamento em Organização do Conhecimento
	96	Questões legais
	97	Aspectos econômicos em Organização do conhecimento
	98	Estudos de usuários
	99	Trabalho de normalização em Organização do conhecimento

**Fonte:** Esboço do *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature*, idealizado por Dahlberg (1993; 1995 p. 16-17; 2006, p. 15, tradução nossa).

A proposta concebida por Dahlberg (2006) prioriza a divisão do esquema em três facetas: 1) Fundamentos da organização e representação do Conhecimento, 2) Organização do Conhecimento e 3) Representação do Conhecimento (Produtos documentais).

No *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature (Quadro 7)*, a literatura em OC foi sistematizada em grupos de 1 a 9, desconsiderando o grupo zero. O referido sistema apresenta três subdivisões, que por sua vez, são reunidos em dois níveis (DAHLBERG, 2006, p. 14; FUJITA, 2008), da seguinte forma:

- a) Grupos 1-3: representam as divisões e componentes da área, caracterizada por fundamentos teóricos; estrutura de construção de sistemas de classificação e tesouros e classificação e indexação.
- b) Grupos 4-6: representam as aplicações das divisões da área em sistemas Universais; **sistemas de classificação**, orientados ao objeto e tesouros; sistemas orientados a assuntos específicos.
- c) Grupos 7-9: representam a influência, aplicação e ambientes de área, caracterizados por Influências externas: problemas da representação do conhecimento, linguagem e terminologia; aplicação da classificação e indexação para diferentes tipos de dados, enunciados, documentos e encaminhamento da área de organização do conhecimento para fora ou para o exterior, a organização da área em nível nacional e internacional, sua educação, treinamento, seus aspectos legais e econômicos, estudos de usuários. (FUJITA, 2008).

O princípio que está por trás da sequência de aspectos utilizados para estabelecer a classificação da literatura da área em organização é o *Systematifier* (DALBERG, 2003, 2006, p. 14; FUJITA, 2008). Trata-se de um padrão recorrente



que pode ser, e tem sido aplicado a cada campo de assunto ativo existente na Alemanha antes de 1979 (DAHLBERG, 2006, p. 14, tradução nossa). O *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* é um esquema de natureza facetada que já vem sendo investigado por pesquisadores da Espanha e do Brasil. Em nosso país destaca-se a comunidade científica da Ciência da Informação da FFC- UNESP – Marília, dentre os quais se destacam os estudos empreendidos por Guimarães (2002, 2008) e Fujita (2008) e seus orientandos em nível de Graduação e Pós-Graduação.

Garcia Marco (1995, 1993-1999) desenvolve uma proposta para estruturar conteúdos didáticos para a área de Organização e Representação do Conhecimento, espelhada na realidade espanhola<sup>64</sup>. Considerando que as abordagens da análise documental no Brasil seguem uma concepção em que se evidencia a dicotomia entre aspectos descritivos e temáticos, Guimarães (2001), ao entender que se trata de duas realidades distintas, procura fazer adaptações nesse modelo visando à construção de uma proposta para a estruturação de conteúdos didáticos na área de Organização e Representação do Conhecimento no Brasil (GUIMARÃES, 2001, p. 68) em que ele contempla três núcleos básicos, a saber:

- I. Fundamentos de Organização e Representação do Conhecimento: estudo da inserção da área no universo do conhecimento, com ênfase nas disciplinas que lhe são interface;
- II. Organização do conhecimento: estudo da base científica – compreendendo princípios teóricos e metodologias;
- III. Representação do conhecimento: estudo dos instrumentos – compreendendo (ferramentas) os produtos da área.

Com base nesses três núcleos, a proposta de Guimarães (2001, p. 68-69) ainda inova ao apresentar a divisão de conteúdos pelas atividades da área Organização do Conhecimento, compreendendo:

1. Fundamentos da organização e representação do conhecimento (Teoria da comunicação, Bases cognitivas do comportamento Humano; fundamentos da Linguística e terminologias; conhecimento social e epistemologia do

---

<sup>64</sup> Fundada na concepção de análise documental em que não há separação entre aspectos descritivos e temáticos (GUIMARÃES, 2001).

- conhecimento; ciência e Método científico; fundamentos de Lógica; e fundamentos de Inteligência Artificial);
2. Organização do Conhecimento (Teoria da classificação; Teoria da recuperação das informações (ciclo informacional) Processos documentais: análise e síntese documental);
  3. Representação do conhecimento (Linguagens documentais e Produtos documentais).

Em sua análise, Guimarães (2008) defende que o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature*, da forma como foi concebido, oferece espaço para abrigar as distintas abordagens teóricas que discutem o tratamento temático da informação no âmbito da CI. O autor também enfatiza que esse esquema de classificação serviu de instrumento para o processo de estruturação do capítulo da ISKO – Brasil.

Com base nos estudos de Guimarães (2001) e do *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature*, Fujita (2008) faz uma análise minuciosa acerca da estrutura de todos os conteúdos didáticos da área de Organização e Representação do Conhecimento no Brasil, e da estrutura de organização das comunicações orais de trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 2 – Organização e representação do conhecimento, no VIII ENANCIB.

Tendo em vista a importância do estudo de Fujita (2008) para o desenvolvimento da nossa investigação, faz-se um breve resgate das bases utilizadas pela autora na sistematização de sua proposta, descrita a seguir.

Primeiro, a estrutura dos conteúdos didáticos da Organização e Representação do Conhecimento no Brasil, encontra-se fundada nos três núcleos básicos endossados por Guimarães, utilizados para análise da estrutura de organização das comunicações orais dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 2 – Organização e Representação do conhecimento (GT2) no VIII ENANCIB.

Segundo, com a análise da estrutura das comunicações orais de trabalhos apresentados no GT2- Organização e Representação do Conhecimento, no VII ENANCIB, Fujita (2008) verifica que, na primeira estrutura de divisão de assuntos do GT2 (RELATÓRIO, GT2, 2007), as comunicações orais dos participantes do evento estavam alocadas em três seções temáticas:

- a. Fundamentos teóricos e dimensões interdisciplinares da organização e representação do conhecimento (trabalhos de reflexão das bases teóricas da área acesso a informação e interdisciplinaridade).
- b. Linguagens e perspectivas de organização da informação: ontologias, taxonomias e aplicações tecnológicas (sistemas de Recuperação da informação, usuários, indexação, discussão sobre padronização de instrumentos terminológicos: taxonomias, e ontologias).
- c. Questões contextuais e dimensão social da área: memória e patrimônio (ambientes de arquivos, museus e bibliotecas. Comunicações que versam sobre a temática da memória e do patrimônio, etc.) (FUJITA, 2008).

Conforme Fujita (2008), a comparação das três sistematizações resultou na construção do **Quadro 8** a seguir:

Na primeira coluna, estão os princípios de divisão do esquema de Guimarães (2001), quanto à sistematização da ORC; na segunda coluna, distribuem-se os conteúdos do esquema de Dahlberg (1993); na terceira, os de Guimarães (2001); na quarta coluna, Fujita observou que, “em cada uma das três divisões, existem subdivisões que ao todo, somam cinco facetas referentes à epistemologia, às dimensões interdisciplinares, à construção de instrumentos de ORC, aos processos e produtos documentários” (FUJITA, 2008).

**Quadro 8:** Sistematização da área de Organização e Representação do Conhecimento

<p><b>Esquemas de sistematização da área de ORC</b></p>	<p><b>Sistemas de classificação para Knowledge Organization Literature (DAHLBERG, 1993)</b></p>	<p><b>Estrutura de conteúdos didáticos da área de ORC no Brasil (GUIMARÃES, 2001).</b></p>	<p><b>Estrutura de Organização das comunicações do GT2 ENACIB (FUJITA, 2008)</b></p>
---	---	--	--

<p><b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS e dimensões interdisciplinares de ORC</b></p> <p><b>(epistemologia e interdisciplinaridade)</b></p>	<p>Fundamentos teóricos e problemas gerais de OC</p>	<p>1. Fundamentos de Organização e representação do conhecimento</p> <p>1.1 Teoria da Comunicação (processos comunicativos)</p> <p>1.2 Bases cognitivas do comportamento humano (processos de aquisição do conhecimento)</p> <p>1.3 Fundamentos da Linguística e terminologia</p> <p>1.4 Conhecimento social e epistemologia do conhecimento</p> <p>1.5 Ciência e método científico</p> <p>1.6 Fundamentos da lógica</p>	<p>Fundamentos teóricos e dimensões interdisciplinares</p>
<p><b>ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (processos de organização com construção de instrumentos de organização)</b></p>	<p>2. Sistemas de classificação de tesouros. Estrutura e construção</p> <p>3. Metodologia classificação e indexação</p> <p>4. Sistemas de classificação universais</p> <p>5. Sistemas de classificações orientados a objetos (taxonomias)</p> <p>6. Sistemas de classificação de assuntos específicos</p>	<p>2. Organização do Conhecimento</p> <p>2.1 Teoria da classificação</p> <p>2.2 Teoria da Recuperação da informação (ciclo informacional)</p> <p>2.3 Processos documentários</p> <p>2.3.1 (Análise documental e identificação de conceitos)</p> <p>2.3.2 síntese documental (seleção de conceitos, condensação e representação documental).</p>	<p>2 Linguagens e perspectivas de organização da informação: ontologias, taxonomias e aplicações.</p>

<b>REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO (aplicação de instrumentos) e produtos documentários</b>	7. Representação do conhecimento Representação do conhecimento por linguagens e terminologia  8. Indexação e classificação aplicadas  9. Ambiente organizacional do conhecimento	3. Representação do conhecimento 3.1 linguagens documentais (sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos e tesouros). (Produtos documentários: resumos, índice e catálogo WEB).	3. Questões contextuais e dimensão social da área: memória e patrimônio
---	---	--	---

**Fonte:** Fujita (2008).

Conforme Fujita (2008), este quadro apresenta o esquema de divisões 3x3 do *Systematifier*, do esquema de Guimarães e do esquema de organização do GT2, configurados pelas três divisões básicas: Fundamentos teóricos e dimensões interdisciplinares de Organização e Representação do Conhecimento, Organização do Conhecimento e Representação do Conhecimento.

### Síntese do capítulo

Quando assumimos o desafio de discutir a possibilidade da interlocução entre a Arquivística e as abordagens realizadas dentro do escopo da Organização e Representação do Conhecimento, visando compreender a temática da organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística, não tínhamos ideia de que nossa busca fosse convergir para a análise de um esquema de classificação documental voltado à análise de literatura publicada em Organização do Conhecimento, tendo em vista o aprofundamento teórico e metodológico dos processos de classificação e descrição arquivística.

Os estudos de Ingetraut Dahlberg (2006), Barité (2001) e Birger Hjørland (1994) fundamentam a relevância da Organização e da Representação do conhecimento no campo da Ciência da Informação e no da Biblioteconomia, apesar de a Organização do Conhecimento constituir-se enquanto área aberta às disciplinas dos mais diversos campos do saber. E, a despeito de os estudos teóricos acima

citados frisarem que a área de ORC deve debruçar-se sobre a problemática da organização e representação do conhecimento no campo da CI, questiona-se por que a literatura não se preocupa em estudar Arquivística como área do saber dedicada a organizar e a representar também o conhecimento registrado.

Para Hjørland (2003, 2008), o significado de Organização do Conhecimento em Biblioteconomia e Ciência da Informação está voltado ao sentido restrito, vinculado às atividades de classificação, descrição e indexação de documentos. No caso da Arquivística, vinculam-se diretamente às atividades de classificar e descrever, entendidas como processo intelectual e físico, ou seja, esse “ato” não é apenas técnico, mas também envolve a reflexão teórica e metodológica acerca dos respectivos processos e, em sentido amplo, a Organização do Conhecimento preocupa-se em compreender como o conhecimento é socialmente organizado. Com base na teoria da análise de domínio de Hjørland (2008), entende-se que o sentido amplo da Organização do Conhecimento em Arquivística diz respeito à própria organização do conhecimento da Arquivística, enquanto área do saber específica, com objeto e campo de atuação. Por outro lado, o sentido amplo da organização do conhecimento preocupa-se em compreender, em última instância, como se deu o processo de organização do conhecimento em um dado domínio, no caso da Arquivística. Isso implica investigar aspectos teórico-epistemológicos que envolveram ou envolvem a organização e a representação nesse domínio. A partir de um estudo reflexivo, poder-se-á compreender a relação entre concepções epistemológicas e posturas teóricas e metodológicas adotadas no universo dos arquivos e na Arquivística enquanto área do saber.

Considerando também que a Arquivística, cujo domínio específico tem-se dedicado historicamente a organizar e a representar o conhecimento registrado, questiona-se por que os teóricos dessa área “excluem” de suas abordagens a problemática da organização e da representação do conhecimento nesse domínio, já que, pelo menos em teoria, as questões relacionadas à organização e à representação do conhecimento podem ser abrigadas pelo escopo da área de Organização do Conhecimento, cuja identidade apresenta como singularidade a natureza interdisciplinar, congregando interesses dos mais distintos campos do conhecimento, sendo, portanto aberta ao diálogo. A Organização e a Representação do Conhecimento são concebidas como suporte teórico e metodológico para a Biblioteconomia bem como para a Ciência da Informação.

Por analogia, entende-se que estudos de Arquivística também se inserem no contexto da organização e da representação do conhecimento porque as atividades objetivadas nos arquivos remetem ao tratamento documental, sobretudo à classificação, enquanto atividade de organizar o conhecimento e à descrição das informações registradas, como atividade objetiva e subjetiva da representação do conhecimento registrado. Nesse caso, infere-se que a perspectiva da Organização e da Representação do Conhecimento poderia fornecer contributos para se avançar nesta questão.

O estudioso brasileiro, Renato Tarcísio B. Sousa (2007), dedicado à temática da Classificação arquivística, parte do pressuposto de que arcabouço teórico da Arquivística, formulado para uma realidade do século XIX, não consegue equacionar problemas relativos à organização das informações, de modo a atender às demandas dos cidadãos. No seu entender, a resolução desse problema passa pela construção de um diálogo entre a Arquivística e outras áreas do saber, dentre elas, a Organização do Conhecimento, pois assim se poderia constituir um novo marco referencial para o tratamento da classificação de documentos arquivísticos.

Corroborando essa ideia do autor, assumimos o desafio de investigar a possibilidade da constituição de relações disciplinares entre a Arquivística e a área de Organização do Conhecimento, visando ao aprofundamento teórico e metodológico da organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística, entendida como espaço da classificação e da descrição documental no universo dos arquivos.

Entende-se que o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* apresenta-se dentro de um amplo espectro da sistematização dos conteúdos da organização do conhecimento, visto que se encontra contextualizado na área da OC, cuja filosofia se encontra aberta às mais distintas áreas do saber, dentre as quais a Filosofia, a Sociologia, Ciência da informação e Biblioteconomia. O esquema criado por Dahlberg é utilizado como instrumento para a classificação da literatura produzida dentro do escopo da ISKO, mas não se restringe a esta realidade.

Embora o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* idealizado por Dahlberg esteja voltado para a classificação bibliográfica da OC, com vista à estruturação de conteúdos didáticos referentes à área da organização do conhecimento, entende-se que esse esquema não pode ser, em sua essência,

comparado ao esquema da classificação arquivística, entendido como atividade voltada para o arranjo físico dos documentos, em seus respectivos níveis de organização: fundo, grupo, subgrupo e série documental. Reconhece-se que os esquemas de classificação possuem algumas convergências em relação à divisão de classes.

A teoria Arquivística ainda não dispõe de um instrumento capaz de identificar e estruturar os conteúdos acerca da organização e representação do conhecimento em seu respectivo domínio, diferente da área de Organização do Conhecimento cuja história se confunde com a própria necessidade de refletir sobre a classificação com vistas à organização e à representação do conhecimento, seja ele originado no universo dos documentos ou no universo das ciências. Na área da Arquivística, a preocupação com a classificação e com a descrição sempre esteve restrita aos documentos de natureza arquivística.

Por outro lado, entende-se que o sistema proposto por Dahlberg visa contemplar toda literatura da área. Isso indica que precisamos descobrir como as outras literaturas, produzidas por outros campos do conhecimento, fazem para ser incluídas no escopo do periódico KO, oficial da ISKO, que hoje desempenha um papel fundamental na divulgação de pesquisas científicas sobre a temática organização do conhecimento em nível internacional e nacional com reflexos diretos na pesquisa e no ensino desenvolvido no mundo ocidental contemporâneo, inclusive no Brasil.

Ao analisar o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (DAHLBERG, 1993, 2006), a proposta de Guimarães (2001) para a sistematização dos conteúdos didáticos da área de ORC no Brasil e a proposta de Fujita (2008), acerca da estrutura dos conteúdos didáticos da área de Organização e Representação do Conhecimento no Brasil, em que sistematiza a estrutura de organização das comunicações orais de trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 2 – Organização e representação do conhecimento, no VIII ENANCIB, além de atenderem aos nossos propósitos, não de ser consideradas.

Embora a Arquivística esteja próxima às áreas investigadas, ela não é contemplada no *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature*. O esquema de classificação da literatura em Organização do Conhecimento, de Dahlberg, é um sistema singular de classificação voltado para classificação bibliográfica da área de OC e da ORC e, apesar de servir de instrumento para



qualquer domínio, não pode ser aplicado em uma dada realidade sem reflexão ou adequações. Para se efetuar uma análise consistente da estrutura dos conteúdos didáticos da ORC no domínio da Arquivística é necessário que se investiguem, na literatura, os conteúdos que se encaixam nos três núcleos básicos (Fundamentos teóricos da ORC, Organização do Conhecimento e Representação do Conhecimento) correspondentes às três divisões que fundamentam a sistematização da área de OC.

Na falta de uma proposta concreta que sirva de modelo para a realização de uma análise mais pontual, ou seja, que possa ser testada e verificada, isso não pode ser visto como uma barreira, mas como um desafio a ser enfrentado tendo em vista a necessidade de a Arquivística ser inserida na OC e reconhecida no escopo da ISKO.

Assim, entende-se que o caminho a ser adotado para fazer a interlocução das áreas (Arquivística e Organização do conhecimento) será constituído via *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* de Dahlberg, concebido dentro de sua acepção original, como instrumento para estruturação dos conteúdos arquivísticos da literatura publicada, no formato de artigos dos periódicos especializados: *American Archivist*, *Archivaria*; *Archival Science*, no período compreendido entre 2005 a 2010. Essa abordagem será desenvolvida com base no *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* e nos estudos anteriores de Guimarães (2001, 2008) e de Fujita (2008).

## 4 METODOLOGIA

A escolha de um método é essencial para a trajetória da investigação e, ao se optar por um, os esforços são dirigidos para atingir o fim desejado (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000; RICHARDSON, 1999). No caso da investigação, o conhecimento requer uma interpretação adequada e pertinente ao problema proposto de início, a questão da classificação e da descrição. Embora seja assunto recorrente na literatura sistematizada da Arquivística, a grande maioria dos estudos tende a valorizar a face técnica, enquanto a teórica é postergada para o segundo plano. Esse problema traz no seu bojo a necessidade do aprofundamento teórico acerca da temática da organização e da representação do conhecimento no domínio da Arquivística.

Depois de expostos os fundamentos teóricos ou pressupostos que endossam a natureza científica da Arquivística, é necessário delimitar o campo no qual se contextualiza o objeto de estudo da tese “A organização e a representação do conhecimento no domínio da Arquivística”. Por se tratar de um objeto multifacetado, requer um olhar analítico que contemple tanto a autorreflexão da Arquivística como a construção de um diálogo entre a Arquivística e a Ciência da Informação, sem perder de vista as demandas sociais em relação à informação e ao conhecimento.

Conforme Bruyne; Herman; Schoutheete (1977, p.102), a Teoria deve ser concebida como parte do processo metodológico e como instrumento mais poderoso que o sujeito possui para romper com as pré-noções, já que ela “estabelece um corpo de enunciados sistemático e autônomo, de uma linguagem com suas regras e dinâmicas próprias que asseguram o caráter de fecundidade” de uma pesquisa.

A pesquisa se insere no quadro teórico (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p.114; TENNIS, 2008, p.104) sistematizado pela Arquivística clássica e contemporânea. Entende-se que o pensamento clássico da Arquivística é aquele que segue a tradição fundada pelo Manual dos arquivistas holandeses, publicado no final do século XIX, enquanto o pensamento moderno, também designado de contemporâneo, nasce depois da Segunda Guerra Mundial, arraigado à tradição, especialmente após os anos 80 do século XX, quando a teoria Arquivística, ao ser confrontada com os problemas da realidade, passa a buscar soluções no plano teórico-prático para seus dilemas, dentre eles, a necessidade de organizar e representar documentos e informações de forma eficiente de modo a

tornar possível tanto a sua gestão como o acesso a eles, nas mais distintas instituições. Assim, à luz das transformações sociais e tecnológicas, a Arquivística é desafiada a indagar-se sobre o seu próprio conhecimento. É nesse contexto que se situam as correntes de pensamento que vêm se constituindo no interior dela, reconhecidas como Arquivística integrada, Arquivística Funcional, e Arquivística Pós-custodial. Nesse cenário, também se inclui a abordagem da Arquivística baseada na Diplomática contemporânea.

A análise ocorre dentro de um espectro analítico-retrospectivo e comparativo, no qual a compreensão do objeto de investigação se contextualiza no estudo do entrecruzamento da Arquivística clássica e contemporânea já que defende que a compreensão do presente requer a retomada do passado (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977). Entretanto, essa trajetória não se faz na linearidade, mas na superposição da lógica dialética, capaz de ver nos conflitos e contradições a possibilidade da (re)construção do conhecimento, na qual se evidencia a tênue dicotomia entre o tradicional e o moderno, vista como parte do movimento intrínseco e inevitável a qualquer área do saber. Embora o processo cíclico do conhecimento possa ser interpretado como a superação de lacunas ou de retrocessos, no caso da Arquivística isso não pode ser concebido como uma ruptura radical entre o antigo e o novo conhecimento. Entende-se que esse processo de indagação, internalizado na Arquivística e ainda em processo, poderá a vir a ser considerado um dia como “novo” ciclo do conhecimento. Contudo, no momento, ele só consegue se estabelecer como espectro do passado que à luz da reflexão se impõe como “novo” ciclo “modernizante” do seu conhecimento. Em resumo, ainda não se pode afirmar que na Arquivística houve a ruptura de dois modelos de pensamento. Entretanto, entende-se que se trata de um processo inexorável de (re)organização do conhecimento, no qual a condição de rever-se enquanto domínio autônomo também indaga sobre a possibilidade um novo caminho alternativo capaz de se expandir além de suas delimitações fronteiriças.

Diante das lacunas, em relação ao conhecimento teórico-prático (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000), torna-se imperativo compreender a problemática da organização e da representação do conhecimento na dimensão da Arquivística. Dessa forma, os problemas imputados por uma realidade social contraditória e complexa, nos quais se insere o processo de organização e representação do conhecimento voltado à compreensão dos arquivos, requer um aprofundamento por parte do *corpus* teórico

da Arquivística. Tendo vista a carência de estudos devotados a investigar essa questão dentro da Arquivística, pontua-se aqui a necessidade de se contemplarem abordagens que discutam essa temática no amplo espectro da Ciência da Informação, especialmente os estudos realizados dentro do escopo da Organização Conhecimento. Assim, o estudo do objeto “a organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística” traz latente o desafio da reflexão interdisciplinar entre a Arquivística e os estudos originados na área de Organização e Representação do Conhecimento. Esse enfoque justifica-se na medida em que poderá fornecer elementos significativos a compreender a fundo os problemas teóricos e práticos que circunscrevem processos de classificação e descrição na arquivística contemporânea.

Assim, o processo de pesquisa envolvido é de natureza exploratória e documental. Seu percurso metodológico se inicia com a revisão teórica sobre a própria construção histórica e conceitual da organização e da representação do conhecimento no domínio da Arquivística.

Para atingir os objetivos específicos tracejados foram estabelecidas as unidades de estudo – entendidas como tema ou assunto pesquisado e analisado, no plano teórico e metodológico - de tal modo que os esforços aqui empreendidos para a consecução dos objetivos acabaram por determinar as diversas etapas da pesquisa conformada por elas.

1. A primeira unidade de estudo se refere à pesquisa e à análise do referencial teórico que serviu para contextualizar o problema da pesquisa, o objeto, a definição da tese, bem como o delineamento dos objetivos gerais e específicos da investigação, da qual resultou a introdução.
2. A segunda unidade de unidade, contempla a “Arquivística: conceitos, histórico, correntes teóricas e o processo arquivístico”. Esta unidade foi decomposta em três seções: 1) Arquivística: trajetória histórica e conceitual; 2) as correntes de pensamento teórico-críticas da arquivística; 3) o processo de tratamento documental arquivístico: identificação, classificação e descrição.
3. A terceira unidade se refere à “Organização do conhecimento: *Classification Scheme for knowledge Organization Literature (CSKOL)*, na concepção de Dahlberg”.

4. A quarta unidade diz respeito à formulação da metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa.
5. A quinta compreende a análise dos resultados.

Em face do exposto, a primeira etapa da pesquisa compreendeu o levantamento, seleção e análise da literatura que seria utilizada para contextualizar a problemática e fundamentar o desenvolvimento da investigação. Com base nesse referencial, foi possível construir o texto introdutório da tese.

A segunda etapa da pesquisa corresponde ao estudo da segunda unidade de estudo, a “Arquivística: conceitos, histórico, correntes teóricas e o processo de tratamento arquivístico”. Devido à sua complexidade e amplitude, a precisão didática na exposição exigiu que a temática fosse decomposta em partes, passando a ser representada pelos respectivos subtítulos: A Arquivística: Trajetória histórica e conceitual; as correntes de pensamento teórico-críticas da Arquivística; e o processo de tratamento documental arquivístico: a identificação, classificação e descrição. Com base nessa divisão, o processo investigativo abrangeu três fases:

Na primeira fase se realizou o levantamento da literatura que trata do processo de construção da Arquivística. Em seguida, fez-se a leitura, fichamento e análise e síntese das obras selecionadas para a construção dos pressupostos teóricos e metodológicos referente-se à segunda unidade de estudo. Essa pesquisa foi realizada com base em diversas fontes bibliográficas, compreendendo os manuais da Arquivística clássica e contemporânea, livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, dentre as quais se destacam: os manuais: Jenkinson (1922); Casanova (1928); Schellenberg (1956, 2006); Tanodi (1960); Bautier (1968); Muller; Feith; Fruin (1973); Elio Lodolini (1984); Heredia Herrera (1991); Rousseau; Couture (1998). Os livros publicados por Camargo e Bellotto (1996); Lopes (1998); Rousseau e Couture (1998); Núñez Fernandez (1999); Silva et al. (2002); Bellotto (2004); os artigos publicados por Arad (1882); Laroche (1971); Duchein (1977); Tanodi (1979); Posner (1985)<sup>65</sup>; Pozuello Campillos (1996). Dentre as fontes também se inclui a brilhante tese de doutorado defendida por Fernanda Ribeiro (1998) em Portugal.

---

<sup>65</sup> Publicado pelo Programa General de Información y UNSIST: Estudios Ramp, da UNESCO (1985). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=&lin>>. Acesso em: 20 nov. 2011

A segunda fase compreendeu a seleção, a leitura e a síntese de artigos de periódicos, livros, dissertações e teses, cujo foco incidisse sobre a revisão conceitual da Arquivística. Inicialmente, a pesquisa se delimitava a investigar três correntes de pensamento, reconhecidas como Arquivística Integrada, Arquivística Funcional, Arquivística Pós-Custodial. No percurso investigativo, percebeu-se que era preciso também considerar a abordagem da Diplomática contemporânea já que ela representa um papel importante na literatura da Arquivística canadense e além de suas fronteiras. A investigação sobre as correntes crítico-reflexivas foi realizada com base na literatura internacional publicada em língua, inglesa, francesa, espanhola, e portuguesa. No estudo da corrente integrada, utilizaram-se os artigos publicados por Rousseau; Ducharme; Couture (1988), Lopes (1998), Rousseau e Couture (1998). Na abordagem da corrente teórica da Arquivística funcional foram utilizados os artigos publicados pelos estudiosos: Lytle; Berman (1985); Taylor (1987-1988); Booms (1991-1992); Bucci (1992); Luciana Duranti (1995); Cook (1997, 2001); Horsman (2002); Millar (2002); Nesmith (2002, 2005); Ribeiro (2002); Tognoli (2010); Kuhn (2011). A abordagem da Arquivística pós-custodial baseou-se nas obras e artigos de revistas publicados por Silva et al. (2002); Ribeiro (2002a, 2008); Silva (2002, 2006); Silva e Ribeiro (2008).

Com a necessidade de se compreender a temática da organização e representação do conhecimento no corpo teórico da Arquivística, a terceira fase da primeira etapa da pesquisa foi balizada pela análise do referencial teórico que discute o processo de tratamento documental circunscrito às operações de identificação, classificação e descrição, realizadas no interior dos arquivos. Para tanto, recorreu-se à literatura nacional e internacional, que inclui a identificação no processo de tratamento arquivístico, sobretudo, as abordagens que vêm sendo realizadas no contexto da Arquivística espanhola, com reflexos nos países Ibero-americanos, inclusive no Brasil. Por outro lado, a abordagem também implicou a revisão crítica da literatura que discute a classificação e a descrição enquanto operações circunscritas ao tratamento documental de um fundo de arquivo. No estudo teórico-analítico-crítico da classificação e da descrição, na perspectiva da Arquivística, foram utilizadas diversas fontes, dentre as quais, os manuais de Arquivística, livros, dissertações e teses, artigos de periódicos que discutem a questão do tratamento documental; manuais de procedimentos publicados por instituições; obras sobre a terminologia especializada (tais como glossários e

dicionários); bem com a investigação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística-ISAD(G) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Assim, no processo de investigação sobre o tratamento documental arquivístico, dentre as fontes referenciais relevantes, destacam-se os manuais de Schellenberg (1956); Muller; Feith; Fruin (1973); Heredia Herrera (1991); Couture (1998); Silva et al. (2002); Bellotto (2004) e as obras publicadas por Núñez Fernandez (1999); Bonal Zazo (1999) Heredia Herrera (2007); os artigos publicados por Souza (2008); Smit (2000, 2003), entre outros.

Na abordagem da Identificação, foram utilizados como fontes referenciais os artigos publicados por Conde Villa Verde (1991, 1992), Duranti (1995), La Torre Merino e Martin-Palomino Y Benito (2000), Bellotto (2002a; 2004), Mendo Carmona (2004), Cortés Alonso (2005), Rodrigues (2008).

Retomando, a terceira etapa do processo de investigação focou o desenvolvimento da terceira unidade de estudo. Inicialmente, realizou-se o levantamento, seleção, leitura e análise dos artigos publicados pelo periódico científico *Knowledge Organization*, da International Society for Knowledge Organization (ISKO), tais como Dahlberg (1993, 1995, 2006); Barité (2001) e Hjørland (1994, 2003, 2008); Tennis (2008); Gnoli (2008); Mcilwaine e Mitchell (2008). Além desses artigos publicados pelo periódico oficial da ISKO, a pesquisa também contemplou outros estudos que versam sobre a mesma temática. Dentre esses estão os artigos publicados por Shera (1957)<sup>66</sup>; Garcia Marco (1995, 1999); Guimarães (2001, 2008); Fujita (2008); Alvarenga e Silva (2010). No primeiro momento, o referencial teórico analisado serviu para fundamentar a discussão sobre a concepção científica institucional da Organização do Conhecimento, enquanto os artigos publicados por Dahlberg (1993, 1995, 2006); Garcia Marco (1995; 1999); Guimarães (2001, 2008) e Fujita (2008) forneceram as bases teórico-metodológicas para a análise e compreensão do Classification Scheme for knowledge Organization Literature (CSKOL), idealizado por Dahlberg. Além disso, a literatura investigada durante a terceira etapa forneceu elementos significativos para a discussão da Organização e a Representação do Conhecimento no domínio da Arquivística. Em

---

<sup>66</sup> SHERA, Jesse H. Padrão estrutura e conceituação na classificação. 1957. Tradução de Hagar Espanha Gomes. Disponível em: <<http://www.conexao.org/bitstream/shera/index.htm>>. Acesso em: 6 maio 2011.

resumo, esse o estudo analítico exploratório realizado nessa etapa resultou na construção do terceiro capítulo da tese.

A quarta etapa versa sobre o percurso metodológico. Nesta se procurou contextualizar, justificar e descrever o método de pesquisa, os procedimentos metodológicos utilizados, os instrumentos técnicos, e as fontes bibliográficas utilizadas no decorrer do processo investigativo.

A quinta etapa da investigação diz respeito à “análise e discussão dos resultados”. Tendo em vista que essa unidade de estudo se vincula à proposição do terceiro objetivo específico, ou seja, a investigação de termos e conceitos utilizados nos artigos publicados nos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*, entre 2005 e 2010, ela visa fornecer subsídios para a organização do conhecimento no domínio da arquivística, com base no *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL). Por se tratar de um tema complexo que envolve os saberes da Arquivística e da Organização do Conhecimento, essa etapa que converge para a pesquisa, análise e apresentação dos resultados, teve que ser dividida duas fases, a saber:

Na primeira fase se expõe o *corpus* da pesquisa, de modo a contextualizar os periódicos selecionados: *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*. Tendo em vista que o foco da investigação são os termos e os conceitos dos artigos publicados nos respectivos periódicos, durante o percurso investigativo percebeu-se a necessidade de se contemplar as abordagens teóricas que discutem a importância dos termos e conceitos para a organização (sistematização) e para a representação do conhecimento. Partindo desse pressuposto, fez-se um breve resgate dos estudos compilados na área da Organização do Conhecimento e na Ciência da Informação que discutem essa questão.

A segunda fase desse processo de investigação se preocupou em abordar aspectos teórico-metodológicos da análise documental utilizada como procedimento técnico no processo de extração de termos e conceitos dos artigos científicos dos periódicos de Arquivística examinados.

Com base nas análises realizadas até aqui se encaminhou a discussão dos resultados de modo a evidenciar como os pressupostos teóricos e metodológicos da Organização do Conhecimento, em particular, a metodologia *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL) poderá contribuir para a discussão e



compreensão da organização e representação conhecimento no domínio da Arquivística.

#### 4.1 Procedimentos metodológicos utilizados na coleta e análise de dados

A trajetória do processo de investigação conduziu necessariamente à realização de uma pesquisa de teor empírico-analítica, delineada a partir do *corpus* de três periódicos especializados em Arquivística, reconhecidos internacionalmente: *The American Archivist*, publicada pela Society of American Archivists; a *Archivaria*, da Association of Canadian Archivists (ACA), *Archival Science* – International Journal on Recorded Information. A seleção desses três periódicos justifica-se na medida em que eles se configuram como espaço de discussão e debate das questões teóricas e práticas que afligem a comunidade arquivística, sobretudo as que dizem respeito à organização e à representação do conhecimento da Arquivística, objeto de estudo da tese. Assim, no primeiro momento se fez levantamento dos artigos científicos publicados em cada corpo de periódico relativos ao período compreendido entre os anos de 2005 até 2010. Todo o levantamento, bem como a busca e o acesso foram realizados por meio eletrônico, via Internet.

Durante o processo de investigação, constatou-se que os artigos publicados pelas revistas *The American Archivist* e *Archivaria* poderiam ser acessados livremente já que estão indexados e disponíveis para busca e *download* nas bases de dados das respectivas instituições (SAA e ACA). Quanto à *Archival Science*, indexada na Base de Dados Springer, não há acesso livre. Sendo assim, o cotejamento dos artigos só foi possível via Base de dados da CAPES. Dentre as Bases de Dados acessadas durante o processo investigativo estão:

Capes

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

American Archivist

<http://archivists.metapress.com/home/main.mpx>

Archivaria / <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/index>

Archival Science

<http://www.springerlink.com.ez87.periodicos.capes.gov.br/content/1389-0166/5/1/?target=print>

IBICT/ ANCIB

<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/27/57>><http://enancib2008.com.br>

Portal PIAF

<http://www.piaf-archives.org/category/classement-piaf/recueil-de-textes>>. 2008

Scielo Brasil

[http://scielo.br/scieloOrg/php/reference.php?pid=s0103-40141888000027&caller...>.](http://scielo.br/scieloOrg/php/reference.php?pid=s0103-40141888000027&caller...)

Repositório Aberto da Universidade do Porto

<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20306>>.

Universidade do Porto

<http://ler.letras.up.pt/default.aspx?nivel1=Teses e dissertações&id=6>

<http://www.humanismolatino.online.pt>

UNESCO

<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=&lin>

SAA - glossary

<http://www.archivists.org/glossary/list.asp?Letter=m>.

Entende-se que, na impossibilidade de se investigar a totalidade complexa de uma realidade, opta-se por uma amostra representativa dessa mesma realidade, configurada aqui nos artigos publicados entre 2005 e 2010<sup>67</sup> pelas respectivas revistas. Nesse caso, utilizou-se basicamente método qualitativo, ressaltando-se que este, em algum momento, combinou-se com o método quantitativo.

A abordagem qualitativa parte do pressuposto de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma relação entre o sujeito e o objeto, na qual a relação entre objetividade e subjetividade do conhecimento são fatos indissociáveis (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p.101-115; RICHARDSON, 1999, p. 90). Por isso, na abordagem qualitativa, o objeto de estudo não é concebido um dado inerte e neutro, nele há sempre significações que lhes são dadas pelos sujeitos que interpretam o objeto. Assim, o grande problema da pesquisa qualitativa não se reduz ao fato, ou seja, à necessidade de se definir antecipadamente o distanciamento do sujeito em relação ao objeto investigado, mas preocupar-se em ir além das aparências da realidade. Em outras palavras, procurar manter a autovigilância para que o percurso investigativo não resulte na descrição

---

<sup>67</sup>Ver apêndice – A, B, C, D, E amostra de artigos.

“pura” do que foi investigado. Nesse processo complexo, o sujeito da pesquisa interroga e interpreta o objeto; por outro lado, o objeto tende a colocar novas questões para o sujeito. Assim, a análise dos dados não é neutra nem se funda na aparência dos fatos ou fenômenos da realidade. Entretanto, o estudo de dados, fatos ou fenômenos latentes carece de objetividade para ser reconhecido no universo das ciências. Nesse caso, o sujeito investigador, no seu papel de cientista, deverá buscar métodos e técnicas que servem de instrumentos adequados à investigação do seu objeto. Nesse processo, ele “elegerá algumas técnicas que o auxiliarão nas descobertas dos fenômenos latentes, tais como a observação participante, história ou relatos de vida, análise de conteúdo [...]” (CHIZZOTTI, 2001, p. 85; PANDO, 2005). No caso da investigação voltada à extração de termos dos periódicos especializados em arquivística, elegeu-se a técnica da análise documental, a análise de conteúdo consolidada e reconhecida dentro das áreas da Biblioteconomia, Ciência da informação e Organização e Representação do Conhecimento.

A despeito de a Arquivística, enquanto área do saber, possuir um corpo teórico e metodológico reconhecido e consolidado, observa-se que ela não dispõe de um método analítico capaz de servir de instrumento e/ou suporte técnico para a análise documental dos termos e conceitos extraídos dos artigos científicos visando à compreensão da Organização e da Representação do Conhecimento nessa dimensão. Sendo assim, na fase inicial dessa investigação, percebeu-se que a realização da pesquisa empírica proposta requereria um olhar além dos limites das fronteiras disciplinares da Arquivística. A Biblioteconomia e o campo da Ciência da Informação possuem um conhecimento sistematizado voltado à análise de conteúdo dos documentos, tais como livros e artigos científicos, nos quais se encontram o conhecimento registrado. Tornou-se, então, imprescindível o resgate de abordagens que discutem a análise de conteúdo voltada ao estudo dos elementos textuais de um artigo (FUJITA; CERVANTES, 2005; GUIMARÃES, 2003, 2009; PINHO, 2010), já que elas aqui nos servem como instrumental teórico-metodológico e técnico.

Importante lembrar que os periódicos selecionados para pesquisa foram publicados em língua inglesa. Destarte, para a investigação de termos nos artigos científicos, fez-se necessário o estudo e o levantamento de termos arquivísticos recorrentes, com o intuito de possibilitar ao sujeito da pesquisa a familiarização e o reconhecimento da terminologia utilizada nos artigos investigados. Para tanto, foi

preciso consultar obras de teor terminológico, tais como o *Glossary of archival and records terminology*, publicado pela Society of American Archivists (PEARCE-MORSES, 2005)<sup>68</sup>; o *Diccionario de Archivística en Español* (MASTROPIERRO, 2008); *Glossário de termos técnicos em Ciência da Informação: inglês/português* (NORTE, 2010); *Dicionário de terminologia Arquivística* (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

Conforme o exposto, a análise de termos e conceitos de artigo científico especializado não é uma mera atividade técnica, mas teórica e metodológica. Este estudo possibilitou o embasamento teórico para se iniciar a coleta de dados. A coleta de dados compreendeu:

- a) A pesquisa nas bases de dados nas quais se encontram disponíveis os periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*.
- b) Coleta dos resumos dos artigos na íntegra.
- c) Elaboração da ficha de resumos para cada artigo publicado nos periódicos selecionados, no período de 2005 a 2010, tendo em vista a necessidade de se extraírem os termos e conceitos utilizados por teóricos e profissionais na sistematização do conhecimento arquivístico, com rigor e controle sobre os dados coletados.
- d) Análise realizada com base na leitura do título, do resumo, das palavras-chave e, quando necessário, do próprio artigo. Esse processo de análise documental foi realizado, visando à extração dos termos e conceitos considerados relevantes para a representação do conhecimento sistematizado em formato de artigos.
- e) Com base na coleta desses dados, foi elaborada uma tabela de termos e conceitos para cada artigo do periódico e, na tabela, identificam-se: Título do artigo, autor, termos e conceitos extraídos.

A investigação de termos e conceitos de um *corpus* de artigos de um periódico científico especializado é uma tarefa complexa, exigindo do pesquisador tanto o conhecimento prévio da área assim como o domínio de método e técnicas utilizadas como ferramentas na leitura e análise do conhecimento registrado.

---

<sup>68</sup>Disponível na página da <http://www.archivists.org/glossary/list.asp?Letter=m>. Acesso em: 20 mar. 2011.

Entende-se que a extração de termos e conceitos utilizados na sistematização do conhecimento registrado e publicado no formato de artigos requer que o pesquisador detenha em mente métodos e estratégias para a leitura e análise dos elementos textuais tais como o título, resumo, palavras-chave e o próprio texto.

Dessa forma, o processo de análise documental dos artigos publicados nos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria*, *Archival Science* (2005-2010), visando à extração de termos e conceitos, compreendeu a leitura e análise dos elementos textuais presentes no artigo: título; palavras-chave; resumo, e quando necessário, o próprio artigo.

Primeiro, realizou-se a Leitura das palavras-chave. Caso esse elemento não se fizesse presente, voltou-se para a Leitura do título, do resumo e, quando necessário, do texto.

Tendo em vista que os artigos publicados nos periódicos *The American Archivist* e *Archivaria*, que não trazem em seu formato as palavras-chave, optou-se pela extração de termos e conceitos com base no Título e no Resumo.

No segundo momento, fez-se uma análise do título isolado de forma a reconhecer os termos e/ou conceitos pertinentes ao conhecimento registrado no artigo. Quando a análise do título apresentava lacunas para sua compreensão, remeteu-se à análise do resumo. Na análise dos resumos procurou-se extrair termos/conceitos focando os objetivos do autor. Assim, quando necessário, fez-se uma análise combinada do título e do resumo com objetivo de aumentar a fidedignidade da representação dos termos que remetessem ao assunto tratado pelos estudiosos e profissionais que os publicaram nos periódicos selecionados para a pesquisa.

Vale lembrar que a análise documental compreendeu a leitura de todos os resumos. Na leitura analítica, preocupamo-nos em averiguar os conceitos envolvidos na sistematização do conhecimento.

No processo de pesquisa acerca dos termos e conceitos visando situá-los no contexto do conhecimento sistematizado de um determinado domínio, como no caso da Arquivística, isso demanda refinamento, o que implica a leitura completa do artigo de modo a verificar como o autor define, por exemplo, o conceito de documento. Além disso, a pesquisa exploratória combinada com o método de análise qualitativo-crítico exige que o pesquisador tenha em mente indagações do tipo: Qual é

definição de documento? Que posição segue em relação ao conceito de documento? Apresenta inovações ou apenas reafirma a tradição?

Estas perguntas silenciosas foram importantes para a análise qualitativa dos termos e conceitos abordados na discussão dos resultados da pesquisa. Assim, foi possível compreender os elementos envolvidos na organização e na representação sistematizada do conhecimento arquivístico, no contexto recentemente investigado.

Com base nos pressupostos teóricos discutidos no capítulo 2 e capítulo 3, nos quais se insere o estudo *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* de Dahlberg (1993, 2006), e as propostas inspiradas nesse modelo, tais como o Esquema de sistematização da área de ORC; a Estrutura de conteúdos didáticos da área de ORC no Brasil, de Guimarães (2001); e a Estrutura de Organização das comunicações do GT2 ENANCIB proposto por Fujita (2008), há preocupação em aplicar o conhecimento do *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* de Dahlberg, tendo como foco central a análise das três facetas do CSKOL: 1) os fundamentos teóricos da ORC; 2) a organização do conhecimento; 3) a Representação do conhecimento (DAHLBERG, 1993, 2006; GUIMARÃES, 2001; FUJITA, 2008), em suas respectivas realidades.

Assim, tendo em conta a literatura Arquivística investigada e, os termos e conceitos extraídos dos artigos científicos publicados nos periódicos: *The American Archivist*, *Archivaria*, e *Archival Science* (2005-2010), fez-se uma análise comparativa entre a estrutura do conteúdo da área de Organização e a Representação do Conhecimento e a estrutura de conteúdo científicos e didáticos da Arquivística. Em vista disso, preocupamo-nos em desvendar se o esquema referenciado de Dahlberg (CSKOL) devotado à classificação da literatura (e os conteúdos) da área de Organização do Conhecimento poderá fornecer subsídios para a compreensão da estrutura de conteúdo científico e didático da organização e representação do conhecimento na Arquivística. Caso se confirme essa assertiva, será possível analisar o domínio da Arquivística sob a luz da área de ORC. Em outras palavras, vislumbra-se que a Arquivística possa ser compreendida e abrigada pelo universo da ORC dentro do escopo da ISKO.

## Syntesis of the concept identification, arrangement and archival description

Durante a discussão do processo de tratamento documental arquivístico, enfocaram-se os conceitos de identificação, identificação e descrição arquivística com o intuito de verificar se o aprofundamento enunciado desde meados da década de 1980 vem se refletindo nos conceitos do núcleo da matriz teórica da Arquivística. Para apreender o movimento dos enunciados no interior da arquivística se fez uma síntese para evidenciar o que entendemos por identificação, classificação e descrição arquivística. Após a compilação das sínteses, entendeu-se que seria pertinente fazer uma versão para língua inglesa.

### a) Conceptual synthesis of identification in archivistics

Based on the analysis and on the theoretical/methodological reference of the Spanish thought school that studies the issue of identification (CONDE VILLAVERDE, 1992; LA TORRE MERINO; MARTIN-POLOMINO Y BENITO, 2000, p. 14; MENDO CARMONA, 2004; MASTROPIERRO, 2008; RODRIGUES, 2008) it is made a synthesis of what is meant by concept, object, method and purpose of the aforementioned identification.

Most studies recovers the basilar concept of identification presented by Conde Villa Verde et al. (1991, 1992), especially the one mentioned in the discussion. It can be said that the Spanish archivist community has created a consensus on the concept of identification. The identification can be **regarded** as the first phase of the archivist treatment, of intellectual nature, and consisting of investigation and systematization of administrative and archivist categories and in which a fund structure is maintained.

It is understood that **the object of the identification study** are the administrative and archivist categories of a fund. In summary, the object of the documental analysis in identification is the investigation of the organic element (history of the administrative organic evolution), of the functional element (regarding competences, functions and activities, administrative procedures and courses of action), documental types and study of series.

In summary, the identification **method** is based on theoretical principles of provenance, of original order and on the life cycle of documents. Based on this

framework, the archivist researches and systematizes knowledge on the historic evolution of the productive subject while carefully examines the documents produced by him in order to identify the documental types and to delimit documental series. The **goal** of this stage is the recognition of the institution that produces funds and of the documental sets generated by it. It is the comprehensive knowledge of the institution that produced the document (documental typologies, series) and it is central to the other stages, that is, appraisal, arrangement and archival description of documents.

Due to its unique methodology, whose result focuses on the identification of the productive subject, on the identification of documental types and on the delimitation of documental series of a fund, identification scholars argue that the use of these theoretical tools can contribute to the standardization of methodologies, technical procedures related to identification, arrangement and standardized archival description of documental information of a fund, whose community provides documentation with similar character. Example: the identification of Marília city hall's fund could be a standard model, applied to identification operations, evaluation and archival description of the funds in other municipalities in São Paulo State since the theoretical/methodological tools of identification can be effectively used in such operations.

The increase in publications of this area (books, manuals, dictionaries, articles and periodicals), which includes the identification approach in the Ibero-American context, demonstrates that this theme has been gradually incorporated into the theoretical discussion and practices aimed at the documental treatment, being recognized by archivistics from these countries as a key element in the process of a fund documental treatment.

## **b) Synthesis of the archivist arrangement concept**

Arrangement is understood as an intellectual and physical process that is aimed at establishing categories or classes that reflect the organic and/or functional structure of the fund. The organization of documents into categories or classes is established according to a scheme that identifies, distinguishes and relates them. Arrangement includes the stages of ordination and filing understood as physical activities inherent to the process of arranging documents.



The concept of arrangement can be understood as a process of assigning subject, codes or positions to represent the categories (groups, subgroups and series). Thus, it is recognized that arrangement includes the analysis and identification of document contents (NATIONAL ARCHIVES, 2005, p. 49), assuming the selection of subject categories, so that they are recovered. Arrangement can also be conceived as a process that establishes the restriction and access limit to documents and secret information (PEARCE-MORSE, 2005; NATIONAL ARCHIVES, 2005, p. 49).

Although arrangement is initially considered as an empirical activity, its conceptual representation required the creation of logical statements that enabled the division of the fund (set) into categories or classes represented in an arrangement scheme in hierarchical way in groups, subgroups and series in which the organicity of archive documents is saved.

In this intricate terminology, two related concepts are highlighted: the first one is related to the possible dissemination of informative content, and the second one refers to the services provided by the institution and from which the material emanates. This implies the documental archival description, being recognized as a treatment phase that necessarily leads to accessibility of documental information within files.

### **c) Summary of the Archival Description Concept**

The construction of the archival description concept is the result of a long process. In the second half of the twentieth century, discussions about the concept of archival description were initiated and, from then on, there has been the construction of an archival description notion in which archival description consists in identifying document groups, and analyzing and describing internal/external characters of documents. According to this prevailing conception, the development of research instruments would result from the archival description.

The second notion of archival description appears in the mid 80's and in the following decades discussions on the process of standardization of archival description enabled the establishment of ISAD(G) and ISSAR(CPF) archival description international standards. These standards bring the archival description

concept that links the concept of archival description to the exact representation of informational contents of a fund.

Although there is no social consensus in the archivist community about the concept of standard archival description, the dissemination of international and national rules has been influencing the conceptual review of archival description, which was made evident, mainly from the mid-1990s. It is observed that the concept of archival description has been expanded and modified, but its essence remains the same. The accurate representation of informational contents, based in method, is one of the essential conditions to ensure the efficiency and effectiveness in the retrieval, the access to information and knowledge protected by the archivist documental patrimony in different local, national and international levels.

Based on the two analyzed conceptions of archival description, it is conceptualized as a physical intellectual process consisted by the accurate representation of informational contents in a documental unity – at the level of fund, group, series, or documental item, based on identification results, organization, or on the documental analysis of particular documents in order to identify, manage, explain the context of the creation of archivist documental information.

In summary, the archival description involves a set of activities such as analyze, identify, read, summarize and index information to be transmitted to the user.

In this sense, the purpose of the archival description is to identify and explain the context and content of archive documents in order to promote access to them. This is achieved by the creation of appropriate accurate representations and by the organization of these representations in accordance with predetermined models.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base na discussão do referencial teórico realizado e demarcado no percurso investigativo, neste capítulo procura-se evidenciar como os pressupostos teóricos e metodológicos da Organização do Conhecimento, em particular a metodologia *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL) poderão contribuir para a compreensão da organização e da representação conhecimento no domínio da Arquivística.

Le Coadic (1996) reconhece que os periódicos de uma especialidade constituem o núcleo [*core*] da literatura. Mesmo sendo restritos, esses artigos publicados em geral são relevantes para a formação do conhecimento sistematizado da especialidade. Além disso, outros periódicos que se originam em outras áreas podem ser relevantes para a especialidade desde que seu conteúdo abranja o núcleo da literatura.

Segundo o autor citado, os conceitos científicos, isto é, as definições estáveis, sempre idênticas, resultam de experiências muitas vezes de natureza quantitativa. Definem-se mediante um procedimento regular e reproduzível, que permite identificá-los e medi-los.

O método da indexação utilizado pela área de Biblioteconomia e Ciência da Informação consiste em selecionar, em documentos textuais, certas palavras-chave consideradas como as mais representativas do conteúdo de um artigo científico. O autor assinala que as palavras-chave funcionam “como operadoras da autoestruturação dos domínios científicos e técnicos”. Na perspectiva de Le Coadic (1996), as palavras-chave indicam quais são os assuntos relevantes em determinado setor de pesquisa em determinado momento.

Assim, quando duas palavras-chave aparecem juntas em um bloco de dados, os assuntos estão relacionados. Na visão de Le Coadic (1996, p. 66), os esquemas de associação de palavras representados permitem revelar as tendências da pesquisa, bem como os principais focos de interesse dos pesquisadores. Entende-se que essa noção de palavras-chave serviu como aporte teórico para a análise dos *abstracts* dos artigos publicados pelos periódicos selecionados para a pesquisa. O uso desse método se justifica porque na análise dos resumos dos periódicos, recorreu-se a também, à análise das palavras-chave visando à extração de termos e conceitos representados nos referidos documentos.

A pesquisa empírica selecionou os seguintes periódicos para o universo da pesquisa: *The American Archivist*, da Society of American Archivists (SAA); *Archivaria*, da Association of Canadian Archivist (ACA); e o periódico *Archival Science*, da International Journal on Recorded Information<sup>69</sup>.

*The American Archivist*, fundada em 1936, pela Society of The American Archivist (S.A.A.) é um periódico especializado em arquivos, publicado semestralmente, formulado com a missão de atender às necessidades de educação e informação de seus membros, assegurando a identificação, preservação e uso dos registros históricos nacionais dos Estados Unidos da América. Esse periódico apresenta, em seu escopo, preocupações com o desenvolvimento teórico e prático, tendo como foco os profissionais de arquivos no âmbito nacional e internacional. A partir de 2005, a SAA elegeu como áreas prioritárias: a tecnologia de informação nos arquivos; a diversidade, com foco na importância dos arquivos para se garantir a integridade dos registros documentais e a busca de recursos públicos necessários à proteção e acessibilidade dos documentos. Além disso, também se previa a proteção aos direitos dos cidadãos. No período compreendido entre os anos de 2005 e 2010 foram publicados 56 artigos científicos.

*Archivaria* é o periódico da Association of Canadian Archivists (ACA), fundado em 1967, cujo foco se dirige para a pesquisa acadêmica que discute a problemática da Arquivística, no Canadá e também no âmbito internacional, abrigando no seu escopo diversas temáticas, tais como a história, natureza e uso dos arquivos, teoria arquivística, desenvolvimento tecnológicos, novos tipos de documentos e usuários, questões relacionadas aos direitos e à ética nos arquivos, relação entre arquivistas e os demais profissionais, que lidam com a gestão da informação. Entre 2005 e 2010, período delimitado para a pesquisa, foram publicados 63 artigos científicos.

*Archival Science* - International Journal on Recorded Information, fundado no ano de 2001, por Peter Horsman e Theo Thomassen. Trata-se de um periódico independente, formulado com a missão de promover o desenvolvimento da Arquivística como disciplina científica autônoma. O periódico centra seu foco no seu público, os pesquisadores e educadores em ciência Arquivística e, secundariamente em todos os outros profissionais interessados na informação registrada. O seu

---

<sup>69</sup> Revista internacional de informação registrada, fundado, no ano de 2001, por Peter Hosman e Thomassen, no ano de 2001.

escopo contempla um universo amplo de abordagens, evidenciando-se a integrada, a interdisciplinar e a intercultural; incluindo-se temáticas sobre todos os aspectos da metodologia, da teoria e da prática. Importante ressaltar que a linha editorial desse periódico considera domínio da Arquivística no seu sentido amplo. Assim, constitui-se em veículo de comunicação científica aberto aos estudiosos de diferentes nacionalidades, dentre os quais, Terry Cook (Canadá), Bruno Delmas (França), Luciana Duranti (Canadá), Angelica Menne Haritz (Alemanha). Durante o período investigado (2005-2010) foram publicados 131 artigos.

Os periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*, publicados em língua inglesa, representam um papel importante enquanto veículo de comunicação científica especializado, comprometidos com as causas dos profissionais, dos arquivos e da Arquivística. Por outro lado, contextualizam-se em espaços geográficos distintos (Estados Unidos da América, Canadá e Holanda), nos quais se evidenciam a profusão de estudos, debates e publicações sobre os mais diversos problemas que afetam os arquivos.

O periódico *The American Archivist*, desde sua fundação, vem procurando atender aos interesses dos profissionais que atuam nos arquivos históricos e administrativos norte-americanos, particularmente, no que se refere à conservação, ao tratamento e a gestão dos arquivos digitais na atualidade, enquanto o periódico *Archivaria*, desde os anos de 1980, vem se constituindo em um importante veículo de comunicação científica, sendo porta voz dos estudos produzidos no contexto canadense, especialmente os formulados dentro proposta da arquivística integrada e da arquivística funcional, analisadas no segundo capítulo deste estudo. A *Archival Science*, focada nos estudos que se preocupam com a discussão da Arquivística enquanto disciplina, enuncia uma preocupação especial com a discussão interdisciplinar e intercultural. Portanto, os três periódicos constituem-se em um espaço favorável à revisão teórica e conceitual da Arquivística atual. É importante frisar que, dos três periódicos, selecionamos como *corpus* da pesquisa *The American Archivist*.

Os resumos do periódico *The American Archivist* analisados foram publicados no período compreendido entre 2005–2010 e compreendeu a análise dos abstracts de 56 artigos científicos. A pesquisa empírica compreendeu a leitura e a análise de dos abstracts a partir de um cotejamento com as sínteses em inglês, produzidas no

capítulo 2, item 2.3, visando identificar os conceitos de identificação, classificação e descrição arquivística.

Em relação à pesquisa realizada no *The American Archivist*, publicado semestralmente pela S.A.A, apresentamos a seguir os resultados. Desde a sua criação em 1938, esse periódico foi concebido como espaço de debate e comunicação das questões que afetam o universo dos arquivos. Trata-se de uma publicação especializada, amplamente divulgada e reconhecida nos Estados Unidos da América.

Embasados nos pressupostos teóricos discutidos nos capítulos anteriores, e particularmente no estudo exploratório do *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL), idealizado por Dahlberg (1993, 2006) e nas propostas originadas dentro dessa concepção, tais como o Esquema de Sistematização da Área de ORC; a Estrutura de Conteúdos didáticos da área de ORC no Brasil, de Guimarães (2001); e a Estrutura de Organização das Comunicações do GT2 ENANCIB, proposto por Fujita (2008), procurou-se verificar a estrutura de organização dos conteúdos publicados nos artigos científicos do referido periódico. Tem-se, como ponto central, a análise das três categorias utilizadas pelos esquemas referenciados, a saber: 1) Fundamentos teóricos da ORC; 2) Organização do conhecimento; e 3) Representação do conhecimento (**Quadro 9**).

Ressalta-se que a leitura e a análise documental, centradas apenas no título e nas palavras-chave de modo geral, não possibilitam inferir se o estudo traz no seu bojo a discussão conceitual. Sendo assim, tornaram-se relevantes a leitura e a análise dos resumos, pertinentes à amostra de artigos coletados no corpo do periódico *The American Archivist* (2005-2010 – **Apêndice D; Apêndice E**). Assim, com base na análise documental dos elementos textuais (título, palavras-chave e resumo) e na análise dos próprios artigos, verificou-se que, do total de 56 artigos publicados, apenas 06 apresentaram uma preocupação explícita com a discussão dos termos e conceitos arquivísticos.

**Quadro 9:** Sistematização da área de Organização e representação do conhecimento com a inclusão do domínio de Arquivística

ESQUEMAS OC	CATEGORIA 01 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	CATEGORIA 02 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	CATEGORIA 03 REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO
<i>Esquemas de sistematização da área de Organização e Representação do Conhecimento (ORC)</i>	FUDAMENTOS TEÓRICOS e dimensões interdisciplinares de ORC (Epistemologia e interdisciplinaridade)	ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (processos de organização do com construção de instrumentos de organização)	REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO (aplicação de instrumentos) e produtos documentários
<i>Classification Scheme for Knowledge Organization Literature (DALBERG, 1993)</i>	<b>Fundamentos teóricos e problemas gerais de OC</b>	<b>2. Sistemas de classificação de tesouros. Estrutura e construção</b>  3. Metodologia classificação e indexação  4. Sistemas de classificação universais  5. Sistemas de classificações orientados a objetos (taxonomias)  6. Sistemas de classificação de assuntos específicos	<b>7. Representação do conhecimento</b> representação do conhecimento por linguagens e terminologia  <b>8. Indexação e classificação aplicadas</b>  <b>9. Ambiente organizacional do conhecimento</b>
<i>Estrutura de conteúdos didáticos da área de ORC no Brasil (GUIMARÃES, 2001).</i>	<b>1. Fundamentos de Organização e</b> dimensões interdisciplinares de ORC representação do conhecimento 1.1 Teoria da Comunicação (processos comunicativos) 1.2 Bases cognitivas do comportamento humano (processos de aquisição do	<b>2. Organização do Conhecimento</b> 2.1 Teoria da classificação 2.2 Teoria da Recuperação da informação (ciclo informacional) 2.3 Processos documentários 2.3.1 (Análise documental e identificação de conceitos) 2.3.2 síntese	<b>3. Representação do conhecimento</b> 3.1 linguagens documentais (sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos e tesouros). (Produtos documentários: resumos, índice e catálogo WEB).

	conhecimento) 1.3 Fundamentos da Linguística e terminologia 1.4 Conhecimento social e epistemologia do conhecimento 1.5 Ciência e método científico 1.6 fundamentos da lógica	documental (seleção de conceitos, condensação e representação documental).	
<b>Estrutura de Organização das comunicações do GT2 ENACIB (FUJITA, 2008)</b>	Fundamentos teóricos e dimensões interdisciplinares	2 Linguagens e perspectivas de Organização da informação: ontologias, taxonomias e aplicações.	3. Questões contextuais e dimensão social da área
<b>Estrutura de Organização dos conteúdos publicados nos artigos científicos do periódico THE AMERICAN ARCHIVIST (2005-2010)</b>	Fundamentos teóricos e dimensões interdisciplinares da ORC <u>Conceptualização</u> Princípio do Respeito aos fundos Ordem Original Proveniência documento Fundo, Arranjo, classificação e descrição arquivística.	<u>Processos arquivísticos</u> Classificação e arranjo Metodologia classificação e arranjo Gestão de documentos Avaliação	Representação da informação Descrição arquivística Normalização <b>Arquivos digitais</b> <b>Informação digital</b>  Recuperação Serviços de arquivos  Educação Memória em arquivos Profissional Minorias Preservação digital

**Fonte:** Elaboração da autora com base em Dahlberg (1993); Guimarães (2001); Fujita (2008).

Em face do exposto, esta primeira tentativa de estruturar a organização dos conteúdos científicos publicados no periódico citado, dentro do esquema de Dahlberg, apresentou alguns resultados parciais.

Ao reexaminar a relação dos 168 termos extraídos dos 56 artigos analisados, de modo a contextualizá-los nos esquemas utilizados para a estruturação da ORC dentro do escopo da ISKO, procurou-se fazer uma analogia entre a estrutura de organização dos conteúdos da área de ORC e a estrutura de organização dos



conteúdos científicos representados no periódico *American Archivist*, dentro do período analisado (**Quadro 9 e Apêndices**<sup>70</sup>).

Foi possível constatar que a organização desses artigos publicados pode ser estruturada com base nas três categorias: Fundamentos teóricos da ORC e dimensões interdisciplinares 2. Organização do conhecimento; e 3. Representação do Conhecimento.

Quanto à primeira categoria, que se refere aos Fundamentos teóricos da ORC, com base no pensamento de Dahlberg, pode-se afirmar que abrange a discussão das unidades de conhecimento, ou seja, os conceitos que fazem parte da sistematização do arcabouço teórico da Arquivística, tais como os princípios fundamentais de 'respeito aos fundos', 'ordem original' e 'proveniência', bem como os conceitos de arquivo, fundo e documento. Além disso, incluem-se também os conceitos teóricos que dizem respeito aos processos arquivísticos, como os de identificação, classificação e descrição, dentre outros.

A segunda categoria, Organização do Conhecimento, trata dos processos arquivísticos reconhecidos enquanto atividades desse fazer. No caso dos artigos analisados, a temática do arranjo (ou seja, da classificação) é um tema recorrente. Por outro lado, percebe-se forte presença dos conteúdos voltados à análise, organização e gestão dos documentos digitais, bem como os estudos voltados à preservação analógica e digital, em que se concentra a grande maioria dos artigos científicos publicados pela *The American Archivist* no período analisado. Isso demonstra que a questão da organização ainda preocupa e ocupa um lugar central no domínio da Arquivística.

A terceira categoria, Representação do Conhecimento, refere-se aos produtos e instrumentos, envolvendo diretamente os estudos que focam a descrição arquivística. Observa-se que essa questão da descrição vem ocupando espaço, sendo também tema recursivo nos artigos científicos investigados. Além disso, observa-se que alguns autores (MACNEIL, 2005; MEEHAN, 2009 – **Apêndice- E**) se preocupam em fazer uma discussão teórica mais aprofundada da questão da descrição. Apesar de esses estudos tratarem aspectos teóricos, metodológicos e práticos, visando à descrição da informação documental arquivística em sistemas

---

<sup>70</sup> Para um melhor entendimento acerca da coleta e análise dos dados ver **Apêndices (A, B,C,D,E)**

automatizados, eles, na sua grande maioria, não pontuam os produtos e instrumentos de descrição no formato tradicional, tais como guias, inventários e catálogos. Nessa categoria também se incluem os estudos investigativos de novas temáticas que antes não eram abordadas pela literatura tradicional, entre as quais “democracia e arquivos” (arquivos para todos), “perspectiva humana dos arquivos”, as “minorias e os arquivos” (reflexão sobre exclusão das minorias nos arquivos). Além dessas temáticas emergentes, verifica-se que a questão sobre a relação entre o conhecimento e os arquivos também vem sendo pontuada em alguns artigos.

Constata-se, portanto, que o esquema do CSKOL, idealizado por Dahlberg (1993, 2006), visando à Organização e Representação do Conhecimento dentro do escopo da ISKO, serve de instrumento para estruturar os conteúdos científicos publicados pela literatura arquivística no âmbito de sua comunidade acadêmica e profissional.

Além de servir como instrumento para organização e representação do conhecimento na Arquivística, o esquema facetado concebido por Dahlberg (1993, 2006) já aplicado por Garcia Marco (1999), Guimarães (2001) e Fujita (2008), poderá também ser visto como observatório daquilo que a área vem produzindo. Ao se analisarem os conteúdos com base nas três categorias, poder-se-ão criar novas interpretações acerca da identidade, não só da comunidade específica, mas do corpo teórico-metodológico e de suas práticas. Em face do exposto, esse processo se faz coerente com o desenvolvimento da Arquivística enquanto ciência, e com as necessidades reais dos cidadãos, que esperam que o arquivo cumpra a sua responsabilidade social em relação ao acesso às informações e ao conhecimento. Isso demanda reflexões profundas e, nessa trajetória, a Organização do Conhecimento e a Ciência da Informação, enquanto ciências interdisciplinares, são espaços abertos ao diálogo, via interlocução da Arquivística.

Conclui-se, então, que o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* é instrumento válido não só para classificar a literatura em Organização do Conhecimento, mas também para verificar qualitativamente a estrutura dos conteúdos publicados pela literatura da área de Organização e Representação do Conhecimento em cada domínio.

## 5.1 Resultados obtidos com o cotejamento entre a discussão teórica e a pesquisa empírica

A pesquisa do referencial teórico nos possibilitou compreender profundamente como se deu o processo de construção teórica metodológica da área, particularmente em relação à noção de arranjo ou classificação, que permeia as práticas de organização e representação no domínio da Arquivística.

Com base na análise do percurso histórico da área, pode-se afirmar com segurança que a história da Arquivística não tem sido edificada de um dia para o outro, mas ao longo de um processo histórico, em que as regulamentações criadas por arquivistas eruditos para orientar as práticas no interior dos arquivos estatais, ao serem adotadas em suas realidades, vão tomando forma de postulados e, desse modo, tornam possível a formulação dos princípios basilares da disciplina.

Assim, no final do século XIX, criaram-se as condições necessárias para o nascimento da Arquivística enquanto área do conhecimento decorrente de ricas camadas de ideias sobrepostas de pensadores individuais que, à luz das novas circunstâncias, procuram incansavelmente dar respostas aos problemas emergentes na realidade em que vivem.

De modo geral, a literatura reconhece que a proposta de Natalis de Wally (1841) e a do Manual dos arquivistas holandeses (1898) fornecem os primeiros fundamentos das regras e dos métodos de organização dos arquivos. Defende-se que, nesse rol de contribuições, não se pode deixar de reconhecer o papel que Max Lehmann e seus colegas arquivistas prussianos tiveram como protagonistas das bases teóricas da Arquivística. De acordo com o princípio do *respect des fonds* – os arquivos ou fundos de arquivos não devem jamais misturar-se com o de outra procedência diferente, uma vez que o princípio da proveniência estabelece que os documentos de cada arquivo ou fundo de arquivo devem manter a classificação e a ordem que a própria instituição lhes deu na sua origem, isto é, devem refletir a organização interna de cada instituição.

A principal contribuição dos arquivistas holandeses está no fato de eles conseguirem articular o estudo sobre a natureza dos arquivos com a sua respectiva organização e a descrição a partir do princípio da proveniência. Portanto, a regulamentação criada por Max Lehmann (1881) e o manual dos arquivistas holandeses representaram um grande avanço para a construção teórica e prática da

Arquivística enquanto disciplina. Com a publicação desse manual institucionaliza-se a Arquivística.

Em face do exposto na segunda parte do capítulo, entende-se que as correntes revisionistas (integrada, funcional e pós-custodial), de uma forma ou de outra, à medida que expõem os “nós” do arcabouço teórico e metodológico da Arquivística, trazem para a superfície a discussão das causas e efeitos que levam a comunidade como um todo a olhar para o próprio *corpus* da área, com viés mais questionador. Não há, portanto, um consenso sobre a mudança paradigmática na Arquivística. Esse é um discurso que se contextualiza dentro de comunidades específicas, envolvidas com discussões às vezes ainda não reconhecidas pelos seus pares.

A corrente de pensamento da Arquivística funcional canadense defende novas reformulações a serem incorporadas pela área. Os estudos publicados por Terry Cook (2001) e Tom Nesmith (2005) pontuam que as alterações serão realizadas na reformulação de conceitos nucleares da área: proveniência; ordem original; documento; fundo; arranjo e descrição; avaliação; preservação e arquivamento.

Ao aprofundar a discussão em torno da proveniência, os estudiosos (HORSMAN, 2002; MILLAR, 2002; NESMITH, 2005) assumem que a busca do fundo é a chave para a proveniência, visando à sua aplicação, com base na compreensão da história do criador, na história dos documentos, bem como nas descrições das estruturas funcionais (externas e internas). Assim, a acepção de fundo, elaborada pela corrente funcional, traz como elemento novo a investigação da “história dos documentos” e a “narrativa das múltiplas relações de criação e uso” das informações. Na verdade, o conceito funcional vem complementar o antigo conceito de fundo.

Verificou-se que a dimensão do conhecimento e do fazer arquivístico passa necessariamente pela discussão das funções do arquivo, abalizada pelas intervenções do trabalho do arquivista.

A partir das pesquisas efetuadas e tendo em vista as abordagens feitas pelos autores em diferentes fontes, englobando a Arquivística internacional e nacional, verifica-se que a identificação pode ser conceituada como a primeira fase de tratamento arquivístico, de cunho intelectual, consistindo na investigação e na

sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo.

A classificação é entendida como um processo intelectual e físico, que visa ao estabelecimento de categorias ou classes que refletem a estrutura orgânica e /ou funcional do fundo. A organização dos documentos em categorias ou classes é realizada de acordo com um esquema que as identifica, distingue e as relaciona. A classificação compreende as fases da ordenação e do arquivamento entendidas como atividades físicas inerentes ao processo de classificação dos documentos.

Conceitua-se a descrição arquivística como processo intelectual e físico que consiste na representação precisa dos conteúdos informacionais de uma unidade documental no nível de fundo, grupo, série ou item documental, com base nos resultados da identificação, organização, ou na análise documental dos documentos em particular, de modo a identificar , gerir , localizar e explicar o contexto de criação das informações documentais arquivísticas.

Com base na análise dos abstracts dos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria*, e *Archival Science* verificou-se que os estudos publicados entre 2005-2010 não abordam a temática da identificação enquanto função arquivística. Entretanto a validade da função da identificação vem sendo demonstrada nos estudos realizados pela comunidade arquivística espanhola e de outros países latino-americanos, inclusive no Brasil. Nesse espaço geográfico, vem se reafirmando que, no processo de tratamento arquivístico visando à organização e à descrição dos fundos, a identificação é primeira operação de intervenção realizada pelo arquivista com o objetivo de produzir informações sobre o fundo e seu criador. Nela se analisa a documentação jurídico-administrativa e histórica com a finalidade de reconstruir a história do sujeito produtor e da documentação produzida e acumulada no exercício de suas funções. Nesse processo se pressupõe a identificação das tipologias documentais, que consiste em um estudo minucioso dos documentos visando definir as séries documentais do fundo analisado.

A análise documental é realizada durante a identificação com base nos princípios teóricos da Arquivística (proveniência) e no referencial teórico da Diplomática contemporânea, na qual se investigam a forma e conteúdo dos documentos, a partir de seus atributos intrínsecos e extrínsecos (DURANTI, 1995). Nesse sentido se reconhece que a identificação compreende análise documental dos caracteres internos e externos dos documentos (HEREDIA HERRERA, 1991; LA

TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO Y BENITO, 2000; BELLOTTO, 2002a, 2004; RODRIGUES, 2008).

Constata-se que a metodologia da identificação, quando aplicada adequadamente, fornece a objetividade necessária ao labor do arquivista, ao mesmo tempo em que também favorece a construção da lógica teórico-metodológica a ser aplicada ao processo de tratamento documental. Nessa fase, verifica-se que a reflexão teórica caminha em paralelo com o saber prático e, embora tenda a diminuir o caráter empírico do método, não o elimina já que este é inerente à própria constituição do arcabouço teórico e metodológico da Arquivística enquanto ciência positivista.

Em geral, os artigos dos periódicos investigados e os publicados nos periódicos *Archivaria*, *The American Archivist* e *Archival Science* tendem a analisar a questão da classificação vinculada à descrição. Essa tendência demonstra que, na arquivística atual, classificação e descrição passam a ser reconhecidas como dois conceitos indissociáveis.

Apesar dos grandes avanços alcançados pela teoria e pela prática Arquivística nesses últimos 30 anos, ela é uma ciência em construção que, desde os anos 80, vem fazendo esforços enormes para compreender e resolver suas lacunas na esfera do conhecimento teórico e prático. Ao se analisar o processo de tratamento documental arquivístico, verifica-se que a classificação e a descrição, consideradas duas funções matriciais do fazer e saber arquivístico, ainda se prendem aos aspectos da organização e da representação física dos documentos. Em outras palavras, a área demorou a perceber que era preciso discutir seus conceitos e refletir sobre seus processos e produtos para poder avançar enquanto área do conhecimento.

O estudioso brasileiro, Renato Tarcísio B. Sousa (2007), dedicado à temática da Classificação arquivística, parte do pressuposto de que arcabouço teórico da Arquivística, formulado para uma realidade do século XIX, não consegue equacionar problemas relativos à organização das informações, de modo a atender às demandas dos cidadãos. Entende que a resolução desse problema passa pela construção de um diálogo entre a Arquivística e outras áreas do saber, dentre elas, a Organização do Conhecimento e Ciência da informação, pois assim se poderia constituir um novo marco referencial para o tratamento da classificação de documentos arquivísticos.

Corroborando essa ideia do autor, assumimos o desafio de investigar a possibilidade da constituição de relações interdisciplinares entre a Arquivística e área de Organização do Conhecimento, visando ao aprofundamento teórico e metodológico da organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística, entendida como espaço da classificação e da descrição documental no universo dos arquivos. Entende-se que, a partir de um estudo reflexivo, poder-se-á compreender a relação entre concepções epistemológicas e posturas teóricas e metodológicas adotadas no universo dos arquivos e na Arquivística enquanto área do saber.

Acrescenta-se que a compreensão da classificação e da descrição arquivística precisa explorar os aportes teóricos da pesquisa básica que discute a temática da classificação e da representação documental, no âmbito da área de Organização do Conhecimento, na qual se incluem os estudos que vêm sendo desenvolvidos pela Biblioteconomia e Ciência da Informação BCI (BARITÉ, 2001; HJORLAND, 2003; GUIMARÃES; FUJITA, 2008). Entende-se, pois, que esses estudos poderão contribuir para o desenvolvimento de um referencial teórico epistemológico que apreenda a classificação arquivística, a partir de um novo olhar, à luz da Teoria da Classificação e da Terminologia.

No que tange à descrição arquivística, entende-se que seria pertinente se considerarem os aportes teóricos da análise documental que vem se desenvolvendo com sucesso nas áreas de BCI, já que ela poderá fornecer elementos para se compreender a representação dos conteúdos informacionais no âmbito dos arquivos. Esse último aspecto é defendido por Smit (2003) por considerar que a análise documentária é um dos pontos de convergência disciplinar entre a Arquivística e o campo da Ciência da informação.

Na acepção de Japiassu (1976), um dos grandes méritos da pesquisa interdisciplinar reside no fato de ela contribuir para superar o dualismo bastante persistente entre o que se convencionou denominar de pesquisa teórica e pesquisa aplicada. De acordo com essa concepção, em um projeto interdisciplinar não é possível separar conhecimento teórico das aplicações práticas. Nas relações interdisciplinares, os conhecimentos teórico e prático se complementam e se equivalem (JAPIASSU, 1976, p. 87-88). Assim, no entender do autor, a complementaridade é o terreno sólido em que se estabelecem modos para se

encontrarem soluções para o velho conflito entre a vocação teórica de algumas disciplinas desinteressadas e/ ou contemplativas e o apelo à ação prática.

Apesar de a Arquivística, ao longo da sua história, ter-se dedicado a organizar e a representar o conhecimento registrado, os estudiosos dessa área, em geral, centram o olhar para dentro da própria disciplina, esquecendo-se de que é possível ampliar a visão desde que se invista nas relações disciplinares com outras áreas do conhecimento que, de algum modo, possam oferecer subsídios teóricos para a compreensão da organização e representação do conhecimento.

Defende-se que, no caso da Arquivística, estudos desenvolvidos dentro da área de Organização do Conhecimento, em teoria, podem ajudar as disciplinas que estudam os processos, instrumentos e produtos relacionados à classificação e à descrição arquivística.

A discussão realizada pelos estudos de Ingetraut Dahlberg (2006), Barité (2001) e Birger Hjørland (1994) deixa clara a relevância da Organização e da Representação do conhecimento no campo da Ciência da Informação e no da Biblioteconomia.

A Organização do Conhecimento e a Ciência da Informação são áreas de natureza interdisciplinar, preocupadas com o desenvolvimento de pesquisa básica, constituindo-se como espaços de interlocução para as disciplinas da árvore genealógica das ciências da informação dedicadas à pesquisa aplicada, tais como a Arquivística, a Biblioteconomia e a Museologia.

Por analogia, entende-se que os estudos de Arquivística também se inserem no contexto da organização e da representação do conhecimento porque as atividades objetivadas nos arquivos remetem ao tratamento documental, sobretudo à classificação, enquanto atividade de organizar o conhecimento, e à descrição das informações registradas, enquanto atividade objetiva e subjetiva da representação do conhecimento registrado. Nesse caso, reforça-se a perspectiva da Organização e da Representação do Conhecimento por fornecer contributos para se avançar nesta questão.

A organização do conhecimento é uma área interdisciplinar de amplo espectro, que tem dentre os seus objetivos fornecer suporte teórico, epistemológico e metodológico, principalmente para as áreas de arquivística, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Conforme estudos de Dahlberg (1993, 2006), Hjørland (2003, 2008), Gnoli (2008), Guimarães (2001, 2008), a Organização do



Conhecimento se preocupa com o desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada circunscrita às problemáticas relacionadas aos processos de organização e representação do conhecimento, com foco nos processos, instrumentos, produtos (GUIMARÃES, 2001). Com base nos conceitos de organização e representação do conhecimento, discutidos no Capítulo 3, a atividade de organização nos arquivos compreende os processos de identificação e classificação, enquanto a atividade de representar refere-se à descrição arquivística. Nesse sentido, entende-se que os produtos da Identificação correspondem a um quadro no qual são identificadas as séries do fundo, ao passo que os produtos da classificação levam à construção do quadro de classificação, reconhecido como primeiro instrumento de pesquisa dos arquivos. Os produtos decorrentes da descrição constituem a elaboração de instrumentos de pesquisa. Portanto, na organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística, identificam-se elementos teóricos que são abordados tanto pela área de Organização do Conhecimento como pela Biblioteconomia e Ciência da informação.

As disciplinas Arquivística, Biblioteconomia e Museologia, reconhecidas como ciências sociais aplicadas, focadas em problemas práticos dos arquivos, bibliotecas e museus, desenvolveram-se à margem da pesquisa básica. Assim, como Japiassu (1976), entende-se que a prática não se reduz a um conjunto de procedimentos ou de receitas prontas, nem pode limitar-se à execução “de conhecimentos pré-fabricados”. A prática também amplia as perspectivas das probabilidades do possível. Observa-se que a Biblioteconomia vem fazendo alianças promissoras com a Ciência da Informação.

Conforme foi demonstrado no capítulo 3, a área de Organização do Conhecimento, para se referir a ambas as áreas, usa uma só expressão, denominando-as de “Biblioteconomia e Ciência da Informação” – BCI (HJORLAND, 2003). Isso evidencia que há interação interdisciplinar entre essas áreas.

Sobre a questão de como fica a Arquivística se ela vier a constituir relações interdisciplinares com a área de Organização do Conhecimento, entendemos que a Arquivística como área da CI possui seu próprio domínio, com fundamentos teóricos distintos que se aplicam ao tratamento de conjuntos documentais, visando à sua identificação, organização, representação, recuperação e acesso às informações de um fundo documental. Entretanto carece de alianças colaborativas como outras áreas que discutem problemas convergentes.

O fenômeno interdisciplinar, para Japiassu (1976), possui uma origem dupla: uma interna, relativa ao remanejamento geral das ciências em virtude do seu progresso e de sua organização e outra, externa, evidenciada pela mobilização intensa dos saberes convergindo para uma ação. No entender do autor, a questão interdisciplinar advirá da cooperação das várias disciplinas científicas no exame de um mesmo e único objeto. Conforme os estudiosos da Arquivística, no Brasil, Jardim e Fonseca (1998, p. 369):

O esforço interdisciplinar inerente a Ciência da Informação vem apostando nas vantagens da harmonização entre conhecimentos informacionais e políticas de gestão institucional. Tais esforços têm como objetivo favorecer o usuário no processo de transferência da informação seja ela de natureza, arquivística, biblioteconômica ou museológica, no âmbito de um espaço documental tradicional ou virtual.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação e as transformações sociais, “[...] evidencia-se algo que sempre existiu, mas que não era percebido: a distinção (e até possibilidade de separação física) entre a informação e o suporte” (RIBEIRO, 2005, p. 9). No entender da autora, essa simples evidência, em termos ontológicos, converte a informação em objeto de estudo, colocando em questão o conceito de documento, concebido como objeto estático do labor profissional das bibliotecas e do arquivo.

Neste ponto, a corrente pós-custodial se aproxima da noção de documento presente na abordagem da arquivística integrada que ajuíza o conceito de objeto da Arquivística sendo a informação. Embora o conceito de informação, apresentado por ambas, apresentem elementos distintos, eles não são opostos ou contraditórios. Essas duas correntes, a pós-custodial e a integrada, também pontuam a necessidade da construção de novas relações interdisciplinares entre a Arquivística e o campo da Ciência da Informação, com outras áreas do conhecimento.

Apesar disso, na comunidade arquivística internacional e nacional ainda não existe um consenso sobre essa posição teórico-epistemológica. Trata-se de um tema novo ainda em debate e, apesar de sua relevância para a construção, poucos são os que colocam como desafio o estudo dessa temática. Defende-se que a discussão acerca do objeto é essencial para a compreensão da organização e da representação do conhecimento registradas no domínio da Arquivística enquanto área do campo da Ciência da Informação.

Para Blanca Rodríguez Bravo (2002, p. 48-49), na Ciência da Informação a aproximação pragmática do conceito de informação faz-se presente nos estudos que centram seu foco nos aspectos que mais interessam - a documentação e a informação registrada, - o que a converte em algo material, e a informação como processo. A autora reconhece que a noção de “informação como coisa”, “informação como processo”, “informação conhecimento” (BUCKLAND, 1991, p. 351-357) é pertinente para se compreender a subjetividade da informação enquanto objeto de estudo.

Na “Era da informação”, o conceito de documento passa assumir a acepção defendida por Michael K. Buckland, a partir da qual se pode compreender o documento de arquivo, como objeto tangível e intangível (BUCKLAND, 1991, p. 352). Em sua concepção, a “informação como coisa” (information as thing) é vista a partir de sua materialidade, tais como dados, documentos, textos, objetos e eventos, cuja qualidade é informar. A noção de informação vincula-se ao objeto que contém em si a informação, tais como os documentos tratados pelos arquivos, bibliotecas e museus.

A informação como processo se refere à ação de informar, comunicar conhecimento, notícia, fatos ou eventos. A acepção de “informação como conhecimento” (BUCKLAND, 1991, p. 351) pressupõe a existência de um processo de comunicação da informação (tema, ou acontecimento), e um sujeito receptor que, ao receber a informação, poderá processá-la em um conhecimento novo. No caso das informações arquivísticas, a construção da informação se faz presente durante todos os processos intelectuais e físicos de identificação e classificação e representação.

Ao elaborar o quadro de classificação, o arquivista representa graficamente os níveis de organização dos fundos. Essa informação é necessária para a consolidação do processo de identificação e ordenamento dos documentos nos respectivos agrupamentos documentais. O quadro de classificação é o primeiro instrumento de pesquisa do arquivo, isto é, a partir dele pode-se planejar a organização e a representação dos documentos de um fundo. Assim, na concepção de Buckland (1991) o documento é objeto tangível de informação, mas, como conhecimento, é intangível, por não se poder medir o conhecimento (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p. 49). Assim, para comunicar as informações, os arquivos,

bibliotecas e museus precisam descrevê-las e representá-las, de modo objetivo, em um texto ou em outro formato de comunicação.

Então, acredita-se que o conceito de informação de Buckland (1991), que vem sendo introduzido na Arquivística, seja relevante para se compreender a relação entre os conceitos documento/informação e a relação entre os conceitos informação/conhecimento. Apesar de esse conceito não se referir à informação orgânica, ele demarca a face tangível e a intangível da informação registrada presentemente nos arquivos. Por outro lado, também demonstra que a Arquivística, mesmo que timidamente, vem abrindo espaço na agenda para dialogar com campo da Ciência da Informação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecer as considerações finais deste longo e complexo percurso investigativo, faz-se necessário o resgate dos elementos que nos serviram como ponto de partida e de chegada, ou seja, a tese, a proposição e os objetivos específicos que orientaram esta proposta de estudo.

Torna-se importante retomar que a temática desta pesquisa - organização e a representação do conhecimento no domínio da Arquivística - originou-se de um problema constatado no estudo publicado por Fujita (2008), no qual ela analisa os aspectos teóricos e conceituais dos 94 trabalhos apresentados no GT2, do ENANCIB, no período entre 2005 a 2007, contextualizados dentro escopo de sistematização da área Organização e Representação do Conhecimento (ORC). Verificou-se a seguinte distribuição dos estudos: na Organização do Conhecimento (54,25%); seguida pela Representação do Conhecimento (24,46%). Os restantes 21,29% são dedicados a Fundamentos Teóricos e Dimensões Interdisciplinares de ORC. A estudiosa verifica que a qualidade e a quantidade das pesquisas comprovam os progressos da ORC no universo da Ciência da Informação que se desenvolve no Brasil. Neste mesmo ensaio, a autora diz:

É preciso pensar na pertinência dos temas relacionados a Museus e Arquivos que tratam da memória e do patrimônio, para que pesquisadores possam participar do ENANCIB, a exemplo dos trabalhos apresentados em 2007, muito embora as práticas e as teorias de organização e representação do conhecimento tenham sido formuladas nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. (FUJITA, 2008,).

Constatou-se neste estudo que, embora a Biblioteconomia e a Ciência da Informação já possuam seus espaços demarcados dentro dos desígnios da ISKO, a Arquivística e a Museologia ainda se posicionam à margem desse espaço<sup>71</sup>. Com base nos estudos que analisam a literatura científica apresentada no Grupo

---

<sup>71</sup>Entretanto, a partir do X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB (2009), realizado na cidade de João Pessoa, foi instituído o Grupo de Trabalho 9 (GT9), cuja temática abrange Museu, Patrimônio e Informação e aborda a análise das relações entre eles, sob múltiplas perspectivas teóricas e práticas. Ver: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/xenancib/?pagina=sobre>>. Acesso em: 12 maio 2012.

Temático 2 (GT2)<sup>72</sup> durante os quatro eventos do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, realizados entre 2005 e 2009, verificou-se uma quase imperceptível participação da Arquivística<sup>73</sup>. Entende-se que a carência de estudos arquivísticos interessados no GT2, nesse período recortado para análise, pode ser considerado um dos fatores, mas não o único que impede a Arquivística de investir na construção de um diálogo com a área de Organização e Representação do Conhecimento. Assim, elegeu-se como questão principal: “A discussão acerca da organização e representação do conhecimento, tal como vem sendo desenvolvida pelos estudiosos do campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, possui relevância teórica e metodológica para a organização e a representação do conhecimento no domínio da Arquivística”?

Desde o início do levantamento do referencial teórico, observou-se que o tema “organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística”, não era contemplado nem pela literatura arquivística, nem pela Organização do Conhecimento. Entretanto, esse fato não foi visto como obstáculo, mas como um desafio a ser superado. Então, com apoio da orientadora, delineou-se uma proposta de estudo cuja tese é a necessidade de se compreender a temática da organização e da representação do conhecimento que converge para a reflexão teórica e metodológica da classificação e descrição no próprio corpus da Arquivística. Diante desse desafio, elegeu-se a proposição de investigar os fundamentos teóricos e metodológicos nos quais se circunscrevem a organização e a representação do conhecimento no domínio da Arquivística atual com enfoque para seus processos de identificação, classificação e descrição. A consecução dessa proposta orientou-se pelos objetivos específicos: 1. Discutir os fundamentos teóricos da Arquivística e o seu processo de tratamento documental; 2. Investigar os contributos da Organização do Conhecimento dentro do escopo da ISKO com base na *Classification Scheme for*

---

<sup>72</sup> Grupo Temático 2 (GT2), relacionado a Organização e Representação do Conhecimento contempla pesquisas que fazem uma abordagem teórica, metodológica e prática inerentes à organização e à preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado em ambiências informacionais, tais como arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional. Consultar página do ENANCIB disponível em: <<http://www.enancib2012.iciict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 12 maio 2012.

<sup>73</sup> Conforme já citado, Alvarenga e Silva (2010, p. 53), ao analisarem a literatura apresentada no GT2: Organização e Representação do Conhecimento, do ENANCIB (2009), constataram que, dentre os 54 trabalhos apresentados no referido grupo temático, apenas um era da área de Arquivística.

*Knowledge Organization Literature* (CSKOL), na concepção de Dahlberg para a organização e representação do conhecimento no domínio da Arquivística; 3. Investigar termos e conceitos utilizados nos artigos publicados nos periódicos *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*, entre 2005 e 2010, visando fornecer subsídios para a organização do conhecimento no domínio da arquivística, com base no Classification Scheme for Knowledge Organization Literature (CSKOL).

É importante esclarecer que o desenvolvimento deste estudo se circunscreve dentro da teoria arquivística e dos pressupostos teóricos da área de Organização do Conhecimento.

Na concepção de conhecimento defendida por Hjørland (2003, 2008), o significado de Organização do Conhecimento, em Biblioteconomia e Ciência da Informação, compreende um sentido amplo e um sentido restrito. Este último se vincula às atividades de classificação, descrição e indexação de documentos. No sentido amplo, a Organização do Conhecimento preocupa-se em compreender como esse conhecimento é socialmente organizado. Foi com base nessa aceção de conhecimento que se deu todo o percurso investigativo.

A frase de Terry Cook (1997) “o passado é prólogo” indica que não se pode transformar o presente sem conhecer o passado. Esta questão é recorrente nos estudos que analisamos, sendo um ponto em comum entre as três correntes de pensamento: Arquivística integrada, Arquivística funcional, Arquivística pós-custodial. Nesta última, denomina-se análise diacrônica ou retrospectiva, que fundamenta os estudos de Silva e Ribeiro. Outro ponto em comum entre as três correntes de pensamento funda-se na necessidade da construção de um novo marco teórico para a Arquivística. A corrente de pensamento funcional deteve-se na revisão dos princípios e conceitos fundamentais da Arquivística, enquanto na Arquivística pós-custodial se aprofundou na busca de um modelo pós-custodial, informacional e científico. Os pressupostos teórico-epistemológicos de Oddo Bucci, utilizados pela análise funcional de Terry Cook, são essenciais para compreendermos o constructo que fundamenta a discussão da dimensão científica e social do “novo” paradigma da Arquivística.

A partir da discussão empreendida nos capítulos 2, 3, e 5, entende-se que a discussão da informação na área da arquivística pressupõe não só o reconhecimento de um novo objeto de estudo e de trabalho da área, mas também implica a construção de relações interdisciplinares, particularmente no campo da

Ciência da informação, dedicado a investigar as propriedades da informação registrada, bem como os processos de organização, representação, recuperação e acesso às informações. Por outro lado, constatou-se que a área de Organização do Conhecimento é um espaço fomentador de pesquisa básica e aplicada por defender-se que estudos futuros poderão explorar essa perspectiva interdisciplinar da área, tendo em vista a necessidade de se compreender como poderão ser formuladas as parcerias entre ambas, de forma que essa grande área possa acolher, de forma positiva e proveitosa, os estudos sobre a organização do conhecimento no domínio da Arquivística atual.

O conceito nuclear do princípio da proveniência foi reafirmado pela discussão crítica da Arquivística norte-americana e canadense. Quanto aos demais conceitos, tais como o de documento, de fundo, de classificação e de descrição, ressalta-se, eles merecem discussões profundas. Se na realidade canadense as mudanças conceituais começam a ser evidenciadas, elas estão condicionadas ao próprio movimento da Arquivística naquela realidade. Então, infere-se que a revisão conceitual é necessária, mas a alteração de conceitos está diametralmente ligada à postura epistemológica adotada pela comunidade que produz e legitima o conhecimento numa dada realidade. Neste momento de reflexões, os arquivistas vivem o paradoxo de poder escolher dentre várias posturas, mas não testemunhar o consenso social em sua realidade. Isso porque a natureza descritiva própria do conhecimento sistematizado representada nos manuais que procurava manter “o consenso” acerca do conhecimento socializado pela área hoje vêm assumindo uma postura teórico-reflexiva onde se moldam diferentes concepções.

A partir dessa análise, verificou-se que o sentido amplo do conhecimento arquivístico, há pelo menos trinta anos, vem procurando resolver suas lacunas teórica e metodológica. Nesse sentido, é possível compreender este momento singular na história da área, marcado pela revisitação crítica seus próprios enunciados fundamentais, tais como o da proveniência, da ordem original, de documento. No processo em curso, os conceitos de classificação e descrição estão sendo revisados e alterados, tendo em vista a necessidade de sua atualização para a consolidação do corpo teórico e metodológico da Arquivística.

Entende-se que a própria sistematização dos fundamentos da disciplina tem refletido na construção de uma terminologia que, à sombra das práticas contextualizadas em determinadas realidades, acabou tendo repercussões teóricas



e profissionais. No caso da classificação, o uso de termos distintos para se referir ao mesmo objeto levou à dicotomia entre os arquivos correntes e os arquivos permanentes e, com isso, criou-se também uma concepção fragmentada da arquivística. Nos Estados Unidos da América, no âmbito dos arquivos, criaram-se profissões distintas. De um lado, os gestores de documentos dedicados aos arquivos correntes e, de outro, os arquivistas, profissionais que atuam nos arquivos definitivos ou permanentes.

Constata-se que a construção da noção de classificação orgânica, típica dos arquivos, foi construída com base na inferência empírica dos arquivistas, cuja prática visa à reconstrução da proveniência, via pesquisa retrospectiva da história da acumulação; na análise da documentação, que versa sobre história jurídico-administrativa da entidade, pessoa ou familiar que a produziu e/ou acumulou a documentação; no estudo do organograma institucional; no estudo das funções e atividades e, por fim, na análise minuciosa das tipologias documentais.

No mundo globalizado, as empresas, principalmente as instituições privadas, não estão estruturadas dentro de um modelo de organização hierárquica, mas em modelos horizontalizados, cujos quadros se desenham em outros formatos, como os de células. Os teóricos da arquivística vêm reconhecendo, aos poucos, que não é mais possível aplicar o princípio da “ordem original” (DUCHEIN, 1988; COOK, 1997; ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA et al., 2002; NESMITH, 2005). Por outro lado, os estudos da arquivística, que vêm se desenvolvendo pelos teóricos da arquivística funcional canadense e norte-americana, vêm provendo avanços significativos, ao reafirmarem a validade do princípio da proveniência, tido como fundamento básico dos arquivos e da Arquivística (COOK, 1997; NESMITH, 2005).

Apesar de a classificação ser considerada inicialmente uma atividade empírica, sua representação conceitual exigiu a construção de categorias lógicas que possibilitassem a divisão do fundo (conjunto) em categorias ou classes, representadas em um plano de classificação de forma hierarquizada em grupos, subgrupos e séries, nas quais se resguardam a organicidade dos documentos de arquivos.

Michel Foucault, na obra *Arqueologia do saber* (2009), ao se referir aos discursos enunciativos institucionalizados pelas práticas personificadas na especificidade, infere que elas podem ser compreendidas a partir do arquivo já que ele é tido como espaço por excelência onde os discursos são moldados. Assim, no

seu entender, o arquivo foi e ainda é responsável pela institucionalização de um saber. Fazendo-se uma analogia entre o pensamento do autor e o saber arquivístico, a partir do que ele denomina de “processo de institucionalização do saber”, no qual as regularidades dos enunciados são, ao mesmo tempo, ocultas e visíveis, pode-se compreender como a regularidade de princípios teórico-metodológicos, procedimentos e técnicas aplicadas no arquivo desde o final do século XIX permanecem válidas até nossos dias. Entende-se que é esse ponto, em que se abriga a inércia da teoria e da prática, que, até pouco tempo, aprisionava a própria mudança em curso do saber arquivístico.

Em outras palavras, nesse estudo foi possível verificar que, desde meados da década de 1980, o aprofundamento teórico na Arquivística deu-se em decorrência das mudanças sociais, tecnológicas e das reflexões científicas, no interior da área e fora dela. Isso tem resultado na revisitação crítica de seus conceitos. Os vínculos dos conceitos de documento, proveniência, ordem original, classificação e descrição arquivística com o passado enunciativo de sua institucionalização permanecem latentes e visíveis na regularidade dos princípios teóricos da Arquivística, tais como o da proveniência, que foi reafirmado recentemente como válido porque dele emana toda a estruturação do saber arquivístico. A teoria, a metodologia e os procedimentos técnicos dos processos arquivísticos de identificação, descrição e classificação fundam-se nesse princípio máximo da área.

Com base nessa concepção, é possível compreender como o saber prático torna-se institucionalizado com uma função enunciativa. Isso implica rever como são criados os conceitos no universo dos arquivos. Um bom exemplo que podemos citar aqui é a nova função da identificação, formulada pela comunidade arquivística espanhola. A função da identificação só foi reconhecida como uma função arquivística porque seu conceito enunciativo resguarda-se na permanência do conceito de proveniência, na identificação do fundo, do sujeito produtor e da documentação produzida e acumulada, que, por si só, justificam sua institucionalização; por outro lado, a revisão conceitual também se dá sobre as próprias bases da Arquivística e seu elo com a institucionalização e com o passado que precisa ser mantido a qualquer custo, caso contrário, o saber é destituído de sua função institucional para o arquivo e para a sociedade.

Portanto, o conceito de identificação foi incorporado pela realidade espanhola e latino-americana, porque se trata de um enunciado construído sempre com base

na experimentação prática e combinado com estudos que levam em conta princípios fundamentais do tratamento arquivístico, tendo em vista a classificação e a descrição dos documentos. Com base na pesquisa empírica observou-se que a literatura norte-americana e canadense publicada nos periódicos investigados não cita, nem se refere à identificação como função arquivística ou como saber institucionalizado. Por outro lado, as experiências arquivísticas publicadas no periódico *Archivaria*, no qual se publicam estudos e experiências da realidade canadense dentro da abordagem da arquivística integrada e, particularmente, da arquivística funcional, verifica-se que na questão da revisitação crítica houve muitos avanços importantes tal como a questão da avaliação dos documentos a partir de sua função que é uma temática estudada e experimentada pelas comunidades arquivísticas do Canadá, Austrália e Holanda. Entretanto, esse conhecimento ainda não foi investigado a fundo pela comunidade arquivística brasileira e espanhola.

Os teóricos da Arquivística precisam reconhecer o que está acontecendo além de suas fronteiras, ou seja, onde está sendo revisitado, discutido e reformulado o conhecimento arquivístico. Apesar da globalização e do acesso às novas tecnologias de comunicação e informação, há barreiras<sup>74</sup> se impondo entre o profissional de arquivos e os conhecimentos de vanguarda publicados pelos periódicos investigados e que hoje se constituem em um grande celeiro de sistematização e de discussão do conhecimento da arquivística na atualidade. Recomenda-se que, em pesquisas futuras, investiguem-se por que a comunidade arquivística latino-americana e espanhola está afastada dessa discussão já que se observa não haver publicações a respeito dela nesses periódicos.

Observa-se que os estudos sobre a classificação arquivística ainda se ancoram na tradição arquivística, enquanto os estudos que discutem a temática da descrição tendem a buscar aportes teóricos na produção científica publicada depois dos anos de 1980. Além disso, a produção científica que floresce nos contextos norte-americano e canadense demonstram preocupações para com o aprofundamento da questão da descrição arquivística tendo em vista a necessidade de se garantir aos cidadãos o acesso às suas informações. Nestas comunidades

---

<sup>74</sup> A língua (no, caso a inglesa) é uma barreira que pode ser facilmente superada, entretanto, entende-se que o grande obstáculo a ser desafiado é a própria resistência cultural imposta pela tradição arquivística que se nega a rever conceitos e posturas cristalizadas.

vêm crescendo o número de publicações de artigos que tratam da descrição arquivística e dos arquivos digitais.

A publicação das normas de descrição internacionais e nacionais vem influenciando a constituição do conceito de descrição arquivística, inclusive no Brasil. Embora a temática da classificação venha se constituindo em um dos temas cruciais dos arquivos, o estudo das normas de descrição internacionais, tais como: a ISAAR (CPF), norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004); a ISDF: norma internacional para descrição de funções (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008); a ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009), são normas ainda não exploradas pela comunidade arquivística nacional.

Considerando a importância desse conjunto de normas para a representação adequada da informação arquivística em sistemas automatizados, bem como para o acesso compartilhado da informação, entende-se que os cursos universitários e profissionais de arquivos deveriam discutir e investigar a aplicação dessas normas no processo de tratamento arquivístico, tendo em vista a necessidade de a instituição arquivo cumprir com sua função social em relação ao acesso social à informação e ao conhecimento.

No terceiro capítulo, ao se analisar o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (DAHLBERG, 1993, 2006), a proposta de Guimarães (2001) para a sistematização dos conteúdos didáticos da área de ORC no Brasil e a proposta de Fujita (2008), acerca da estrutura de todos os conteúdos didáticos da área de Organização e Representação do Conhecimento, no Brasil, em que sistematiza a estrutura de organização das comunicações orais de trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 2 – Organização e representação do conhecimento, no VIII ENANCIB, além de atenderem aos nossos propósitos, hão de ser consideradas.

Embora a Arquivística esteja próxima às áreas investigadas, ela não é contemplada no *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature*. O esquema de classificação da literatura em Organização do Conhecimento, de Dahlberg, é um sistema singular de classificação voltado para classificação bibliográfica da área de OC e da ORC e, apesar de servir de instrumento para

qualquer domínio, não pode ser aplicado em uma dada realidade sem reflexão ou adequações. Para se efetuar uma análise consistente da estrutura dos conteúdos didáticos da ORC no domínio da Arquivística é necessário que se investiguem, na literatura, os conteúdos que se encaixam nos três núcleos básicos (Fundamentos teóricos da ORC, Organização do Conhecimento e Representação do Conhecimento), correspondentes às três divisões que fundamentam a sistematização da área de OC.

Portanto, o sentido amplo da Organização do Conhecimento, na Arquivística, diz respeito à construção do seu próprio corpo teórico, enquanto área que possui objeto, método e um campo de atuação. Assim, no sentido amplo, esse conhecimento preocupa-se em compreender, em última instância, como se deu o processo de organização do conhecimento no domínio da Arquivística. Esse aspecto é fundamental para se compreenderem as bases teóricas e metodológicas da noção de conhecimento em sentido restrito. Entende-se que, no caso da Arquivística, refere-se às atividades de classificar e descrever, entendidas como processo intelectual e físico, ou seja, esse “ato” não é apenas técnico, mas também envolve a reflexão teórica e metodológica acerca dos respectivos processos. Esse sentido restrito do conhecimento arquivístico se vincula diretamente ao saber aplicado que orienta as atividades de classificação e descrição arquivística.

A partir da análise dos pressupostos da área de organização do conhecimento foi possível constatar que é necessário promover o fornecimento de aporte teórico para os estudos que investiguem a temática da Organização e Representação do Conhecimento nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivística e Museologia. A partir do referencial teórico da OC e no referencial teórico e metodológico da Arquivística e da análise dos abstracts, publicados no periódico *The American Archivist*, constatou-se que o *Classification Scheme for Knowledge Organization Literature* (CSKOL), proposto por Dahlberg, apresenta elementos para organização do conhecimento no domínio da arquivística, tanto para organizar a estrutura dos conteúdos da literatura publicada pela área como para se verificar quais são as tendências da literatura. Embora esta seja uma pesquisa embrionária, ela abre novas possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares que visem à colaboração entre a Arquivística e a área da Organização do Conhecimento.

A investigação realizada (capítulo 2) forneceu subsídios para se compreender essa dimensão teórica e metodológica do conhecimento, no sentido amplo, bem como para analisar e apreender a constituição e a evolução dos conceitos de identificação, classificação e descrição arquivística, no sentido restrito do conhecimento.

Na literatura arquivística internacional investigada, verificou-se que um dos desdobramentos da proposta de revisão da arquivística vem contribuindo para o desenvolvimento das pesquisas que se preocupam em investigar a arquivística enquanto área do conhecimento. Essa temática também se faz presente nos artigos publicados pelo periódico *The American Archivist*.

Entende-se que o trabalho de pesquisa é limitado pela nossa própria condição humana e, por mais que tenhamos dispendido tempo, energia física e mental na compreensão de um objeto ou de uma realidade, o conhecimento produzido não se esgota em si mesmo. Em outras palavras, como diz Edgar Morin (2007), a condição essencial do saber é a certeza de sua incompletude. Entende-se que é essa certeza que move, pois, as inquietações, a construção e a renovação constantes do ciclo social do conhecimento humano.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Lídia; SILVA, D. Organização e representação do conhecimento na ciência da informação: revisão da literatura. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 1-38, 2010. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/27/57>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

ANJOS, Liane dos. *Sistemas de classificação do conhecimento na filosofia e na biblioteconomia: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta*. 2009. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10112010-114437/>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

ARAD, Arié. The International Council on Archives and archival methodology. *Archivum*, Paris, v. 29, p. 182-186, 1982.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas; n. 51).

ARQUIVO NACIONAL. *Subsídios para um dicionário de terminologia arquivística brasileiro*. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: S.E.P.E.N., 1970.

BARITÉ, Mario G. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. In: CARRARA, Kester (Org.). *Educação, universidade e pesquisa: III Simpósio em Filosofia e Ciências Marília*. São Paulo: Unesp-Marília-Publicações, Fapesp, 2001.

BAUTIER, Robert-Henry. La phase cruciale de l'histoire des archives: la constitution des archives et la naissance de l'archivistique (XVI -début du XIX siècle). *Archivum*, Paris, v. 18, p. 139-150, 1968.

BELLOTTO, Heloísa L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002a.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002b.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BERMAN, David; RICHARD, H. Lytle. The power of the Principle of Provenance. *Archivaria*, Ottawa, v. 21, p. 14-27, Winter 1985-1986.

BOMS Hans Überlieferungsbildung: keeping archives as a social and political activity. *Archivaria*, Ottawa, v. 33, p. 25-33, Winter 1991-1992.

BONAL ZAZO, José Luis. *La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas*. España: Ediciones Trea, 2001.

BOOMS Hans Society and the Formation of Documentary Heritage: Issues in the Appraisal of Archival Sources. *Archivaria*, Ottawa, v. 25, p. 69-107, Summer 1987. Original publicado em 1972.

BORKO, Harold. Information Science: what Is It? *American documentation*, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. Tradução de Ruth Joffly. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUCCI, Oddo. *Archival science on the threshold of the year 2000: proceedings of the International Conference, Marcerata, 3-8 september, 1990*. Ed. Boracci Verducci Rosa Maria. Ancona: University of Marcerata, 1992. p. 361.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. *Journal of American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 251-360, June 1991.

BUREAU CANDIEN DES ARCHIVISTES. COMITE DE PLANIFICATION SUR LES NORMAS DE DESCRIPTION (1990). *Les Règles pour la description des documentes d'archives*. Ottawa: Bureau Candien des Archivistes, 1990.

CAMARGO, Ana Maria A.; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. Siena: Stabarti Grafiche, 1928.

CONDE VILLAVERDE, María Luisa et al. La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamérica: idéntico tratamiento para una misma realidad. In: PRIMERAS JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PUBLICAS, 1991. *Actas...* Madrid: Dirección de Archivos Estataels: Ministério de Cultura, 1992. p. 15-19.

CONDE VILLAVERDE, María Luisa. *Manual de tratamiento de archivos administrativos*. Madrid: Dirección de Archivos Estatales/ Ministerio de Cultura, 1992.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comissão Ad Hoc de Normas de Descrição. *ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. 30 p. (Publicações Técnicas, 49).



CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR (CPF)*: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações Técnicas, 50).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD (G)*: norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, 49).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isadg2001.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2007.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDF*: norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 75 p. (Publicações Técnicas, 52).

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDIAH*: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 88 p. (Publicações Técnicas, 54).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE*: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade2002.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, v. 1, p. 3-24, Spring 2001a. Disponível em: <<http://www.resources.metapress.com/pdf-preview.axd?cod=p5223480414m463&size=largest>>. Acesso em: 20 maio 2010.

COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. *Archivaria*, Ottawa, v. 51, p. 14-35, Spring, 2001b.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, Ottawa, v. 43, p. 17-63, Spring, 1997a.

COOK, Terry. Review *American Archivist* n. 59, 1996 Archival Science on the threshold of the year 2000: proceedings of the International Conference, Marcerata, 3-8 september, 1990. *American Archivist*, Menasha, n. 59, p. 107-109, 1997b.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. *La escritura y lo escrito*: paleografia y diplomática de España y América en los siglos XVI y XVII. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Prólogo. In: HEREDIA HERRERA, A. *La norma ISAD (G)*. Madrid: ANABAD/ARCO, 1995. p. 9-11.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. *Nuestro modelo de análisis documental*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

COUTURE, Carol ; DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean Yves. L` archivístique a-t-elle trouvé son identité. *Argus*, v. 17, n. 2, p. 51-60, Juin. 1988.

CRUZ MUNDET, José Ramon. *Manual de archivística*. 5. ed. act. Madrid: Fundación Ruipérez, 2003.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <<http://capim.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1680/1286>>. Acesso em: 26 dez. 2011.

DAHLBERG, Ingetraut. *Teoria da classificação, ontem e hoje*. Tradução do inglês por Henry B. Cox. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 12-17 set. 1972, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília, DF: IBICT: ABDF, 1979. v. 1, p. 352-370. Disponível em: <[http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg\\_teoriam.htm](http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2011.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. *Knowledge Organization*, Frankfurt, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

DAHLBERG, Ingetraut. Current trends in Knowledge Organization. In: GARCIA MARCO, Francisco J. (Org.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995. v.1, p. 7-26.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? *Knowledge Organization*, Frankfurt, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DICCIONARIO DE TERMINOLOGÍA ARCHIVISTICA. 2. ed. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección de Archivos Estatales, 1995. (Normas técnicas de la Subdirección General de los Archivos Estatales, 1).

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura, 1996.

DUCHEIN, Michel. Archives, archivistes , archivistique: definitions et problématique. In : FAVIER, Jean. *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1993. p. 19-39. Disponível em: <[http://www.piaf-archives.org/sites/default/files/Archives\\_Archivistes\\_Archivistique\\_definitions\\_et\\_problematique.p](http://www.piaf-archives.org/sites/default/files/Archives_Archivistes_Archivistique_definitions_et_problematique.p)>. Acesso em: 19 jun. 2011.

DUCHEIN, Michel. Le respect des fonds en archivistique: principe et problèmes pratiques. *Gazette des Archives*, Paris, v. 2, n. 97, p, 1977.

DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una Antigua Ciencia*. Traducción Manuel Vázquez. Córdoba, Argentina: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Ángel. Principios y técnicas para la gestión de cuadros de clasificación de fondos de archivo. In: GARCIA MARCO, Francisco Javier (Coord.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación: actas del II Encuentro de ISKO-España*, Getafe, 16 y 17 de noviembre de 1995. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1997. p. 107-126. Disponible em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=1770>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

FONSECA, Maria Odila K. *Arquivologia e ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FORACCHI, Marialice Mencarin (Org.). *Karl Mannheim: sociologia*. Tradução Emílio Willems Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes. São Paulo: Ática, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANZ, E. G. El CIA, logros y futuro. In: WALNE, Peter (Comp.). *La administración moderna de archivos y gestión de documentos: el Prontuario RAMP*. Programa General de Información y UNISIST. Paris: Unesco, 1985.

FUJITA, Mariângela S. L. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do Enancib no período de 2005 a 2007. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-32, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/issue/view/1/showtoc>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

FUNDAÇÃO HISTÓRICA TAVERA. *Relatório sobre a situação do patrimônio documental do Brasil*: solicitado pelo Banco Mundial. Madri, 30. mar. 1999 In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 13-15 jul.1999, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *L'Archivistique : son histoire, ses actus depuis 1960*. Québec: Presses de l'Université, 1992.

GAGNON ARGUIN, Louise. *Typologie des documents desorganisations: de la creation à la conservation*. Québec: Presses Universitaires de l'Université de Québec, 1998.

GARCIA MARCO, Francisco Javier. Los contenidos y la secuencia de la organización del conocimiento: una propuesta interdisciplinar. In: GARCIA MARCO, F. J. (Ed.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 219- 228.

GARCIA MARCO, Francisco Javier. (Ed.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1993-1999. 3 v.

GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 1998.

GNOLI, Claudio. Ten Long- term research questions in the field of knowledge organization. *Knowledge Organization*, Frankfurt , v. 35, n. 2/3, p. 137-150, 2008.

GOMES, Hagar Espanha. Tendências da pesquisa em organização do conhecimento. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 60-88, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/issue/view/2/showToc>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMES, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo Ciência da Informação. *DataGramaZero: Revista de Ciência informação*, n. 6, p. 1-12, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/dez00/f-art htm>>. Acesso em: 20 set. 2010.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Perspectivas de ensino e pesquisa em organização do conhecimento em cursos de biblioteconomia: uma reflexão. In: CARRARA, Kester (Org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)*, v, 1, n. 1. p. 77-99, jan./jun. 2008.

HEREDIA HERERA, Antonia. *Archivística general teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *La norma ISAD (G) y su terminología: análisis, estudio y alternativas*. Madrid: Anabad: Arco, 1995. (Normas).

HJORLAND, Birger B. Fundamentals of knowledge organization. *Knowledge Organization*, Copenhagen, v. 30, p. 87-111, 2003.

HJORLAND, Birger. What is knowledge organization? *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

HJORLAND, Birger; ALBRECHTSEN, H. Nine principles of knowledge organization. *Advances Knowledge Organization*, v. 4, p. 91-100, 1994.

HORSMAN, Peter. The last dance of the phoenix, or the de-discovery of the archival fonds. *Archivaria*, Ottawa, n. 54, p.1-23, Fall 2002.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. 221 p.

JARDIM, José M.; FONSECA, Maria O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *Cadernos BAD*, v. 2, p. 29-45, 1992.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. London: Perry Lund, Humphires and Co. Ltds, 1944.

KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 10. ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011. 260 p.

KNOWLEDGE ORGANIZATION AND REPRESENTATION IN BRAZIL (ISKO-Brasil). Disponível em: <<http://iskobrasil.eci.ufmg.br/ISKO-BRASIL> ->. Acesso em: 14 maio 2011.

LAROCHE, Carlo. Que signifie le respect des fonds ? Esquisse d`une archivistique structurale. *Suplemente da Gazzettedes Archives* , n. 73. p. 55, 1971.

LE COADIC, Yves-Francois. *Epistemologia e história da ciência informação*. In: \_\_\_\_\_. *A ciência da informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. cap. 50, p. 56-85.

LE COADIC, Yves-Francois. *A ciência da informação*. 2. ed. Tradução Maria Yêda F.S. de Figueiredo Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LODOLINI, Elio. *Respect des fonds et principe de provenance: histoire, theories, pratiques*. 1995. Disponível em: <Portrait ArchivistiqueFrancophone.phiaf-archives.org/sections/volet\_se\_documenter/recueil-texts/cet-article>. Acesso em: 2 out. 2008.

LOPES, Luís C. *A imagem e a sombra da Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedência*. Madrid: Universidad Carlos III y Boletín Oficial del Estado, 1996.

MASTROPIERRO, María Del C. *Diccionario de archivística em español: con anexo multilíngue*. Buenos Aires: Alfagrama Ediciones, 2008.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en Archivística. *Documenta & Instrumenta*, n. 1, p. 35-46, 2004. Disponível em: <[http://www.ucm.es/info/documen/articulos/art\\_primera/art\\_conchita.pdf](http://www.ucm.es/info/documen/articulos/art_primera/art_conchita.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2010.

MCILWAIN, I. C.; MITCHELL, Joan S. Preface to Special Issue. "What is Knowledge Organization". *Knowledge Organization*, Frankfurt, v. 35, n. 2/3, p. 79-81, 2008.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 3.ed. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MULLER, S.; FEITH, J. A; FRUIN, R. *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven*. Groningen: Erven B. na der Kamp, 1898. Tradução Brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, com o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973.

NESMITH, Tom. Seeing archives: posmodernism and changing intellectual place of archives. *The American Archivist*, Menasha, v. 65, n. 1, p. 24-42, Spring/Summer 2002.

NESMITH, Tom. Reopening archives: bringing new contextualities into archival theory and practice. *Archivaria*, Ottawa, n. 60, p. 259-274, Fall 2005. Número especial que trata do First International Conference on the history of records and archives, realizada em Toronto, 2003.

NORTE, Mariângela Braga. *Glossário de termos técnicos em Ciência da Informação: inglês / português*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

NÚÑEZ FERNÁNDEZ, Eduardo. *Organización y gestión de archivo*. España: Ediciones TREA, 1999.

OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre: theorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PANDO, Daniel Abraão. *Formação e demanda profissional em tratamento temático da informação no Brasil: uma análise comparativa de conteúdos programáticos universitários e de concursos públicos em biblioteconomia*. 2005. 187 f.. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

PEARCE-MORSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/Introduction.asp>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

PIAF Portail International Archivistique Francophone. Disponível em: <<http://www.piaf-archives.org/category/classement-piaf/recueil-de-textes>>. Acesso em: 25 maio 2008.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In:\_\_\_\_\_. *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 155-178.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 42-53, 1995.

PINHO, Fábio Assis. *Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras*. 2010. 149 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

POSNER, E. Max Lehmann y el origen del principio de procedencia (p. 97- 103). In: WALNE, Peter. (Comp.). *Techniques modernes d'administration des archives et de gestion des documents: recueil de textes; La Administración moderna de archivos y la gestión de documentos: el prontuario RAMP administración Moderna de Archivos y la Gestión de documentos: El Prontuário RAMP y UNISIST*. Paris: UNESCO, 1985. p. 97-103. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000679/067981so.pdf> >. Acesso em: 16 jun. 2010.

GAY MOLINS, Pilar. Los usuarios y el proceso técnico de la descripción. In: RUIZ RODRIGUEZ, Antonio Angel (Ed.). *Manual de archivística*. Madrid: Editorial Síntesis, 1995. p. 39-66.

RIBEIRO, Fernanda. *O acesso à informação nos arquivos*. 1998. 2 v. Dissertação (Doutoramento em Arquivística)-Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 1998. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/default.aspx?nivel1=Teses e dissertações&id=6>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica a arquivística científica: mudança de paradigma. *Ciência e Técnicas do Patrimônio: Revista da Faculdade de Letras, Porto*, v. 1, p. 97-110, 2002a.

RIBEIRO, Fernanda. Arquivos-memória-história: algumas reflexões. *População e Sociedade*, v. 9, p. 19-21, 2002b. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20306>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

RIBEIRO, Fernanda. Organizar e representar a informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? *Ciência e Técnicas do Patrimônio: Revista da Faculdade de Letras, Porto*, v. 4, p. 1-22, 2005.

RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo, 1999.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. *Cadernos de Estudos Municipais, Braga, Portugal*, v. 17/18, p. 11-56, jun./dez. 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2011.

RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Ilza (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da informação*. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. *El documento entre la tradición y la renovación*. Espanha: Ediciones TREA, 2002. 281 p.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. Revisión de las clasificaciones documentales basadas en el soporte. *Revista Española de Documentación Científica*, v. 25, n. 1, p. 74-86, 2002. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/87/149>>. Acesso em:

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Tradução Figueiredo Magda Bigotte de. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Boaventura Souza. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <<http://scielo.br/scieloOrg/php/reference.php?pid=s0103-40141888000027&caller...>>. Acesso em: 10 jan. 2009

SCHELLENBERG, Theodore R. *Manual de arquivos*. Tradução Manoel A. Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Arquivo Nacional, 1959.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Tradução de Manoel A Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução Nilza Teixeira Soares. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Trad. Nilza Teixeira soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SHERA, Jesse H. Pattern structure and conceptualization in classification. In: INTERNATIONAL STUDY CONFERENCE ON CLASSIFICATION FOR INFORMATION RETRIEVAL, Beatrice Webb House, Dorking, England, 13th-17th May 1957. *Proceedings...* London: ASLIB, 1957. p. 15-27.

SHERA, Jesse H. *Padrão estrutura e conceituação na classificação*. 1957. Tradução de Hagar Espanha Gomes. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/shera/index.htm>>. Acesso em: 6 maio 2011.

SILVA, Armando Malheiro. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da informação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS: textos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 581-662.



SILVA, Armando Malheiro da et al. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. v. 1, 254 p.

SILVA, Armando Malheiro da. *A informação da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da. *Recursos de informação e/ou comportamento informacional*. Texto de apoio em versão digital entregue por e-mail aos alunos da disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Armando Malheiro da Silva, no Programa de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP – Campus de Marília – SP/Brasil, no período de 27-29 maio de 2010. Texto impresso.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. *Das "Ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza. *Análise de conteúdo e de contexto de produção da imagem fotográfica como metodologias de tratamento do acervo fotográfico da FFC*. 2007. 129 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza; FUJITA, Mariângela S. L.; BIZELLO, Maria Leandra. O tratamento da forma e do conteúdo de fotografias em fundos de arquivos: pressupostos teórico-metodológicos. In: GARCÍA MARCO, F.J. *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Ibersid y Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009. v. 1, p. 133-141.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza; FUJITA, Mariângela S. L.; DAL`EVEDOVE, Paula R. A relação entre Arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna In: GARCÍA MARCO, F. J. *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Ibersid y Prensas Universitárias de Zaragoza, 2009. v. 1, p. 281-289.

SILVA, Sergio; CARDOSO, Júlio Cesar; BRITO, Alex. Entrevista com Armando Malheiro da Silva. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-30, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=4>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

SMIT, Johanna W. O profissional da informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia / Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta P. (Org.). *Profissionais da informação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p. 119-134.

SMIT, Johanna W. Arquivologia / Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 8, n. 1, jun/dez. 2003.

SOUSA, Renato T. B. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006.

Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=64>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

SOUSA, Renato Tarcísio. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista; INNARELLI, Humberto C.; SOUSA, Renato T. (Org.). *Arquivística temas contemporâneos: classificação, preservação e gestão do conhecimento*. 2. ed. Brasília, DF: SENAC, 2008. p. 79-163.

STRAIOTO, Ana Claudia. *A análise em facetas como dimensão teórica e prática na organização do conhecimento*. 2001. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

TANODI, Aurelio. *El concepto de archivología: el concepto de archivología // extension cultural*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1960. v. 1, p. 30.

TANODI, Aurélio. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*. Córdoba Argentina: Universidad Nacional, 1961.

TANODI, Aurelio. Programas de asistencia en el campo de archivos. *Archivum*, Paris, v. 26, p. 175-180, 1979.

TAYLOR, Hugh. Transformation in the Archives: technological adjustment or paradigm shift? *Archivaria*, v. 25, p. 12-28, Winter 1987-1988.

TENNIS, Joseph. Epistemology, Theory, and Methodology in Knowledge Organization: Toward a Classification, Metatheory, and Research Framework. *Knowledge Organization*. Frankfurt, v.35, n. 2-3, p. 102-112, 2008.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. *Contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea*. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

VÁZQUEZ MURILLO, M. *Administración de documentos y archivos: planteos para el siglo XXI*. 3. ed. Buenos Aires: Alfagrama, 2008. 176 p.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos ...* São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib2008.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BUSH, Vannevar. As we may think. *Atlantic Monthly*, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>. Acesso em: 28 fev. 2004.

DOMINGUES, I. *Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

INGWERSEN, Peter. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. *ISO 704 – Terminology*. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/tesauro/glossario.htm#renque>. Acesso em: 16 maio 2011.

LOPEZ-HUERTAS, María J. Some current research questions in the field of knowledge organization. *Knowledge Organization*, Frankfurt, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 12. ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2009.

MILANI, Suellen Oliveira. *Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras*. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 12 a 13 de novembro de 2003. p. 1-18. Disponível em: <http://www.humanismolatino.online.pt>. Acesso em: 1 jun. 2010.

ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. A pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. *DatagramaZero: Revista de Ciência da informação*, v. 5, n. 2 p. 1-16, abr. 2004. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/abr04/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/abr04/F_I_aut.htm). Acesso em: 25 abr. 2008.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 33, n. 2, ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652004000200017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000200017&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 jan. 2012.

## APÊNDICES

## APENDICE – A

TABELA - NÚMERO TOTAL DE ARTIGOS PUBLICADOS PELO PERIÓDICO *THE AMERICAN ARCHIVIST* (2005-2010)

ARTIGOS PUBLICADOS PELO PERIÓDICO <i>The American Archivist</i> ( 2005 – 2010)			
ANO	VOLUME	NÚMERO	NÚMERO DE ARTIGOS
2005	v. 68	n.1	03
		n.2	05
2006	v.69	n.1	06
		n.2	02
2007	v.70	n.1	04
		n.2	06
2008	v.71	n.1	05
		n.2	08
2009	v.72	n1	06
		n.2	04
2010	v.73	n.1	06
		n.2	04
		Total artigos	de 58

**APENDICE – B1**

AMOSTRA: FICHA DE RESUMOS DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS ANALISADOS - *THE AMERICAN ARCHIVIST* (2005-2010)

The American archivist volume 68, n2.(Fall-Winter) 2005
<b>TÍTULO ARTIGO/ AUTOR</b>
<b>Picking Our Text: Archival Description, Authenticity, and the Archivist as Editor</b> Heather MacNeil
<b>Resumo</b>
A number of recent archival initiatives have asserted a relationship between archival description and authenticity. This article establishes a preliminary foundation for understanding the nature of that relationship by reviewing the literature relating to archival description and authenticity, comparing the authenticating function of archival description with that of textual criticism, and identifying three lines of research inquiry that present themselves in light of that comparison.
<b>Palavras-chave:</b> fundo; autenticidade; ordem original. <b>OBS:</b> A autora analisa os fundamentos para compreender a relação entre a descrição arquivística e autenticidade comparando a representação arquivística a trabalho do criticismo textual.

The American archivist Volume 72, número 1 ( Spring-Summer) 2009
<b>TÍTULO ARTIGO/ AUTOR</b>
<b>Making the Leap from Parts to Whole: Evidence and Inference in Archival Arrangement and Description --</b> Author Jennifer Meehan
<b>Resumo</b>
This article examines the analytical process in arrangement and description, and considers how the archivist arrives at an understanding of the records sufficient for contextualizing and providing intellectual access to them. The discussion characterizes the process of intellectual arrangement as one of identifying and/or creating the contextual relationships of a body of records, and it highlights certain common factors in the process, such as the historical standpoint of the archivist, the use of evidence, and the role of inference. Underscoring the speculative nature of the analytical process and the active role of the archivist in shaping the records, this article suggests ways for archivists to account for these aspects of practice on an individual, departmental or institutional, and professional level.
<b>Palavras-chave:</b> processo analítico; arranjo; descrição; evidência; inferência. <b>Conceitos definidos:</b> arranjo( físico e intelectual), evidência e inferência <b>OBS:</b> noção de arranjo físico e intelectual; noção de evidência e inferência no processo analítico de organização e descrição arquivística.

**APENDICE –B2**

AMOSTRA: FICHA DE RESUMOS DE ARTIGOS ARCHIVARIA (2005-2010)

<b>ARCHIVARIA 2005 n.59(Spring) Québec's Perspective on Archival Science</b>
<b>TÍTULO ARTIGO/ AUTOR</b>
<b>Taking Stock: The Evolution of Archival Science in Québec</b> Carol Couture
<b>Resumo</b>
The author looks back over the past thirty years of archival science in Québec, identifying seven milestone events which have marked its development: the creation of l'Association des archivistes du Québec (AAQ) in 1967; the Manuscript Affair in 1972; the Jean-Paul L'Allier Cultural Policy of 1976; Québec's 1982 Act respecting Access to Documents held by Public Bodies and the Protection of Personal Information and the 1983 Archives Act; the creation of university archival education programs beginning in 1983; the creation of the Canadian Council of Archives in 1985; and the XIIIth International Congress on Archives, held in Montréal in 1992. The author demonstrates that each of these events contributed elements essential to the creation of the discipline, and that in the past thirty years archival science in Québec has developed its own unique character, responds to the needs and expectations of Québec society, and continues to evolve.
<b>PALAVRAS-CHAVE:</b> Arquivística; Criação; Evolução; Associação dos Arquivistas do Québec.

<b>Archivaria: Special Section on Archives, Space and Power v. n. 61( Spring) - 2006</b>
<b>TÍTULO ARTIGO/ AUTOR</b>
<b>Touchstones: Considering the Relationship between Memory and Archives</b> LAURA MILLAR
<b>Resumo</b>
This paper considers the relationship between memory and archives by exploring the concepts of individual and collective memory and by examining the processes involved with creating, capturing, storing, and retrieving memories. The author considers the metaphor of archives as memory and relates our perception of memory to our understanding of the creation, preservation, and use of records and archives. She demonstrates that individual and collective memory represent only a fragment of life events and she reflects on the emotional, temporal, and political realities that affect what we remember and how. She concludes that records and archives are not in themselves "memories" but only touchstones upon which memories may be retrieved, preserved, and articulated.



**Palavras-chave:** memória; arquivos; memória coletiva; memória individual, documentos, arquivos.

**ARCHIVARIA**  
Número n. 64( Fall)  
2007

TÍTULO ARTIGO/ AUTOR

**Reflections on InterPARES The InterPARES 2 Project (2002–2007): An Overview**

LUCIANA DURANTI

Resumo

The second phase of the InterPARES Project built upon the findings of the first phase (1999–2001) to address the challenge of the permanent preservation of reliable, accurate, and authentic digital records created and maintained in interactive and dynamic systems in the course of all kinds of human activities. This overview describes the goal and methods of the project, and outlines findings and products to provide a framework for the articles published in the Archivaria section entitled, “Reflections on InterPARES.”

**Palavras-chave:** InterPares; Projeto; Método.

**APENDICE – B3**

AMOSTRA: FICHA DE RESUMOS AMOSTRA ARCHIVAL SCIENCE

**ARCHIVAL SCIENCE**  
vol.5 n. 1, março - 2005

TÍTULO ARTIGO/ AUTOR

**A Tower of Babel: Standardizing Archival Terminology**

Jean Dryden

Resumo

Repeated calls to standardize archival terminology have long characterized the archival literature. This paper first looks at the characteristics of a profession, the place of terminology in the context of a body of professional knowledge, and the development of archival principles, before examining international and national efforts to develop standardized vocabularies. The paper concludes with an examination of the difficulties in standardizing archival terminology, and discusses suggestions in the most recent literature that some of these difficulties may be overcome with new approaches such as an increased

understanding of cultural warrant, exploration of the possibilities of contextual terminology, a better understanding of the processes of standards development, and adoption of the methods of experts in terminology.

**Palavras-Chave:** archival practice, archival profession; cultural warrant; glossaries; professions; standardization; terminology.

## ARCHIVAL SCIENCE

Vol.8, n.4 /dezembro , 2008

TÍTULO ARTIGO/ AUTOR

**Smithsonian Team Flickr: a library, archives, and museums collaboration in web 2.0 space**

Martin R. Kalfatovic, Effie Kapsalis, Katherine P. Spiess, Anne Van Camp and Michael Edson

### Resumo

The Flickr Commons was created as a forum for institutions to share their rich photographic collections with the emerging Web 2.0 audience of Flickr; the Smithsonian Institution was the fourth member of the Commons. The Smithsonian effort was a direct collaborative effort of the libraries, archives, museums, and information technology staff that generated new pathways for collaboration between these units. As the world's largest museum complex, these Smithsonian units serve as a microcosm for collaboration in the information age. The Flickr Commons project provided insights into how the knowledge, skills, and abilities of libraries, archives, and museums (LAM) can converge in the Web 2.0 environment to provide collection access to new, and in some cases unknown, audiences. Simultaneously, by putting "LAM" content into an environment that allows for direct interaction by these audiences, the knowledge of the content for holding institutions is enriched. By exposing Smithsonian content within the Flickr environment, the Institution is learning what content is desired by the Web 2.0 world, how to bring crowd-sourcing into professionally curated collections, and how to bring diverse institutional skills together in a collaborative project.

**Palavras-chave:** Flickr; Photography; Smithsonian; Collaboration; Libraries; Archives; Museums.

## APENDICE – C

### RELAÇÃO DE TERMOS EXTRAÍDOS DOS ARTIGOS PUBLICADOS PELO PERIÓDICO THE AMERICAN ARCHIVIST (2005-2010)

RELAÇÃO DE TERMOS EXTRAÍDOS DOS ARTIGOS PUBLICADOS PELO PERIÓDICO THE AMERICAN ARCHIVIST (2005-2010)		
TÍTULO	RESUMO	PERIÓDICO
	Arquivistas Capital social Conhecimento Fontes de arquivos Arquivistas Historiadores Tratamento de Coleções Arquivos História Preservação Arquivos permanentes	The American Archivist Vol. 68, n.1, 2005 (Springer-Summer).
	Arranjo Descrição preservação coleções Arquivos Descrição arquivística autenticidade Fundo Ordem original Registros públicos. Memória em arquivos Arquivos secretos criação Manutenção Uso Acesso Documentos públicos confidencialidade	The American Archivist Vol. 68, n.2 (Fall-winter), 2005.
Arquivos Poder História	Descrição arquivos Prestação de contas Institucional e social Tecnologia Rede de dados Preservação Documentos digitais Educação continuada Preservação digital Gestão de arquivos presidência Democracia Preservação digital Perspectiva humana Usuário	he American Archivist vol.69, n.1 (Springer-Summer).

	Método Arranjo Descrição Coleções arquivos Método Arranjo descrição Tempo	The American Archivist vol. 69 n.2 (Fall-Winter) 2006
Coleção de selos Arquivos Avaliação Preservação Descrição	Genealogistas Comunidade de registros Documentos Criação Reutilização Arquivos Fontes primárias Educação Arquivos visuais Fotografias médica Leitura	The American Archivist - vol. 70, n.1 (Springer-Summer), 2007.
Arquivos para todos Reponsabilidade profissional Justiça social Conceito de documento Evidencia Informação Representação Arquivos Coleção digital	Identificar Avaliar Organizar Informação Websites Arquivos Vaticano Política Acesso Programa Desclassificação documentos Arquivos Acesso	The American Archivist - vol.70, n.2(Fall- Winter), 2007.
	Avaliação Arquivos Usuários Conceito de documento Protótipo mental de documento Gerenciadores de registros Planejamento registros eletrônicos Gerenciamento de registros Arquivistas Documentos de áudio Louis Armstrong Arquivos Educação Minorias	The American Archivist Vol. 71, n.1 (Spring- Summer), 2008.
Arquivos Restauração Imagem Cinematográfica Atividade de pesquisa Arquivos Arquivos	Arquivista Serviços de arquivos Fontes primárias Sala de aula Documentação estratégica Era digital Descrição Arquivística codificada	Journal American Archivist - vol. 71, n.2 ( Fall - Winter ), 2008.

Vaticano Inventário Guia Documentos História	(EAD) Implementação Arquivista Tecnologia Repositórios institucionais Arquivos Preservação digital Recuperação da informação Censo dos Estados Unidos Criação Destruição Documentos	
Preservação de dados digitais Arquivos Ciência social	Arquivistas Metadados Descrição arquivística Memória coletiva Produção de registros Padrão Gestão Documentos digitais Arquivistas Gestores de registros Documentação instantânea Avaliação Preservação Acesso Processo analítico Arranjo Descrição Evidência Inferência	Journal American Archivist vol.72, n.1 (Springer-Summer), 2009.
Manuscritos coloniais Documentação Aculturação Identidade Preservação cultural Registros digitais Preservação em longo prazo	Arquivos comum Documentação de rede Teoria da estruturação Memória social  Integridade. Arquivos Arquivista Poder Bem público	The American Archivist vol. 72, n.2 ( Fall – Winter) 2009.
	Arquivos Americanos Minorias Étnicos Imigrantes Metodologia Arranjo Descrição Coleção Manuscritos Tratamento técnico de arquivos	The American Archivist - vol. 73 n.1 ( Fall – Winter), 2010.

	<p>Organização          Descrição          Acesso          Gestão documentos          Eletrônicos          Captura          Armazenamento          Organização          Descrição          Arquivos          Budistas          Cristãos          Idade Média          Organização          Preservação</p>	
<p>Decomposição          Combustão          Película          cinematográfica          Carreira          Arquivistas          Jovens          Arquivos fotográficos          digitalizados.          Usuários          Representação</p>	<p>Prática de digitalização          Arquivos          Bibliotecas          Representação de imagem          Arquivística          Documento científico          Organização          História natural</p>	<p>The American Archivist -          vol. 73, n.2 ( Fall – Winter),          2010.</p>

**APENDICE – D**

QUADRO - AMOSTRA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS PELO PERIÓDICO THE AMERICAN ARCHIVIST (2005-2010), cujos autores preocupam-se com a representação conceitual dos termos e/ou conceitos utilizados na sistematização do conhecimento da arquivística.

TÍTULO/AUTOR		Picking Our Text: Archival Description, Authenticity, and the Archivist as Editor Heather MacNeil	
TERMOS EXTRAÍDOS	RESUMO	Descrição arquivística Autenticidade Fundo Ordem original	
	TEXTO		
CONCEITOS DEFINIDOS		Fundo Ordem original	
CONTEÚDO INFORMACIONAL		Analogia entre o processo de análise documental arquivística e o criticismo textual.	
Journal American Archivist Vol. 68 n.2 ( Fall – Winter)- 2005			

**Figura 5:** tabela produzida pela pesquisadora com base The American Archivist  
**Fonte:** Journal American Archivist, Vol. 68, n.2, (Fall/Winter) 2005. Disponível em:  
<http://archivists.metapress.com/content/120809>

<b>TÍTULO/AUTOR</b>	<b>Genealogists as a "Community of Records"</b> Elizabeth Yakel and Deborah A. Torres	
<b>TERMOS EXTRAÍDOS</b>	RESUMO	Genealogistas Comunidade de registros Documentos Criação Reutilização
	TEXTO	
<b>CONCEITOS DEFINIDOS</b>	"comunidade de registro"	
<b>CONTEÚDO INFORMACIONAL</b>	Analisa como os documentos são criados, reutilizados e contextualizados.	
The American Archivist Volume 70, n.1, (Spring- Summer) 2007		

<b>TÍTULO/AUTOR</b>	<b>Concepts of Record (1): Evidence, Information, and Persistent Representations</b> p315-343 Geoffrey Yeo	
<b>TERMOS EXTRAÍDOS</b>	TÍTULO	Conceito de documento Evidência Informação Representação
	RESUMO	
	TEXTO	
<b>CONCEITOS DEFINIDOS</b>	Conceito de documento Conceito de prova	
<b>CONTEUDO INFORMACIONAL</b>	O autor discute a relação do conceito de documento com o conceito de prova e informação.	
The American Archivist vol.70, n.2, (Fall-winter) 2007		



<b>TÍTULO/AUTOR</b>	<b>Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects Geoffrey Yeo</b>	
<b>TERMOS EXTRAÍDOS</b>	TÍTULO	
	RESUMO	Conceito de documento Protótipo mental de documento Gerenciadores de registros
	TEXTO	
<b>CONCEITOS DEFINIDOS</b>	Conceito de documento Protótipo de registros e não protótipos de registros	
<b>CONTEUDO INFORMACIONAL</b>	Faz a distinção entre protótipo mental de documento e não protótipo de documento.	
<b>The American Archivist vol.70, n.2 2007 ( p. 315-343)</b>		

<b>TÍTULO/AUTOR</b>	<b>Making the Leap from Parts to Whole: Evidence and Inference in Archival Arrangement and Description -- Jennifer Meehan</b>	
<b>TERMOS EXTRAÍDOS</b>	TÍTULO	
	RESUMO	Processo analítico Arranjo Descrição Evidência Inferência
	TEXTO	
<b>CONCEITOS DEFINIDOS</b>	Arranjo( físico e intelectual) Evidência e inferência	
<b>CONTEUDO INFORMACIONAL</b>	Noção de arranjo físico e intelectual; discute o conceito de evidência e inferência no processo analítico de organização e descrição arquivística.	
<b>The American Archivist vol.71,n,1. 2008 (p.118-143)</b>		

<b>TÍTULO/AUTOR</b>	<b>Specimens as Records: Scientific Practice and Recordkeeping in Natural History Research</b> <b>Juan Ilerbaig</b>	
<b>TERMOS EXTRAÍDOS</b>	TÍTULO	
	RESUMO	Arquivística Documento científico Organização História natural
<b>CONCEITOS DEFINIDOS CONTEUDO INFORMACIONAL</b>	TEXTO	
	Conceito de documento	
	O autor defende a ampliação do conceito de documento.	
Journal American Archivist -Vol. 73 n.2 ( Fall – Winter) 2010		

**APENDICE – E****Referências dos artigos científicos da Amostra (American Archivist - 2005-2010)**

ILERBAIG, Juan. Specimens as records: scientific practice and recordkeeping in natural history research. *The American Archivist*, Chicago, v. 73, n. 2, p. 425-262, 2010. Disponível em:

<<http://archivists.metapress.com/content/mp275470663n5907/?p=21e38252961d4bd08c966cf33244e0b8&pi=1>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

MACNEIL, Heather. Picking our text: archival description, authenticity, and the archivist as editor. *American Archivist*, Chicago, v. 68, n. 2, p. 264-278, 2005. Disponível em:

<<http://archivists.metapress.com/content/01u65t6435700337/fulltext.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

MEEHAN, Jennifer. Making the leap from parts to whole: evidence and inference in archival arrangement and description. *American Archivist*, Chicago, v. 72, n. 1, p. 72-90, 2009.

Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/kj672v4907m11x66/fulltext.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information, and persistent representations. *The American Archivist*. Chicago, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.

Disponível em:

<<http://archivists.metapress.com/content/v07612u82h07/?p=4318798c713646ad992bd3a7e53ac6f8&pi=8>>. Acesso em: 10 out. 2011.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (2): prototypes and boundary objects. *The American Archivist*, Chicago, v. 71, n. 1, p. 118-143, 2008. Disponível em:

<<http://archivists.metapress.com/content/n2g8q6327646/?p=4318798c713646ad992bd3a7e53ac6f8&pi=7>>. Acesso em: 20 nov. 2011.